

11/02/2020

**Grande Imprensa**

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[MP da carteira estudantil prestes a caducar](#)

[Mercosul planeja ação coordenada](#)

[A lição do Enem](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[CPI das universidades: resultados e lições](#)

[Público e privado](#)

[No bolso](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[O Censo Escolar do Inep](#)

[Movimento de Huck fará diagnóstico do País](#)

[Piora desempenho de Bolsonaro nas redes](#)

[Escolas públicas e particulares têm de suspender aulas](#)

**O GLOBO - RJ**

[Censura](#)

[Maia: 'Apanho forte dos bolsominions nas redes'](#)

[Justiça barra plano da UFRJ de tirar empresas do Polo de Biotecnologia](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[São Paulo teme rombo e quer diminuir teto de docentes](#)

[PEC do Fundeb deve prever dobro de recursos da União](#)

[Professores prometem entrar em greve em MG](#)

[Aliados alertam para vencimento de MPs](#)

**Imprensa Estadual**

**CORREIO POPULAR – SP**

[Capes](#)

**A TARDE - BA**

[Ação visa vínculo de crianças com a natureza](#)

[Melhorar e universalizar a educação básica da Bahia](#)

**CORREIO DO POVO - RS**

[Quando o município abraça a universidade](#)

**DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE**

[Público e privado](#)

**DIÁRIO DO COMERCIO – MG**

[Estados querem incluir o ICMS na reforma tributária](#)

**DIÁRIO DO NORDESTE - CE**

[70 mil VAGAS DE ENSINO SUPERIOR OFERTADAS PELO FIES](#)

[LER](#)

[Relevantes na Ciência](#)

[Bancada federal do Ceará pressiona União por repasse de R\\$ 646 milhões em emendas](#)

**FOLHA DE LONDRINA - PR**

[Unicesumar projeta expansão](#)

[Nova Clínica de Psicologia](#)

**HOJE EM DIA - MG**

[ÚLTIMOS DIAS PARA TENTAR O FINANCIAMENTO ESTUDANTIL](#)

[COMEÇA CONVOCAÇÃO DA LISTA DE ESPERA DO SISU; CANDIDATO DEVE](#)

[FICAR ATENTO](#)

[NA UFMG, MATRÍCULA DE APROVADO NA CHAMADA REGULAR VAI ATE](#)

[SEXTA-FEIRA](#)

## OLIMPIÁDA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DESTE ANO ABRE PRAZO PARA CADASTROS

### **J. DO COMMERCIO - PE**

Riqueza mal partida

Movimento de Huck fará diagnóstico do País

### **JORNAL DO COMÉRCIO - RS**

Vereadores adiam votação de projetos do Executivo

### **MEIO NORTE - PI**

Público e privado

Governo libera recursos para 22 escolas de tempo integral

Com Guedes, secretários buscam redução de ICMS

### **O DIA - RJ**

Uberização do professor. Para onde vamos?

No primeiro dia de aula, alunos da rede estadual já encaram greve

### **O ESTADO DO MARANHÃO - MA**

Inscrições para o Novo Fies vão ficar abertas até amanhã

### **O LIBERAL - PA**

MEC libera lista de espera do Sisu para universidades

INSCRIÇÃO PARA FIES VAI ATÉ AMANHÃ

Povo só pode mudar o país com educação

Movimento de Huck fará diagnóstico do País

**Agências de notícias e sites**

### **CONSULTOR JURÍDICO**

A "pejotização" e a esquizofrenia sancionatória brasileira (parte 2)

### **CORREIO DO POVO - RS**

Câmara aprova criação de polos da Universidade Aberta do Brasil em Porto Alegre

### **SURGIU**

Governo do Tocantins apoia Programa de desenvolvimento profissional de professores de Educação Básica que será realizado no Canadá

### **CORREIO 24 HORAS**

Mesmo com fim da MP, carteirinha de estudante digital vai continuar valendo

### **CORREIO POPULAR – SP**

Procuradora diz ao Congresso que reformas de Guedes aumentam grave desigualdade

Mesmo com fim da MP, carteirinha de estudante digital vai continuar valendo

### **G1**

Mãe agride diretora de escola de Araras com socos após suposta acusação do filho estar drogado

Secretaria investiga agressão a aluno autista em escola municipal de João Pessoa

Sindicância da Uesb conclui que autodeclaração de ruivo que entrou por cotas em medicina é irregular

Mais escolas da rede estadual são reformadas no programa Mãos à Obra em Juiz de Fora

UFC recebe lista de espera do MEC e divulga novo calendário para 2ª chamada do Sisu

Aulas começam na rede municipal de Cabo Frio, RJ, mas parte dos alunos teve que voltar para casa

Falta de mão de obra qualificada afeta metade das indústrias do país

Abertas inscrições para 50 vagas no processo seletivo do programa Primeira Chance, na Paraíba

Termina inscrição de alunos novos para as escolas da rede municipal em São Luís

Bolsa Universidade de Manaus convoca estudantes para aderir à contrapartida

# CLIPPING



[Aprovados na 2ª chamada da UFT devem ficar atentos ao prazo de matrícula USP de Piracicaba terá centro de pesquisas e desenvolvimento de opções sustentáveis ao agrotóxico](#)

## **O DIA - RJ**

[Mesmo com fim da MP, carteirinha de estudante digital vai continuar valendo](#)

## **REUTERS BRASIL**

[Secretários de Fazenda vão reforçar com Guedes defesa de ICMS em reforma tributária](#)  
Agências de notícias e sites

## **JORNAL DA CIÊNCIA**

[O design inteligente, tido como vertente do criacionismo, é uma teoria científica válida?](#)

## **NÃO**

## **O REGIONAL**

[Docentes da Rede Estadual Podem Concorrer a Bolsa de Estudos nos EUA](#)

## **ZUG**

[Capes lança edital para doutorado pleno nos EUA](#)

## **AGÊNCIA ESTADO**

[O Sisu e a escolha pela centralização](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Maia diz que aprovar Fundeb é resposta importante em momento delicado na Educação](#)

## **G1**

[Após comunicado do MEC, Udesc suspende segunda chamada do Sisu](#)

## **PORTAL VEJA**

[Professores usam estratégia bolsonarista para pedir a cabeça de Weintraub](#)

## **R7**

[Wagner Vilas Boas de Souza assume Secretaria de Educação Superior](#)

Agências de notícias e sites

## **A TARDE ON LINE**

[Future-se é rejeitado por universidades baianas](#)

## **DIREITO DESCOMPLICADO**

[Técnica de julgamento ampliado deve ser observada em apelação originada de mandado de segurança](#)

## **SUL IN FOCO**

[Curso gratuito de especialização a distância em ensino de Ciências abre vagas remanescentes](#)

## **VOZ DA BAHIA**

[Future-se é rejeitado por universidades baianas](#)

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Apoiados por Guedes, vouchers para creches não têm consenso científico](#)

## **G1**

[Defesa Civil interdita 10 escolas municipais de BH por causa da chuva e aulas são adiadas](#)

[Programa Bolsa Universitária do município de Cedro, PE, está com inscrições abertas](#)

[MEC não envia lista de espera e UFRN adia calendário da 2ª chamada do Sisu](#)

[Professores da rede estadual fazem protesto e deflagram greve no Piauí](#)

## **PORTAL VEJA**

[Tabata critica exposição do MEC que sumiu com o passado e cultua Weintraub](#)

[Aliados de Maia culpam Weintraub e Olavo por ataques nas redes](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA**

### **MP da carteira estudantil prestes a caducar**

Duas medidas provisórias apresentadas pelo governo em setembro do ano passado devem perder a validade nesta semana: a MP 895/2019, que cria a carteira estudantil digital, e a 896/2019, que desobriga o governo a publicar editais de licitações em jornais de grande circulação. Passados mais de 100 dias da edição das MPs, o Congresso sequer instalou as comissões mistas necessárias para analisar as propostas, primeira fase de avaliação antes de submetê-las à análise da Câmara e do Senado.

As duas MPs caducam no domingo, o que significa que, para não perderem a validade, precisariam ser avaliada pelos colegiados e pelas duas Casas nas próximas sessões deliberativas. Não há, entretanto, nenhum sinal de que os assuntos serão discutidos. O problema, segundo o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), é que as medidas “não ganharam ressonância lá dentro (do Congresso)”, escreveu, ontem, no Twitter.

Mesmo com a derrota, o Ministério da Educação não está disposto a abrir mão da carteira digital, após meses de divulgação do serviço. O chefe da pasta, Abraham Weintraub, estuda opções para viabilizá-la, como a apresentação de um projeto de lei (PL) sobre o assunto. Nesse caso, a medida não entraria em vigor logo que o PL fosse publicado, como ocorre com MPs. Mas, se os parlamentares aprovarem a proposta, ela não terá mais prazo de validade.

Em defesa da carteira digital, o chefe da pasta alega que a União Nacional dos Estudantes (UNE), hoje responsável por emitir o documento físico, não age com transparência. “São de centenas de milhões de reais que a gente está falando”, ressaltou, em vídeo publicado no YouTube no último domingo. Apesar da insistência do Executivo, o andamento de um PL também não seria fácil. O maior dificultador é a má relação com o Congresso — em especial, com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Em espera

Segunda que perde a validade nesta semana, a MP que desobriga a publicação de editais de licitações em jornais de grande circulação já não é aplicada desde outubro. Um mês após a apresentação da medida, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes suspendeu os efeitos. O governo argumenta que é suficiente a publicidade dos atos em imprensa oficial, como o Diário Oficial da União, ou na internet. O assunto não deve ser retomado pelo Congresso.

Outras medidas perdem validade a partir de março, como a MP 898/2019, que garante o 13º do Bolsa Família. A comissão mista que discute o assunto deve tentar hoje, pela terceira vez, se reunir para avaliar o parecer do relator, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Ele propôs tornar o abono permanente e estendê-lo aos idosos e deficientes de baixa renda que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O texto do governo só garantia o 13º do Bolsa Família em 2019. As duas últimas reuniões não tiveram presença suficiente para que o relatório fosse votado.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **Mercosul planeja ação coordenada**

**Brasil e países vizinhos vão discutir medidas para aumentar a vigilância no subcontinente. Sete pessoas com suspeita de contaminação são monitoradas. Presidente Bolsonaro autoriza repasse de R\$ 11,3 milhões para o Ministério da Defesa**  
CORONAVÍRUS

Os países do Mercosul agendaram uma reunião especial para o próximo dia 19 de fevereiro em Assunção, no Paraguai, para discutir medidas de prevenção a serem adotadas na América do Sul em razão da expansão de casos de contaminação relacionados ao coronavírus. Participarão do encontro o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e seus pares da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia e do Chile.

Segundo Mandetta, como o Brasil tem 17 mil quilômetros de fronteira, é muito importante que os países vizinhos acionem sistemas de vigilância. Ele disse que o Brasil está empenhado em apoiar as demais nações fronteiriças. Na semana passada, o Ministério da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) promoveram a capacitação técnica de representantes de nove países das Américas do Sul e Central para o diagnóstico laboratorial do novo coronavírus.

“Nós os queremos extremamente vigilantes. Precisamos estar todos juntos para poder bloquear novos casos. O momento é de vigilância e planejamento de diferentes cenários. Desde o superotimista até o pessimista de uma epidemia global”, frisou Mandetta.

Até o momento, o Brasil segue sem casos confirmados de infecção pelo coronavírus. Ainda assim, o presidente Jair Bolsonaro assinou ontem uma medida provisória para transferir aproximadamente R\$ 11,3 milhões ao Ministério da Defesa, que devem ser aplicados em ações de “enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”. O crédito extraordinário serve para abrir caminho a despesas imprevistas.

“Vamos ficar alertas até que a gente tenha uma condição de calma, que não é o caso atual. Acho muito possível e muito provável que esse vírus chegue ao Brasil. Dessa forma, temos de estar muito vigilantes para que, se chegar, possamos organizar o tratamento dessa pessoa e minimizar a transmissão para os eventuais contatos que possam surgir. Precisamos estar preparados até que se tenham medidas eficazes como vacina ou algo do gênero”, destacou Mandetta.

#### Sete suspeitas

O Ministério da Saúde acompanha o quadro clínico de sete pessoas que são classificadas como suspeitas de contaminação pelo novo coronavírus. Todas estiveram na China recentemente, segundo o ministério, mas não passaram por Wuhan, cidade epicentro dos números de infectados e mortos pelo coronavírus. Os casos são investigados em cinco estados: Minas Gerais (1), Paraná (1), Rio de Janeiro (1), Rio Grande do Sul (1) e São Paulo (3). Três desses pacientes são homens e quatro, mulheres. A faixa etária dessas pessoas varia de 3 a 60 anos.

Também estão em monitoramento os 34 repatriados da China que chegaram a Anápolis (GO) na manhã de domingo. Hoje, eles cumprem o terceiro de 18 dias de quarentena. Ontem, de acordo com o Ministério da Defesa, todos estavam bem e permaneciam com

o quadro assintomático. O grupo passou por avaliações clínicas de saúde, que incluíram aferições de sinais vitais, como medição de temperatura, pressão e frequência cardíaca e exame de nasofaringe. Os procedimentos serão repetidos até o fim do período de isolamento, previsto para 26 de fevereiro, três vezes por dia.

Um dos brasileiros resgatados é o professor de mandarim Vitor Siqueira, 28 anos. Por recomendação da equipe médica, ele e os demais repatriados não podem receber a visita de familiares, mas a comunicação pode ser feita via internet e telefone. É assim que ele conversa com o pai, o advogado aposentado José Neves Siqueira Júnior, 60, que percorreu cerca de 830 quilômetros de distância entre Belo Horizonte e Anápolis para aguardar a alta do filho.

Ele explicou que Vitor estava na China por conta de uma parceria do Ministério da Educação (MEC) com o país asiático, fazendo mestrado em linguística com especialização em mandarim. Os dois mantêm contato frequente. Vitor garante estar bem, apesar do cansaço pelas 37 horas de voo entre Wuhan, epicentro dos casos de infecção pelo coronavírus, e a Base Aérea de Anápolis.

José Neves vai ficar os 18 dias longe de casa, mas não se importa. Tudo o que ele mais quer é voltar a demonstrar o amor que sente pelo filho, além da gratidão à cidade goiana pelo acolhimento a Vitor e aos demais repatriados. “Eu tenho um sentimento que estava esquecido. A gente esquece muitas vezes de ser grato. Esse sentimento voltou a aflorar em virtude dessa viagem. Emociono-me ao falar disso porque às vezes a gente passa a vida sem dizer aos filhos que os amamos. Essa é uma oportunidade de fazer uma declaração de amor para o meu filho. Quero dizer que eu estou aqui, que não tenha medo, que estou muito próximo, que eu o amo e que vai dar tudo certo, e que quando ele sair, nós vamos juntos conhecer esse Goiás maravilhoso”, disse, ao Correio.

topo ↕

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **A lição do Enem**

**CRISTOVAM BUARQUE**

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Em 1996, a Universidade de Brasília iniciou a experiência pioneira do Programa de Avaliação Seriada (PAS), que substituía a prova única do vestibular por avaliações ao longo do ensino médio: exames ao final de cada série, selecionando os que tinham melhor média dos três anos. A ideia do PAS foi do professor Lauro Mohry, quando era diretor do sistema de vestibular e eu reitor da UnB. Mas, para ser adotada precisava do apoio do Governo do Distrito Federal.

O PAS tinha vantagens: criava um vínculo da universidade com o ensino médio; acabava com o tudo ou nada do vestibular, dando ao candidato a chance de recuperação de um ano para o outro; permitia avaliar o desempenho de cada série de escola; sobretudo servia como incentivo para que os jovens estudassem ao longo dos anos do ensino médio, não apenas em um cursinho no último ano.

Em 1995, logo que assumi o governo do DF, levei a ideia ao então reitor da UnB, Claudio Todorov, que imediatamente a aceitou. Deve-se a ele e ao então secretário de Educação do DF, Antônio Ibañez, e suas equipes, a implantação do PAS em 1996.

Três anos depois, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, criou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para avaliar o desempenho dos cursos nas escolas. Embora não fizesse a avaliação de cada ano, o Enem foi instrumento decisivo para medir a qualidade da educação no ensino médio.

Em 2003, quando fui ministro, o MEC começou estudos e negociações com as universidades para adotar o PAS em todo o Brasil. Em 2009, apesar de não seguir o sistema de avaliação seriada da UnB, o então ministro da Educação, Fernando Haddad, deu um salto positivo na relação do ensino médio com a universidade ao utilizar o Enem como instrumento de seleção à universidade graças ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

A nova destinação do Enem despertou a atenção da sociedade e da mídia, que não se interessavam pelo exame enquanto ele cuidava apenas de avaliar o ensino médio. O desprezo da opinião pública pelo Enem avaliador do ensino médio e sua valorização como instrumento de seleção para ingresso na universidade são uma lição que mostra que o Brasil superestima o ensino superior em detrimento da educação de base.

Outra lição do Enem é a demonstração da importância de gestão eficiente em qualquer setor do governo. As dificuldades do Enem 2019 mostram a falência de um governo que, preocupado com o sectarismo ideológico, despreza a necessidade de gestão competente na execução de programas.

O Enem deste ano mostrou que não temos ministro da Educação com interesse e competência para gerir a educação. Seu interesse de manter o discurso estridente contra os fantasmas culturais nos quais ele acredita. Parece preocupado apenas em desfazer o abstrato “marxismo cultural”, espectro criado por seus gurus.

Mas olhando para o Enem, para o Pisa (Programa de Avaliação Internacional de Alunos) e para o Ideb (Índice de Educação de Base) dos últimos anos, percebe-se que a tragédia da educação brasileira é muito mais dramática do que o fato circunstancial do atual ministro. Ela é o resultado de todos os governos que o Brasil teve. Ao mesmo tempo que denunciemos o despreparo e descompromisso do atual ministro, precisamos ter a honestidade de reconhecer que os governos anteriores não fizeram o que era necessário para o Brasil ter uma educação de qualidade e igual para todos.

Independentemente de ter ficado oito anos ou 12 meses no cargo, nenhum dos ministros anteriores foi capaz de convencer nossos presidentes a fazerem o que imaginávamos ser necessário para o Brasil ter a boa educação de que precisa. Nem fomos capazes de convencer a sociedade brasileira a desviar os olhos e os sonhos do ensino superior para a educação de base.

Os últimos governos deixaram quase o mesmo número de adultos analfabetos que herdaram, não melhoraram nossa posição no Pisa, deixamos as escolas mais violentas e os professores igualmente desprestigiados. E ainda criamos uma falsa narrativa de que fizemos uma revolução. É provável que Bolsonaro piore o quadro, mas isso não diminui nossa responsabilidade com a catástrofe educacional.

O desastre do Enem 2019 decorre da incompetência, do descuido, desinteresse e até

mesmo de certa alienação mental que o ministro demonstra a cada aparição, mas a falência da educação de base tem muitos outros responsáveis.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **CPI das universidades: resultados e lições**

#### **Em tempos difíceis, instituições mostraram clareza**

O ano de 2019 certamente entrará para a história das universidades estaduais paulistas como aquele em que USP, Unicamp e Unesp foram protagonistas de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), para averiguar “possíveis irregularidades na gestão das três instituições”.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/02/cpi-das-universidades-resultados-e-licoes.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL**

### **Público e privado**

O governo pretende dar início neste ano a um plano de privatização de creches com a utilização de dinheiro do Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica. A ideia partiu do diagnóstico de que há 830 creches inacabadas e 247 paralisadas no país. O PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) já começou a trabalhar com projetos-piloto --o primeiro interessado é Teresina (PI). A parceria com o investidor privado poderia ser de até 35 anos, segundo o órgão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/02/governo-quer-usar-fundeb-para-privatizar-creches.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL**

### **No bolso**

Em conflito com boa parte do Congresso, Abraham Weintraub (Educação) demonstra preocupação com a possibilidade de a Câmara e o Senado derrubarem vetos de Bolsonaro e retomarem a versão mais dura da execução impositiva das emendas parlamentares. Ele teme que os congressistas reduzam verbas para ações da pasta como a residência médica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/02/ministro-da-educacao-teme-perder-verba-apos-atrito-com-congresso.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES**

### **O Censo Escolar do Inep**

Promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e divulgado em 30 de dezembro do ano passado, o Censo Escolar de 2019 apresenta os números mais atualizados sobre os gargalos do ensino básico brasileiro, deixando claro que o País vem perdendo a corrida educacional.

Segundo o Censo, 40% dos professores do ensino médio – o mais problemático de todos – não têm formação adequada na disciplina que ensinam em sala de aula. Ou seja,



lecionam um conteúdo em que não são especializados. São docentes que não possuem licenciatura ou que fizeram a graduação em outras áreas do conhecimento. Muitas vezes, são professores de matemática ensinando física ou historiadores lecionando filosofia.

Na Região Sul, a segunda mais desenvolvida do País, 70,6% dos professores de ensino médio têm bacharelado e licenciatura nas áreas que lecionam. Mas na região apontada pelo Censo Escolar como a mais crítica, a Centro-Oeste, apenas 50,7% dos professores de ensino médio e 50,2% do ensino fundamental II têm a formação apropriada nas disciplinas sob sua responsabilidade. Na Região Nordeste, o índice é de 53,9%. Nesta região, 8,9% dos docentes não têm nem graduação nem licenciatura na disciplina que ensinam. No ensino fundamental I, a situação é ainda mais preocupante, uma vez que 26,9% dos docentes não fizeram curso superior.

Esse é um dos fatores responsáveis pela má qualidade do ensino básico, que tem sido atestada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, em inglês) e por mecanismos de avaliação nacionais, revelando que um número expressivo de alunos acaba se formando sem conseguir fazer uma redação, ler e compreender um texto simples e ir além das quatro operações aritméticas.

Na realidade, é um círculo vicioso. Muitos estudantes podem ser curiosos e ter a disposição de aprender mais. No entanto, mesmo que tenham boa vontade, professores improvisados, sem formação adequada na área em que atuam, carecem de segurança sobre o que deve ser ensinado. E isso os leva a improvisar, de modo que o conhecimento transmitido tende a ser superficial, comprometendo desse modo a formação dos alunos.

Romper esse círculo vicioso é o grande desafio das autoridades educacionais e as estratégias, como afirmam os especialistas em ensino básico, são conhecidas. Além de exigir melhoria das condições de trabalho, elas pressupõem a valorização da carreira docente, para torná-la mais atrativa, evitando o que os pedagogos chamam de “jornada dupla ou tripla” – ou seja, a necessidade dos professores de lecionar em pelo menos duas ou três escolas, por necessidade financeira, assumindo tarefas para as quais não estão gabaritados.

Obviamente, quanto maior é a carga de trabalho, menos tempo e condições têm esses professores para se aprimorar em programas de educação continuada.

Medido pelo Inep, o indicador de esforço docente revela que 43% dos professores de ensino médio no Brasil têm de 50 a 400 alunos, trabalham em dois turnos, em duas escolas e em duas etapas de ensino diferentes. Em colégios municipais do Estado do Pará, na Região Norte, 36,8% dos docentes do ensino médio têm mais de 400 alunos e trabalham de manhã, à tarde e à noite em duas ou três escolas.

Avaliações de qualidade e censos quantitativos são fontes fundamentais de informações para nortear a formulação de políticas públicas responsáveis e consequentes. Elas permitem a elaboração de diagnósticos precisos, orientam a busca de soluções e balizam as negociações que têm de ser feitas entre gestores públicos e os setores interessados. Por isso, é incompreensível que, desde sua posse, o governo Bolsonaro tenha desprezado as mais importantes e conceituadas fontes de informação da máquina estatal,

limitando-se a tomar decisões apenas com base em ideologias e enviesamentos religiosos. Se o Censo Escolar de 2019 apontou um cenário sombrio, o de 2020 infelizmente pode ser pior.

40% dos docentes do ensino médio não têm formação adequada nas matérias que ensinam

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO**

### **Movimento de Huck fará diagnóstico do País**

O movimento Agora!, do qual Luciano Huck faz parte, lança em maio um conjunto de diagnósticos e propostas para cinco grandes temas: saúde, educação, segurança pública, meio ambiente e cidades e favelas (urbanismo). Segundo interlocutores do apresentador de TV, ele tem se dedicado a estudar com afinco os tópicos e acompanha de perto as discussões do grupo da sociedade civil. No entorno de Huck, o entendimento é de que a agenda de propostas dele para o País, caso decida ser candidato a presidente, sairá, em grande parte, dessas jornadas.

» Conselheiros. Participam das rodas de conversa do Agora! Arminio Fraga, Paulo Hartung, Raul Jungmann e Claudia Costin.

» Como é. Na educação, o diagnóstico deverá dizer que há poucas escolas técnicas e um aumento expressivo no ensino a distância.

» Para entender. O Agora! é um movimento de renovação política da sociedade. Na mesma linha, Huck também integra o RenovaBR.

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

### **Piora desempenho de Bolsonaro nas redes**

**Na eleição de SP, ojeriza ao PT ainda será poderoso ativo, mas “Bolsodoria” dificilmente se repetirá.**

BRASÍLIA

Em meio a crises envolvendo o ministro da Justiça, Sérgio Moro, o ex-secretário de Cultura Roberto Alvim e a demissão de um auxiliar por uso de um jato da Força Aérea Brasileira (FAB), o presidente Jair Bolsonaro viu seu desempenho nas redes sociais piorar em janeiro. Monitoramento da imagem do presidente realizado pela empresa AP Exata aponta tendência de queda na popularidade de Bolsonaro nos primeiros dias do ano.

No mês passado, os comentários negativos sobre o governo se aproximaram dos favoráveis. Foram 14 dias de menções majoritariamente críticas ante 16 dias em que os apoios dominaram as redes. Em um dia, as publicações favoráveis e contrárias ficaram no mesmo nível. No início de fevereiro, o monitoramento indica que o mau humor em relação ao governo deve seguir avançando nas redes sociais. Até anteontem, foram seis dias negativos, dois neutros e um positivo.

Na avaliação dos analistas da empresa, estes números apontam uma propensão a uma mudança de comportamento na internet em relação a 2019.

“Bolsonaro está perdendo o controle narrativo nas redes. Em janeiro de 2019, ele não tinha

esse domínio pela polarização eleitoral e a revelação do caso (Fabrício) Queiroz (ex-assessor parlamentar de Flávio Bolsonaro suspeito de prática de rachadinha). Depois, ele conseguiu impor suas narrativas e estabilizou, mas começa a perder essa capacidade”, afirmou o diretor da AP Exata, Sergio Denicoli.

O primeiro ano do governo Bolsonaro foi marcado por amplo apoio nas redes. Segundo os dados da AP Exata, as menções em favor ao presidente em 2019 foram majoritárias em 246 dias. Já os comentários críticos prevaleceram em 79 dias. Os neutros, em 39 dias.

Para Denicoli, o eleitorado de Bolsonaro já não demonstra a mesma disposição para fazer a defesa do presidente. “O silêncio prejudica Bolsonaro. Para ele, é importante que as pessoas se manifestem a favor dele, mas são posicionamentos tão fortes que as pessoas começam a ficar mais receosas. É difícil manter este grau de militância durante quatro anos.”

Denicoli avaliou que os dados de janeiro de 2020 se aproximam dos números de janeiro de 2019, quando a percepção sobre Bolsonaro ainda tinha resquícios da disputa eleitoral.

No primeiro mês do ano passado, Bolsonaro teve 16 dias negativos, 13 positivos e dois empatados. Também prejudicou o noticiário envolvendo a investigação de “rachadinha” no gabinete do filho do presidente na Assembleia do Rio.

Trump. Segundo da AP Exata, 3 de janeiro foi o dia que mais rendeu comentários negativos contra Bolsonaro desde a posse. Um dia após o ataque dos EUA no Iraque que matou o general iraniano Qassim Suleimani, internautas que temiam o alinhamento do Brasil com os americanos criaram a hashtag #BolsonaroFicaCalado.

Nos dias seguintes, a crise seguiu aumentando o mau humor da internet com Bolsonaro. Outro pico de críticas se deu no dia 8, quando o presidente fez uma transmissão ao vivo para acompanhar fala do presidente americano Donald Trump.

A demissão do ex-secretário de Cultura Roberto Alvim, após vídeo com referência ao nazismo, em 17 de janeiro, também fez subir as menções negativas. No dia seguinte, os comentários críticos seguiram quando o Ministério da Educação admitiu erro na correção das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Bolsonaro só conseguiu reverter a queda na segunda-feira seguinte, quando se encontrou a atriz Regina Duarte e formalizou o convite para ela assumir a Cultura. Procurado, o Palácio do Planalto informou que não vai comentar.

“Bolsonaro está perdendo o controle narrativo nas redes. É difícil manter a militância por 4 anos.” Sergio Denicoli DIRETOR DA AP EXATA

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

**Escolas públicas e particulares têm de suspender aulas**

**Colégios de elite foram tomados pela água ou tiveram de cancelar atividades por dificuldade de acesso; 84 públicas não funcionaram**

Colégios particulares de elite foram tomados pela água. Os alagamentos suspenderam aulas tanto ontem quanto hoje e deixaram pais perplexos. Além disso, na rede pública, 44 municipais e 40 estaduais tiveram de parar as atividades. “É impressionante, muita gente acha que isso só acontece no Jardim Pantanal (área que ficou famosa por alagamentos na zona leste), mas não é bem assim, toda a cidade está vulnerável”, diz Angela Almeida, mãe de João, de 16 anos, que estuda no Colégio Santa Cruz.

Imagens da escola alagada correram os grupos de mães de WhatsApp durante o dia. Grupos de estudantes se mobilizaram ao longo do dia para formar mutirões para limpar os ambientes quando a água baixar.

A Beacon School, escola bilíngue com cerca de 800 alunos na Vila Leopoldina, também foi invadida pelas águas. Segundo a diretora, Maria Eduarda Sawaia, o prédio teve de ser interditado por causa da enchente e não foi possível sequer entrar na unidade para saber a extensão dos danos.

Outro colégio particular que amanheceu ilhado foi o Porto Seguro, em sua unidade do Morumbi. O enorme estacionamento da escola foi totalmente tomado pela água e ainda não há previsão sobre retorno das aulas. Também o pátio da unidade da Vila Leopoldina do Colégio Vera Cruz alagou. Por fim, a Avenues, escola internacional com mensalidades que chegam a R\$ 8 mil, cancelou as aulas por dificuldade de acesso.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - OPINIÃO

### Censura

Governador Marcos Rocha, Espero que o senhor já tenha demitido o secretário de Educação do Estado de Rondônia, assim como a diretora-geral de Educação. Nada pessoal, senão pelo fato de que — ao não o fazer — será somente do senhor a responsabilidade pela tentativa de censura contida no memorando 4/2020, aquele que propõe o Index Librorum Prohibitorum do século XXI, expedido por uma secretaria de seu governo e enviado às coordenadorias regionais.

Permita-me lembrá-lo de como a mensagem começa, desde já me desculpando por constrangê-lo com o uso do idioma por auxiliares que escolheu: “Solicitamos aos senhores que verifiquem nos kits de livros paradidáticos encaminhados às escolas para compor os acervos das bibliotecas, os livros relacionados no Adendo ID (10053329), e procedam com o recolhimento dos mesmos imediatamente, tendo em vista conterem conteúdos inadequados às crianças e adolescentes”.

Espero que já os tenha demitido também porque, de qualquer outra forma, recairá sobre o senhor a obrigação de explicar à sociedade o que seriam —nos livros que se pretendeu censurar— os tais “conteúdos inadequados”. O que seriam? Uma sugestão, governador: pergunte aos autores do memorando censor e então tenha — qualquer que seja a resposta — a justa causa para exonerá-los.

O outro caminho será o habitual, o da covardia, o que o senhor trilha até aqui: assumir, com o silêncio, a incompetência dos subordinados, passando-lhes a mão na cabeça, e, por omissão, plantar que desconhecia o ato, torcendo para o fervero baixar — combinação que intenta descaracterizar o propósito difundido pelo memorando, opção que reforça o propósito sem negar a incompetência.

Talvez o senhor diga que houve um mal-entendido e que, uma vez identificado o erro, o governo se mobilizou para repará-lo. Nesse caso, terá de explicar como se conserta um arreganho autoritário colocando o documento em questão sob sigilo. Precisarás igualmente esclarecer que tipo de consciência — senão a do “a casa caiu” —vai expressa em comunicações oficiais como a que se segue: “Missão recolhimento dos livros abortada. Caso façam contato com vocês sobre o tema, por favor, peçam que entrem em contato com a C.R.E.”

Não é bonito o retrato. Bonito tampouco é o tuíte por meio do qual o seu governo buscou reagir após recuar: “A @seducro reforça o compromisso com a Educação e reconhece que os livros são obras de autores consagrados mundialmente e que cumprem um papel importante para uma construção social. Sendo assim, não há ordem de recolhimento dos mesmos”.

O reconhecimento da secretaria não interessa, governador. Tampouco interessa a avaliação sobre o papel de um escritor para “uma construção social”, seja lá o que isso for. O fato de serem livros de “autores consagrados” não importa. Não é critério — a condição de clássico — para não censurar. Ou seria diferente — a censura avançaria — fossem escritores desconhecidos?

Livro nenhum precisa ser lido. Todo livro precisa estar livre para a leitura. Sem exceção. Isso é um valor — valor que não vê capa. Só o tempo pode tornar degredado um livro. Só o desinteresse das gentes, no curso das décadas, elege os proscritos — exílio do qual sempre um novo olhar lhes poderá resgatar.

O que faz um livro clássico não é a imposição do gosto de alguém ou de algum grupo. A imposição do gosto de alguém ou de algum grupo faz a censura. Não foi a caneta de um burocrata que fez “Memórias póstumas de Brás Cubas” um clássico. Foi a força de permanência dessa obra — sua capacidade de se manter atraente para além dos séculos — o que a fez clássica.

A vida de um livro é a vida dos que o desejam ler. O livro envelhece, rejuvenesce ou encontra a maturidade, a estabilidade, em função do desejo soberano de leitura. Quando o Estado viola o fluxo dessa natureza e mobiliza suas estruturas para recolher obras — clássicas ou não — em decorrência do juízo de burocratas, o que temos nome tem: censura.

Foi o que tentou fazer o governo do senhor: censurar.

São homens de bem — certos de proporem o melhor para proteger a juventude — os que censuram; os que mais rapidamente materializam o espírito do tempo. Doutrinação esquerdista nos colégios, a onipresença do marxismo cultural nas salas de aula, o ensino como irradiador de perversões etc. Isso nunca tarda a resultar, na mão do guardada esquina, em lista de leituras a serem trancadas; nunca demora a desaguar em Machado de Assis proibido, autor também de “Dom Casmurro”, criador da personagem Capitu, Capitu que dá nome à cadela do ministro da Educação, de quem não se ouviu palavra em repúdio ao limite que o governo do senhor testou. O senhor, coma omissão que abona, é o guardada esquina.

É onde estamos. Acorda seguidamente esticada; sendo inegável que, nos 43 livros

amaldiçoados, haja muita coisa escrita — e de impossível suavização. Quando afrouxa, nunca volta ao mesmo lugar.

topo ↕

## O GLOBO - RJ - O PAÍS

### Maia: ‘Apanho forte dos bolsominions nas redes’

#### Durante almoço com empresários no Rio, presidente da Câmara volta a defender candidato único de centro para o Planalto

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que tem “apanhado forte” nas redes sociais dos seguidores e apoiadores do presidente Jair Bolsonaro, a quem chamou de “bolsominions”. Maia disse ainda que os ataques são mais frequentes quando critica o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

— Eu apanho forte dos bolsominions nas redes sociais. Quando eu “elogio” o ministro da Educação, aí é que apanho mesmo e falo ainda mais —disse Maia, arrancando risadas de uma plateia formada por empresários, durante almoço na Associação Comercial do Rio (ACRJ).

Mais tarde, quando questionado por jornalistas se as críticas nas redes sociais poderiam contaminar o ambiente Legislativo, Maia negou e ressaltou que isso “faz parte da vida”.

Maia disse também durante o almoço que a saída do ex-presidente Lula para a prisão, em novembro do ano passado, abriu um maior espaço para uma candidatura de centro em 2022. O presidente da Câmara voltou a defender um nome único do campo para as próximas eleições presidenciais.

Em sua apresentação, Maia foi questionado sobre viabilidade de uma candidatura de centro, com nomes como o do apresentador de TV Luciano Huck, o do ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PDT) e o do atual governador de São Paulo, João Doria (PSDB).

Em sua resposta, o presidente da Câmara disse que ainda é cedo para discutir o pleito futuro, mas que há espaço para essa candidatura com a “redução do espaço do PT na política”. Ele apontou para necessidade de união dos três nomes em torno de uma única chapa:

— Tem espaço (para candidatura de centro), vejo que depois da saída do presidente Lula, deu uma reduzida no espaço do PT na política, reduzindo aqui eu reduzo o lado de lá (direita), e esse campo aqui (centro) passa a ter espaço para criar um candidato, ter um candidato, mas isso é para 2022.

De acordo com o atual presidente da Câmara, essa definição de um único nome fará com que o país tenha outras duas candidaturas, de direita, encampada pelo presidente Jair Bolsonaro, e esquerda, vindo do “campo do PT”.

—Espero que esses três nomes (Ciro, Doria e Huck) tenham grandeza e possam eles estar juntos, para que o Brasil tenha três candidaturas, cada um com um perfil, para que tenhamos uma eleição com um debate maior do que nas últimas eleições —disse.

“Espero que Ciro, Doria e Huck tenham grandeza e possam estar juntos”

Rodrigo Maia, sobre as eleições

topo 

## O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

### **Justiça barra plano da UFRJ de tirar empresas do Polo de Biotecnologia Universidade diz que área ocupada por 24 companhias que produzem tecnologia de ponta precisa ser esvaziada para ser licitada; ocupantes afirmam que ordem inviabiliza negócios**

Vinte e quatro empresas que ocupam o Polo de Biotecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) — empregando 715 pessoas e com faturamento estimado em R\$ 85,7 milhões anuais — estão sendo expulsas pela instituição, após o fim de um contrato de cessão de uso do terreno.

A decisão, que afeta a produção de tecnologia de ponta —de coleta e armazenamento de células-tronco até o desenvolvimento de corais e mexilhões geneticamente modificados —, gerou uma disputa judicial. Quatro das empresas conseguiram liminar para permanecer na Ilha do Fundão.

O problema começou em novembro de 2018, quando se encerrou o contrato de cessão que a UFRJ tinha com a Fundação Bio Rio, investigada pelo Ministério Público por lavagem de dinheiro. A universidade acusa a fundação de inadimplência, por falta de pagamento de contas como a de energia elétrica. A Bio-Rio não respondeu aos contatos do GLOBO.

Com isso, a gestão do polo voltou às mãos da UFRJ, que o incorporou a seu Parque Tecnológico. Em fevereiro de 2019, uma portaria da reitoria, então sob comando do biólogo Roberto Leher, concedeu às empresas residentes o direito de ocupar o espaço por mais 12 meses. A decisão previa que, após esse período, seria feita uma licitação para a escolha dos ocupantes do espaço.

Segundo a universidade, o edital da nova licitação só será lançado após a realização de obras de pavimentação, prevenção a incêndios e iluminação pública, além da instalação de uma nova infraestrutura da Cedae. Não há previsão de conclusão para isso.

A UFRJ afirma que as 24 empresas poderão participar do novo edital de ocupação do polo, mas considera obrigatório que elas liberem o terreno, por conta do princípio da impessoalidade. “Todas as áreas devem estar desocupadas antes de serem ofertadas em um edital público”, diz a instituição.

Vários empresários apontam a dificuldade dessa desocupação. As empresas possuem equipamentos complexos de serem transportados. Esse é o caso da Labtox. Criada pela ex-aluna da UFRJ Leila Kraus, ela utiliza organismos vivos de água salgada, como corais, para avaliar a toxicidade de alguns materiais em contato com essas espécies.

— Temos tanques com esses seres vivos. As análises são mantidas em salas controladas. Desmontar uma estrutura dessas e montar em outro lugar não é como levar um laptop —afirma a bióloga.

## LICENÇAS DEPENDEM DO AMBIENTE

Fernando Ribeiro da Luz Cruz, sócio da Baktron —que trabalha com análises de microbiologia e de físico-química e foi uma das que conseguiram liminar na Justiça

para não sair—, aponta outro complicador:

— Todas as licenças e habilitações necessárias para trabalhar são relacionadas ao ambiente físico da empresa. Precisamos de autorizações de Inea, Anvisa, In metro. Elevamos anos para consegui risso. Mudar significa ficares se tempo parado—explica.

Juntas, as empresas pagam, mensalmente, R \$40 mil pelou sodo espaço e mais R \$210 mil de taxa de serviço (despesas com terceiros, como limpeza, retirada de lixo e segurança).

A maior empresa do polo, a Cryo praxis, especializada em coleta e armazenamento de células-tronco de cordão umbilical e placentário, já decidiu deixar o local. Ela estava na área havia 20 anos e, como adiantou a coluna de Ancelmo Gois, decidiu mudar-se para São Paulo.

—O problema com a reitoria foi a gota d'água. O ambiente no Rio não é amigável aos negócios — afirma Eduardo Cruz, idealizador da empresa. — Vamos levar dois anos para fazer a mudança, por conta da complexidade desse processo. Estamos estudando parques em Jundiaí ou Campinas.

A disputa chegou à Justiça na última semana, quando acabou o prazo para as empresas deixarem o local. A UFRJ informou que não comenta a decisão judicial.

—No fim de novembro, notificaram as empresas para sair em dois meses. Não se mobiliza um parque tecnológico nesse tempo, especialmente em dezembro e janeiro — afirma Renato Trindade, advogado de nove empresas do Polo, inclusive das quatro que conseguiram liminar para permanecer no local.

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

### **São Paulo teme rombo e quer diminuir teto de docentes**

#### **Governo paulista contesta no STF alta nos salários de 4 mil professores**

Prevendo um rombo de mais de R\$ 300 milhões por ano nas finanças públicas de São Paulo, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que representa o governo João Doria (PSDB) nos tribunais, abriu uma disputa com as mais importantes universidades estaduais contra o aumento do teto salarial a professores e pesquisadores. A controvérsia deve ser resolvida ainda em 2020 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/02/11/sao-paulo-teme-rombo-e-quer-diminuir-teto-de-docentes.ghml>

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

### **PEC do Fundeb deve prever dobro de recursos da União**

#### **Ideia é passar dos atuais 10% para algo em torno de 20% no próximo ano, segundo relatora**

O relatório final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Fundeb na Câmara dos Deputados, a ser finalizado nos próximos dias, deve prever um aumento substancial da complementação da União ao fundo já em 2021. A ideia é passar dos atuais 10% para algo em torno de 20% no próximo ano, disse ao Valor a deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), relatora do tema.



Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/02/11/pec-do-fundeb-deve-prever-dobro-de-recursos-da-uniao.ghtml>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

### Professores prometem entrar em greve em MG

#### Decisão acontece após governo Zema enviar projeto prevendo reajuste para policiais

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), enviou na semana passada um projeto para Assembleia Legislativa que propõe reajuste salarial dos policiais e de agentes penitenciários. A decisão foi tomada após muita pressão da categoria e em razão de temores no governo de que a insatisfação pudesse levar a uma greve do pessoal da segurança. O projeto, porém, alimentou discórdia nas demais categorias dos servidores, entre elas a da educação, que promete entrar em greve hoje.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/02/11/professores-prometem-entrar-em-greve-em-mg.ghtml>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

### Aliados alertam para vencimento de MPs

#### Prazo para votação das matérias termina no dia 16; até agora, não foram criadas comissões para análise dos temas

O ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, já foi informado por parlamentares aliados que o governo amargará duas derrotas nesta semana, com o vencimento das Medidas Provisórias 895 e 896. A primeira criou a Carteira de Identificação Estudantil, a segunda desobrigava a publicação de atos da administração pública em jornais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/02/11/aliados-alertam-para-vencimento-de-mps.ghtml>

topo ↕

## CORREIO POPULAR – SP - CARTAS

### Capes

Economista e professor, Campinas

Sabe-se que a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** — **Capes** é uma fundação do Ministério da Educação que cuida da formação de recursos humanos de alto nível em todas as áreas de conhecimento, além de ser responsável pelo Sistema Nacional de Pós Graduação, com avaliação de cursos de mestrado e doutorado, bem como pela formação de professores da educação básica. Diante da nomeação do (...) engenheiro eletricista Benedito Guimarães Aguiar Neto, preocupa o fato do novo nomeado adotar a teoria do criacionismo, que abre a possibilidade de se criar um debate acalorado entre as diferentes concepções da criação do homem e desfocar da necessidade principal. Com o corte de verba dos institutos federais e universidades públicas, será que haverá recursos para alinhar pesquisas polêmicas em detrimento às pesquisas já iniciadas e não finalizadas?

topo ↕

## A TARDE - BA - SALVADOR

## **Ação visa vínculo de crianças com a natureza**

### **PROGRAMA Intuito é conscientizar sobre a importância do meio ambiente e a preservação com atividades pedagógicas**

Em clima de entusiasmo e diversão, o prefeito ACM Neto e o cantor Carlinhos Brown lançaram, na tarde de ontem, o programa Pertencimento Ambiental para crianças da educação infantil de mais de 40 creches. O ápice do evento ocorrido no anfiteatro do Parque da Cidade aconteceu com a performance dos personagens defensores do meio ambiente, Paxuá e Paramim.

O intuito é estabelecer um vínculo afetivo entre as crianças e a natureza, por meio de atividades no programa pedagógico, fortalecendo a cultura da importância do meio ambiente na rede e a preservação. "Nos últimos cinco anos, venho trabalhando uma série de pertencimento ambiental. Fui na Brasil Sustentável e eles me trouxeram professores do Amazonas com conhecimento vasto sobre pertencimento ambiental. Fiz as músicas, construí os desenhos, os temas e os personagens. Estou muito feliz, sobretudo de que esse programa começou aqui na Bahia", diz Carlinhos Brown, idealizador do programa.

A proposta é composta por um amplo material educacional, proporcionando às crianças e aos educadores importantes subsídios para contribuir no aprendizado e conhecimento.

Além disso, todo o conteúdo está em conformidade com a Base Nacional e Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, do Ministério da Educação (MEC), e a Lei nº 9.795,27, de abril de 1999, que dispõe sobre educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Agora, a ideia é fornecer kits com a temática para crianças, educadores e coordenadores pedagógicos da educação infantil da rede municipal de ensino.

Os educadores também receberão capacitação por meio de curso EAD (educação a distância) e autoinstitucional, para que sejam elementos multiplicadores do tema nas salas de referência.

"Para a gente, é fundamental que as crianças, desde as primeiras idades e as primeiras séries, possam ter contato com a consciência da importância de preservar o meio ambiente. E agora chegamos ao ponto de trazer para a educação municipal da rede pública. Crianças de 4 anos vão ter acesso a esse material feito por Carlinhos. Isso trabalhado permanentemente fará com que no futuro tenhamos pessoas muito mais comprometidas e conscientes com o cuidado do meio ambiente em nossa cidade", ressaltou ACM Neto.

Ainda segundo Carlinhos Brown, na série é abordada a polinização e o cuidado que temos que ter com animais como abelha, formiga e minhoca. "Contei muito com os professores, sobretudo com ideias que eles já desenvolveram nas suas salas. Acredito que os professores vão melhorar a cada dia esse programa, pois isso não funciona se os professores não abraçarem. E acho que eles abraçaram. Estou muito feliz", finalizou Carlinhos Brown.

Para o secretário municipal da Educação, Bruno Barral, quando é abordado na primeira infância, o pertencimento ambiental faz toda a diferença. "Com esse programa de sustentabilidade, teremos crianças no futuro que consequentemente se relacionarão de forma diferente com o meio ambiente. Como Brown disse, nós temos uma cultura

muito extrativista, onde tiramos muito do meio ambiente sem cuidado", salientou.

Para Andreia Rodrigues, 32 anos, mãe da pequena Yasmin Vitória, 5 anos, a iniciativa é muito interessante. "A criança acaba aprendendo mais, tanto na escola quanto fora. Ela reage bem a essas ações que desenvolvem ainda mais o aprendizado dela".

topo ↕

## A TARDE - BA - OPINIÃO

### Melhorar e universalizar a educação básica da Bahia

Assessor de gabinete do TCE-BA, professor de direito da Facsal/Uniceusa, doutor em direito pela USP

No Brasil, 11,8% dos jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola. O percentual corresponde a 1,2 milhão de jovens brasileiros. Na Bahia, o percentual é ainda maior: 12,1% das pessoas dessa faixa etária não frequentam a escola (IBGE, 2019). Tais dados indicam que, apesar dos inegáveis avanços na área educacional nos últimos anos, ainda há muito trabalho a ser feito para tornar as nossas escolas mais acessíveis, inclusivas e acolhedoras, contribuindo, assim, para a efetivação do direito fundamental à educação.

Infelizmente, avaliações como o Pisa, da OCDE (2019), não são animadoras. As performances em leitura, matemática e ciências do Brasil e, em especial, da região Nordeste estão entre as mais baixas dentre aquelas dos países e regiões pesquisadas. Além disso, os dados levantados indicam que, por exemplo, mais da metade dos estudantes relatam ter faltado às aulas pelo menos uma vez nas duas semanas anteriores à pesquisa.

Diante desse cenário, como atingir metas como a do Plano Nacional de Educação (2014) de universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos? Dentre os fatores que conduzem à evasão escolar está o fato de muitos alunos frequentarem a escola fora da etapa adequada para a sua idade, como é o caso de 23,1% dos jovens da referida faixa etária (IBGE, 2019).

Esses são apenas alguns exemplos de como ainda há grandes desafios a serem enfrentados para se efetivar o direito à educação pública e de qualidade no país. A política educacional não abre margem para soluções simplistas ou desarticuladas. Ao contrário, são necessárias medidas voltadas ao fortalecimento do regime colaborativo dos entes da federação brasileira, à destinação de mais recursos para as escolas públicas e à implantação dos Sistemas Nacional e Estadual de Educação.

Em direção similar, é importante haver uma maior articulação dos poderes constituídos e estímulos à participação social. Iniciativas como o projeto "Educação é da Nossa Conta", desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) e pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA), mostram que é possível promover a atuação conjunta de órgãos de controle externo, gestores, dirigentes, parlamentares, pesquisadores e sociedade civil. Para tanto, espaços de diálogo precisam ser abertos, como o III Seminário Nacional Educação é da Nossa Conta, cuja realização está prevista para os dias 10 e 11 de março de 2020 na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (Alba).

Participar ativamente dos debates em torno da melhoria e da universalização da

educação é papel de todos nós. É esse o convite e o objetivo que o TCE-BA, o TCM-BA e a Alba compartilham com a sociedade baiana.

topo ↕

## **CORREIO DO POVO - RS - OPINIÃO**

### **Quando o município abraça a universidade**

Não há dúvidas da significativa mudança que a chegada de uma universidade causa em um município.

Seja ela particular ou pública, o impacto é visto a olhos nus. Os desafios são grandiosos e sempre irá requerer um empenho do poder público para atrair, receber e manter aquele espaço vivo e em crescimento. Mas, a comunidade é fundamental neste processo. Ela tem que estar atuante, ser a grande responsável por manter a universidade viva. Houve um tempo em que só os grandes centros ofereciam o ensino superior. E quantos jovens precisaram sair de suas cidades em busca do tão sonhado canudo? Foi o meu caso, quando corri atrás da formação de engenharia, lá na década de 60.

Com o passar dos anos, os investimentos em educação no país, ampliaram a possibilidades aos estudantes na conquista da graduação. No início, mais restrito a pessoas com melhor poder aquisitivo, avançamos, e, hoje muitas oportunidades existem para que cidadãos de todas as classes acessem o ensino superior. Na minha visão, uma das mais corretas políticas públicas para o desenvolvimento digno de uma nação. Estamos vivendo esta realidade desde 2007. E como é bom sermos uma cidade universitária. Como isso contribui em vários aspectos: intelectual, na boa convivência, nas novas oportunidades na área social, na pesquisa, no crescimento pessoal.

Estudantes de diversas partes do país estão aproveitando vagas no município distante 80km da capital gaúcha. Temos um belo Campus da Universidade Federal do Rio Grande - Furg, com cursos presenciais de Bacharel em Administração, Engenharia da Produção e outros. Temos cursos técnicos, de especialização, de pós graduação. Tudo gratuito. O Polo Universitário, que abriga universidades federais, funciona em uma antiga escola, que foi adaptada e ampliada, com muitos outros cursos e oportunidades de aprendizado para nossos jovens, adultos e idosos.

Em meio há tantos temores sobre os rumos da educação nestes tempos de crise, o polo de Santo Antônio da Patrulha conquistou o P lugar no Prêmio Polo EaD em Ação, promovido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes**, fundação vinculada ao Ministério da Educação. Nosso grande mérito? A capacidade de envolvimento com a sociedade. Buscando alternativas de movimentar os Campus e provar que a universidade aqui tem que ficar e prosperar.

Prefeito de Santo Antônio da Patrulha

topo ↕

## **DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - PAINEL**

### **Público e privado**

O governo colocou para 2020 um plano de privatização de creches com a utilização de dinheiro do Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica. A ideia partiu do diagnóstico de que há 830 creches inacabadas e 247 paralisadas no país. O PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) já começou a trabalhar com projetos-piloto — o primeiro será em Teresina (PI). A parceria com o investidor privado poderia ser de até 35 anos, segundo o órgão.

MODELO II "As empresas vão fazer o investimento inicial, de construir ou terminar a obra, e depois vão ter taxa de retorno. A gente vai pagar a elas a taxa de manutenção para o dia a dia da creche. A ideia é usar o Fundeb para isso. Fizemos três reuniões com o PPI nesse sentido", disse o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), ao Painel.

E PODE? // De acordo com especialistas da área de educação, não há previsão para parcerias nesse sentido na atual lei do Fundeb. O fundo, porém, vence neste ano e um novo modelo está em discussão no Congresso. O governo quer estabelecer um prazo de validade de dez anos na próxima legislação.

NO BOLSO // Abraham Weintraub (Educação) foi um dos ministros que mais se preocuparam com a execução impositiva de emendas —em que o Congresso dita a execução do gasto público. Ações bancadas pela pasta, como a residência médica, têm como fonte a verba de parlamentares. Sofrendo críticas de políticos, ficou com medo de perder dinheiro.

Tiroteio

"Weintraub brigou com tanta gente que conseguiu unir todas as forças contra a sua MP; foi o mérito mais exitoso na Educação"

Do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), sobre medida provisória que põe fim à carteirinha de estudante da UNE e que deve perder validade

topo ↕

## **DIÁRIO DO COMERCIO – MG - ECONOMIA**

### **Estados querem incluir o ICMS na reforma tributária**

Brasília – Os secretários da Fazenda dos Estados se reunirão com o ministro da Economia, Paulo Guedes, amanhã, e vão reforçar no encontro o desejo de inclusão do ICMS na reforma tributária, afirmou o presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles.

Falando a jornalistas após reunião do Comsefaz ontem, Fonteles, que também é secretário da Fazenda do Piauí, afirmou que a mudança no ICMS é imprescindível para desatar o nó dos impostos sobre o consumo.

O governo, que não enviou uma proposta formal de reforma tributária ao Congresso, tem defendido que haja primeiro uma unificação de PIS e Cofins num Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal, cabendo aos entes regionais a oportunidade de colocarem depois os tributos sobre consumo de sua competência sob a aba do modelo.

“A posição que a gente tem ouvido deles (governo federal) é que eles querem mandar uma proposta que na visão deles é mais factível, só mexe com os impostos federais, mas o que o Congresso quer é fazer uma reforma que realmente impacte o setor produtivo. E você não vai impactar o setor produtivo se você não envolver o ICMS”, disse.

“Tem que aproveitar esse protagonismo que o Congresso está tendo, essa vontade que o Congresso está tendo de fazer a reforma tributária pra envolver o imposto que realmente pode modificar a dinâmica do investimento em relação à tributação, que é o ICMS, que é o imposto mais complexo, mais complicado.”

Além da reforma tributária, o encontro com Guedes tratará das propostas de emenda à Constituição (PECs) que compõem o Plano Mais Brasil: a PEC do Pacto Federativo,

PEC Emergencial e PEC dos Fundos Públicos, que têm como princípio a prometida desvinculação, desindexação e desobrigação do Orçamento.

“Primeiro a gente queria ter uma proposta para cada emenda que foi apresentada pela União. Agora é o momento de conversar para compor”, afirmou.

Nesta terça-feira, os governadores vão analisar as alterações propostas pelos secretários da Fazenda dos Estados às PECs. Em relação à PEC do Pacto Federativo, a mais ampla das iniciativas, Fonteles disse, por exemplo, que a sugestão será de que medidas de controle de despesas obrigatórias no Orçamento sejam acionadas em duas fases.

Na PEC, o governo do presidente Jair Bolsonaro propôs que sempre que a despesa corrente superar 95% da receita corrente os gestores de estados e municípios passem a ter uma série de medidas à mão.

Segundo Fonteles, o Comsefaz defende que as medidas mais brandas sejam automaticamente adotadas quando o percentual de 90% for atingido, com o restante das medidas valendo, também de maneira obrigatória, a partir do patamar de 95%.

Entre as medidas que estão previstas na PEC, estão a proibição para promoção de funcionários e para concessão de reajustes, a suspensão da criação de despesas obrigatórias e benefícios tributários e a redução de até 25% da jornada de trabalho dos servidores com adequação dos salários.

A exemplo do que já tinha dito da PEC Emergencial, que também conta com essas mesmas medidas, Fonteles afirmou que os governadores querem que a redução da jornada dos servidores com proporcional diminuição no salário seja a única medida de adoção facultativa.

Entre outras alterações para a PEC do Pacto Federativo, os secretários da Fazenda querem maior participação dos estados e municípios na composição do Conselho Fiscal da República. Também são contra o fim da concessão de garantias da União para empréstimos feitos pelos entes.

Em outra frente, os secretários da Fazenda querem que fique consignado já no texto da PEC que os Estados e municípios fiquem com 70% das receitas com exploração de petróleo.

“Se vai ser escalonado, se vai ser de uma vez, é uma discussão em aberto”, afirmou Fonteles.

Fundeb – Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Fonteles afirmou que o consenso no Comsefaz é de que a suplementação da União saia de 10% e vá para 30%, em etapas.

Ele afirmou que “talvez” os recursos oriundos de uma divisão mais generosa dos royalties do petróleo possam financiar esse aumento de participação da União no direcionamento de recursos, mas frisou que isso tem que ser discutido com o governo federal. (Reuters)

topo ↕

## DIÁRIO DO NORDESTE - CE - NACIONAL

### 70 mil VAGAS DE ENSINO SUPERIOR OFERTADAS PELO FIES

As inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) terminam amanhã (12). Para se candidatar, os estudantes devem acessar a conta única do Governo Federal, por meio do portal. Neste semestre, o programa vai ofertar 70 mil vagas em instituições privadas de ensino superior. O resultado sai no dia 26 de fevereiro. O candidato precisa acessar o portal do Fundo, no endereço [fies.mec.gov.br](http://fies.mec.gov.br).

topo ↕

## DIÁRIO DO NORDESTE - CE - POLÍTICA

### LER

"São indicadores objetivos que representam o esforço dos entes federados com a qualidade da educação básica e da transparência de suas informações, razão pela qual merecem ser utilizados como parâmetro para a repartição dos royalties do petróleo"

André Figueiredo

Deputado federal (PDT), autor de projeto de lei que altera as regras de divisão dos royalties arrecadados na exploração de petróleo e gás natural pelos regimes de concessão e de partilha a partir do Ideb e da EBT

topo ↕

## DIÁRIO DO NORDESTE - CE - CIDADES

### Relevantes na Ciência

**Mulheres cientistas conduzem pesquisas de destaque no Ceará. Em alusão ao Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência, estabelecido pela Unesco e pela ONU Mulheres, pesquisadoras relatam as experiências de desenvolverem estudos em universidades cearenses**

A realidade idealizada em sonhos de infância colide com os desafios intrínsecos à condição de ser mulher na sociedade, ainda mais quando o sonho é atuar na ciência. No Ceará, o cenário não é diferente. Mas, nesta terça-feira (11), a vivência de mulheres que atuam na busca por ampliar o conhecimento, de algum modo, ganha novo significado.

Comemorado desde 2016, o Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência recorda, em cada 11 de fevereiro, o trabalho desempenhado por pesquisadoras nas comunidades de ciência e tecnologia, e enfatiza que essa participação pode e deve ser fortalecida. O marco é liderado pela Unesco, com a ONU Mulheres.

O interesse por conhecimento começou cedo para a pesquisadora Cristiane Melo, 44. Na época do colégio, as feiras de ciência eram sinônimo da conquista do primeiro lugar da turma. Anos mais tarde, na faculdade de Medicina Veterinária, surgiu a afinidade com a área de reprodução, que a levou a buscar bolsas de pesquisa e a realizar projetos junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Hoje, a professora pesquisadora da Universidade Estadual do Ceará (Uece) lidera estudos de biotecnologia, voltados à Agropecuária e Saúde Humana e Animal. Sua principal linha de pesquisa tem como base a água de coco.

"Ao longo do tempo, fomos trabalhando em um grupo grande de pesquisa. Em 2002, a gente conseguiu estabilizar a água de coco na forma de pó, e trabalhamos o produto mais estável na área de reprodução animal e agropecuária, multiplicando sêmen e embriões", explica. Mais tarde, o estudo avançou para a área de saúde, sendo utilizado

na produção de uma pomada cicatrizante — ACP Derma.

## Recursos

Outro grande projeto da pesquisadora trata-se de um produto que usa a água de coco em pó para fazer soluções de preservação de órgãos que serão utilizados em transplantes. "A gente está no último modelo animal, antes de passar para o teste em órgãos de descartes humanos e conseguir substituir produtos importados, muito caros, por produtos locais", revela.

Segundo Cristiane, o foco mais recente tem sido a força de trabalho em cima de poucos recursos de fomento do Governo Federal. Ela explica que, caso a pesquisa seja proposta em parceria com uma empresa que vá desenvolver ações relacionadas ao tema em questão, é possível alocar mais recursos do Governo, desde que o estudo seja "alinhado com uma real demanda da sociedade".

Em relação à presença de ambos os gêneros na área de pesquisa, Cristiane diz observar um equilíbrio. O desafio para as mulheres, porém, é notável. "Ainda é muito forte essa questão de a mulher ser a principal responsável por cuidar da casa, dos filhos, então é difícil conciliar esse tempo com atividade na ciência", diz. "É preciso achar um tempo para cuidar de si, ter dedicação ao trabalho mas também ao lazer, às atividades físicas, religião. Se não, você adoce", ressalta.

Ela conta que se firmar como profissional nesse grupo foi difícil no começo da carreira. "Agora, podemos ser mais respeitadas pelo nosso conhecimento, não pela forma como aparentamos ser. Houve uma evolução muito grande".

A visão da pesquisadora Cláudia do Ó Pessoa, 53, traz outra perspectiva. A professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) e integrante do Laboratório de Oncologia Experimental percebe uma predominância masculina no universo científico, e afirma que "ter voz, mostrar que pensa e defender suas opiniões são desafios constantes".

Natural de Pernambuco, Cláudia se formou em Farmácia no ano de 1987. Ela conta que ansiava por conhecimento e esperava poder multiplicá-lo, inspirada nas pedagogas de sua família. Cláudia chegou ao Ceará em 1989 para fazer Pós-Graduação em Farmacologia. O mestrado teve início logo em seguida.

Ela coordena, junto a outro professor da UFC, uma pesquisa em parceria com o Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos (NCI, na sigla em inglês), que investiga moléculas com potencial anticâncer. As moléculas têm origem em plantas ou animais marinhos.

"É uma pesquisa, de certa forma, ao acaso, porque a gente peneira moléculas que tenham esse perfil e faz um processo de investigação, para confirmar se existe esse potencial anticâncer", diz. Devido à riqueza da biodiversidade no Brasil, ela destaca a importância de conhecer o patrimônio natural do País, e reconhecer seus potenciais na área terapêutica. No momento, o estudo avança em modelos animais, com base experimental.

## Determinação

A pesquisadora revela que, por não ser cearense, precisou se esforçar em dobro para ser reconhecida no Estado, uma vez que não tinha referências locais no meio científico.



"Para as mulheres que estão começando, eu digo que a determinação é primordial. Tenha foco e estabeleça estratégias para atingir objetivos e sua meta final", aconselha.

A mesma determinação se fez necessária para a pesquisadora Flávia Tens, 44. A engenheira de materiais e professora da Universidade de Fortaleza (Unifor) conta que sempre esteve ligada à pesquisa, desde a década de 1990, quando foi bolsista do CNPq. Hoje, ela desenvolve uma pesquisa voltada à reciclagem de resíduos da construção civil.

"O nosso estudo é voltado para utilizar esse resíduo em substituição à areia comum. Para fazer obras, é retirada areia da natureza, então, por que não aproveitar um resíduo que já foi descartado e fazê-lo voltar para o ciclo produtivo?", pondera. A pesquisa segue o conceito de economia circular, que determina que a matéria-prima não deve ser lançada em aterro ou lixões, e sim voltar a circular em cadeias produtivas. A professora afirma que nunca notou predominância masculina no meio, que descreve como um campo misto. Porém, quando iniciou o doutorado em saneamento, ela estava grávida do segundo filho, e chegou a receber olhares de desconfiança. "Eu consegui provar que, mesmo sendo mulher, com filhos pequenos, eu poderia ser bem inserida".

Para Flávia, cabe à mulher se impor em seu papel, e não aceitar ser rebaixada. "Quando a gente é criança, já tem uma cultura de dizer que mulher não é boa em matemática. Agente tem que quebrar isso desde cedo, a mulher pode assumir essas funções".

topo ↕

## DIÁRIO DO NORDESTE - CE - POLÍTICA

### **Bancada federal do Ceará pressiona União por repasse de R\$ 646 milhões em emendas**

**O retorno dos trabalhos do Parlamento marca a primeira batalha entre os dois Poderes da República. Em ano eleitoral, parlamentares não querem abrir mão do repasse dos recursos previstos para 2020. Para o Ceará, são R\$ 646,5 mi**

Mal recomeçaram os trabalhos no Congresso Nacional, depois do recesso parlamentar, e já há uma clara batalha em curso entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal contra o Palácio do Planalto. A principal queda de braço entre os Poderes diz respeito ao repasse das emendas impositivas de bancada e individuais. No Ceará, o valor chega a R\$ 646,5 milhões para este ano.

Antes moeda de troca para a aprovação de matérias do Executivo no Parlamento, a liberação das emendas hoje é obrigatória na gestão. Ou seja, o presidente da República é obrigado a pagar as remessas solicitadas por deputados federais e senadores. Neste Orçamento de 2020, será o primeiro ano em que não apenas as emendas individuais, mas também as de bancada, serão de ordem obrigatória.

Hoje haverá uma nova reunião com o relator do Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD), o presidente da Câmara dos Deputados e representantes do Governo, para o ensaio de um acordo. O encontro é um desdobramento da última reunião de domingo (9) entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o presidente Jair Bolsonaro, para alinhamento dos vetos à Lei do Orçamento aprovada no ano passado.

Sob risco de contingenciamento da liberação das emendas, o Governo quer negociar o pagamento em um prazo mais elástico e pede que o Congresso não derrube todos os vetos presidenciais no que diz respeito ao projeto que mudou as regras para a execução do Orçamento de 2020. Parlamentares decidiram, no projeto do Orçamento elaborado e

aprovado em 2019, que o Palácio do Planalto deveria pagar as emendas em até 90 dias.

O Governo, por outro lado, planeja um prazo maior para as transferências dos valores. É o mesmo expediente utilizado pela equipe do ministro Paulo Guedes no ano passado, quando segurou recursos nos primeiros meses do ano.

## Vetos

Com o veto de Bolsonaro na hora da sanção do projeto, quanto ao prazo para o pagamento dos valores, o Congresso Nacional, agora, tem o poder de derrubar a decisão do presidente. Ciente do risco, o Governo Federal quer negociar com o Parlamento alguns desses pontos e evitar que os repasses fiquem além do planejamento feito pela equipe econômica.

Um dos pontos dos quais o Congresso não deve abrir mão é o direito de indicar a prioridade para a execução das emendas. Confirmada a possibilidade, o Governo perde o controle da ordem do que será liberado para os Estados. “Isso é um dos temas a ser tratado nessa reunião, mas é evidente que esse é um ponto que o Congresso enxerga como fundamental. Estamos a caminho de construir o acordo, mas atendendo ao Governo em várias outras questões”, adianta o relator do Orçamento de 2020, deputado Domingos Neto (PSD).

Para o deputado Eduardo Bismarck (PDT), a preocupação, agora, é com a possibilidade de contingenciamento dos valores das emendas parlamentares, que pode reduzir imediatamente o valor reservado aos Estados já no início do ano, assim como ocorreu no ano passado.

“O que está todo mundo esperando é o decreto de contingenciamento em relação ao Orçamento da União, que inclui as emendas. Vamos supor que cada parlamentar tem R\$ 15,9 milhões de (emendas individuais) impositivas. Se ele contingenciar 10% do Orçamento, é 10% das emendas”, prevê o parlamentar.

Otimista, o deputado Vaidon Oliveira (Pros) acredita na possibilidade de um acordo sem traumas entre os Poderes, mas ressalta que “enquanto a União for mantenedora da maior parte dos recursos, tem que se achar uma maneira desses recursos chegarem aos municípios”. Ele acredita que a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do País, em torno de 2,5% para 2020, pode ajudar o Governo a honrar o pagamento das emendas.

De acordo com Domingos Neto, que negociou a construção orçamentária no ano passado com o Planalto, a base e a oposição, o chamado “contingenciamento é algo que todo ano acontece”. “Quem já conhece, sabe que isso é uma coisa recorrente. Ao fim do ano passado (ano que houve a interrupção de valores em diversas áreas do Governo) todas as emendas foram liberadas. Já era algo previsível, era previsto. Todos sabiam”, pondera o deputado cearense.

## Repases

Dos R\$ 646,5 milhões previstos para chegarem ao Ceará, R\$ 248 milhões são demandas de bancada. Ou seja, o desejo em conjunto da aplicação desse recurso por deputados

federais e senadores do Ceará. Já no caso das emendas individuais, com a solicitação de cada parlamentar, o recurso é de R\$ 398,5 milhões.

São recursos que devem ser aplicados no desenvolvimento de políticas de segurança pública, prevenção, e enfrentamento à criminalidade; no incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial para cumprimento de metas; apoio a projetos de infraestrutura turística; funcionamento de instituições federais de ensino superior; aquisição de veículos para o transporte escolar da educação básica; prevenção de uso de drogas, cuidados e reinserção social de pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas, entre outras áreas que contemplam a Capital e o interior cearense.

Apesar do limite orçamentário, que é a transferência impositiva, ou seja, obrigatória, os parlamentares cearenses elevaram os valores com o objetivo de conseguir um valor maior do que deverá ser pago. Para este ano de 2020, por exemplo, as emendas gerais da bancada do Ceará chegam a um montante total de R\$ 586,1 milhões.

## Reforma tributária ganha força

Paralela à discussão sobre as emendas parlamentares, o Congresso Nacional já discute também a reforma tributária. Nos próximos dias, haverá a instalação da comissão mista, que será composta por 20 deputados federais e 20 senadores.

Em evento com empresários ontem, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o maior desafio da matéria é convencer algumas áreas do setor produtivo de que não haverá aumento de impostos.

Segundo Maia, a reforma vai melhorar a competitividade do setor privado brasileiro.

“Nós estamos fazendo as simulações para dar conforto para todos os segmentos. Não há nenhum interesse na unificação do IVA (Imposto de Valor Agregado), de prejudicar nenhum setor”, ponderou o deputado.

Maia negou que esteja discutindo impostos sobre as grandes fortunas, pauta da reforma tributária levantada por partidos de oposição. O presidente informou que o que está em discussão é a possibilidade de tributar lucros e dividendos com redução da alíquota de imposto de renda da pessoa jurídica.

“Nunca tratei de grandes fortunas, nem vou tratar, não está na minha agenda”, declarou.

Para o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que deverá ser o relator da matéria na comissão mista, não pode ficar de fora na reforma a “simplificação” de impostos e a justiça fiscal. “Quem ganha mais, paga mais. Quem ganha menos, paga menos do ponto de vista da renda”, destacou.

Ainda de acordo com o deputado, “o parlamento hoje tem a real dimensão da necessidade de se tocar uma reforma tão importante como a tributária”, que, segundo ele, “vai gerar a positividade da nossa economia” a partir da aprovação da reforma da Previdência.

topo ↕

## FOLHA DE LONDRINA - PR - ECONOMIA

### Unicesumar projeta expansão

Com 30 anos de existência em 2020, a Unicesumar projeta sua expansão, o que inclui Londrina, onde a instituição conta com uma unidade desde 2017. Em todo o Paraná são quatro polos: Maringá, a sede, Curitiba e Ponta Grossa, além de Londrina. Em três décadas foram formados mais de 103 mil alunos e o atual ano letivo está começando com 250 mil matrículas em todo o Brasil.

A universidade tem na segunda maior cidade do Estado um terreno de 33 mil metros quadrados, sendo 8,5 mil metros de área construída. Um terreno que fica em frente ao prédio também pertence à Unicesumar, somando mais 18 mil metros quadrados. “Estamos preparados para a expansão física e deixamos espaço para isso”, destacou o reitor da instituição de ensino, Wilson de Matos Silva. O investimento em contrapartida na cidade foi superior a R\$ 5 milhões nos últimos anos.

Na visão do empresário e docente, o crescimento do campo educacional no Brasil tem perspectiva positiva, com a retomada da economia. “Entendemos que esse crescimento não está sendo maior no País por conta da dificuldade econômica que o Brasil ‘mergulhou’ nos últimos anos. Começamos agora, economicamente, a recuperação e certamente a retomada do crescimento das matrículas”, avaliou.

Um dos pleitos da universidade é oferecer o curso de medicina em Londrina, o que depende de liberação do Governo Federal, que atualmente está focado no programa Mais Médicos, que vai implantar faculdades de medicina em municípios que não contam com o curso. “Londrina tem uma demanda grande por mais cursos de medicina, dado o número baixo de oferta pelas duas instituições na cidade que contam com a medicina.”

Em Maringá, por exemplo, só a Unicesumar dispõe de 300 vagas em medicina, número muito superior ao que Londrina tem no todo. Neste ano, a instituição irá iniciar o curso em Corumbá, no Mato Grosso do Sul, por meio do programa Mais Médicos. Também poderá inaugurar, em breve, um polo de cursos presenciais em várias áreas em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, o que está em análise.

Em Londrina são dez cursos presenciais sendo oferecidos, com a novidade da odontologia. Além disso, são mais de 60 cursos EAD (Ensino a Distância) e 90 de pós-graduação. A aposta para este ano é no campo da saúde, abrangendo os cursos de nutrição, biomedicina e nutrição. “Londrina precisa para o atendimento da cidade e desenvolvimento”, apontou Wilson de Matos Silva. O grupo educacional está entre os dez maiores do Brasil.

Outro empenho é em relação ao EAD, que vem ganhando cada vez mais notoriedade. Uma proposta lançada aos aproximadamente mil professores do corpo docente é de que os alunos criem produtos ou inovem processos a cada semestre. “Se a universidade não despertar para isso ela será substituída por minicursos que o mundo desenvolvido tem oferecido e espalhando para todos os países”, alertou. “Nossa luta é por uma educação que transforme a sociedade”, acrescentou.

As aulas para os veteranos se iniciam nesta terça-feira (11), enquanto para os calouros o primeiro dia está programado para a próxima segunda-feira (17).

topo ↕

## **FOLHA DE LONDRINA - PR - SOCIEDADE**

### **Nova Clínica de Psicologia**

A Unifil inaugura amanhã, dia 12, a sua nova Clínica de Psicologia, para melhor atender à comunidade e proporcionar aos alunos do curso toda a estrutura de prática profissional, orientada por qualificados e experientes professores. Com modernas instalações, a nova clínica terá vários consultores, salas de estudos acadêmicos, salas de supervisão e de estar para bem receber os pacientes. "O curso de Psicologia é um dos mais tradicionais do País, com excelente avaliação do MEC. Merece ser prestigiado com a nova clínica", disse o reitor Eleazar Ferreira. O ensino superior de Psicologia chegou ao Brasil em 1962 e dez anos depois a Unifil já abria o seu curso, que completa 48 anos agora neste 2020. A sala de estudos da nova clínica passará a se chamar "Gimena Pires", em homenagem à profissional graduada pela Unifil em 1984.

topo ↕

## **HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES**

### **ÚLTIMOS DIAS PARA TENTAR O FINANCIAMENTO ESTUDANTIL CANDIDATO AO FIES TEM ATÉ AMANHÃ PARA FAZER INSCRIÇÃO**

Os interessados em obter o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) têm até amanhã para fazer as inscrições. Neste semestre, o programa vai ofertar 70 mil vagas em instituições privadas de ensino superior em todo o país. Os selecionados serão divulgados no próximo dia 26.

Para se candidatar, é preciso acessar a conta única do governo federal, por meio deste link. Serão solicitados um login, que é o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), e uma senha.

O programa está dividido em duas modalidades. A primeira é a juro zero, para quem tem renda familiar de até três salários mínimos por pessoa. Já a outra opção é o P-Fies, para as pessoas com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos.

Para participar, o candidato deve ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não ter zerado a redação, além de ter obtido pelo menos 450 pontos de nota média nas provas.

### **MUDANÇAS**

No fim do ano passado, o Ministério da Educação (MEC) anunciou mudanças no programa, que terão validade a partir do segundo semestre deste ano. As alterações foram aprovadas pelo Comitê Gestor do Fies.

Uma delas é a possibilidade de cobrança judicial dos contratos firmados até o fim de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil. O ajuizamento deverá ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização, ou seja, do pagamento em parcelas dos débitos.

Pela resolução, quem deve menos que esse valor continuará sendo cobrado no âmbito administrativo. O devedor e os fiadores poderão ser acionados.

Para o P-Fies, o comitê definiu independência em relação ao Fies, para "dinamizar a concessão do financiamento nessa modalidade". Não haverá exigência do Enem como pré-requisito e nem será imposto limite máximo de renda. Além disso, será possível contratar essa alternativa durante todo o ano.

## REDAÇÃO

As mudanças também atingiram o uso da nota do Enem como forma de ingresso ao Fies, mas essa alteração só será válida a partir de 2021.

De acordo com o MEC, quem pleitear o financiamento terá que obter pelo menos 400 pontos na redação.

(\*Com Agência Brasil)

topo ↕

## HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES

### COMEÇA CONVOCAÇÃO DA LISTA DE ESPERA DO SISU; CANDIDATO DEVE FICAR ATENTO

As convocações da lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020, inicialmente previstas para a última sexta-feira, começaram ontem. O prazo final de chamamento e efetivação da matrícula segue cronograma próprio de cada instituição pública de ensino superior. Para não perder a vaga, o candidato precisa acompanhar os procedimentos junto à universidade escolhida. A lista é destinada a quem se inscreveu no Sisu, mas não foi selecionado em nenhuma das opções de curso. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a primeira edição do programa em 2020 teve 1.795.211 pessoas cadastradas, que realizaram 3.458.358 inscrições—cada candidato pode tentar até duas opções de graduação. Ao todo, o Sisu oferta 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas em todo o país.

topo ↕

## HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES

### NA UFMG, MATRÍCULA DE APROVADO NA CHAMADA REGULAR VAI ATE SEXTA-FEIRA

Obrigatório para garantia de vaga, o registro presencial dos aprovados na chamada regular do Sisu será realizado pela UFMG de amanhã até sexta-feira. O procedimento abrange os candidatos que ocuparão vagas no primeiro semestre letivo. Em Belo Horizonte, quem já realizou o registro eletronicamente agora deverá apresentar a documentação no Centro de Atividades Didáticas II, no campus Pampulha. Os candidatos selecionados para o segundo semestre letivo deverão aguardar a divulgação do período de matrícula presencial. Eles também devem ficar atentos aos procedimentos de antecipação de entrada, que serão publicados na mesma página.

topo ↕

## HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES

### OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DESTE ANO ABRE PRAZO PARA CADASTROS

Termina em 20 de março o prazo para que instituições de ensino inscrevam os alunos interessados em participar da 16ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep). O cadastro deve ser feito no site do evento. Criada em 2005, a Obmep tem o objetivo de estimular o estudo da matemática, identificar jovens talentos na área e contribuir para a melhoria da educação básica. A competição é destinada a estudantes do 6º ano do ensino fundamental à 3ª série do médio. A edição de 2019 teve mais de 18 milhões de alunos inscritos, de 54,8 mil escolas. Cerca de 99,71% dos municípios brasileiros tiveram pelo menos um jovem concorrendo. A premiação concedeu 575 medalhas de ouro, 1.725 de prata e 5.175 de bronze, além de 51,9 mil menções honrosas.

topo ↕

## J. DO COMMERCIO - PE - OPINIÃO

## **Riqueza mal partida**

Há muita inteligência e sabedoria desperdiçadas entre os milhões de analfabetos deste país. Seu Marcos, 49 anos, ganha a vida com jardinagem e comércio de plantas em município da Mata Sul de Pernambuco. Competente, Seu Marcos foi cortador de cana e também migrante de retorno de São Paulo para onde viajou quando tinha 19 anos.

Seu Marcos é analfabeto, humilde e sábio. Seus pais, com muitos filhos, também não eram alfabetizados. Em conversa conosco sobre a difícil situação socioeconômica do país que também atingiu os seus negócios, Seu Marcos afirmou que o maior problema do Brasil é a "riqueza mal partida", sua forma expressar o conceito de desigualdade. Ele tem também a percepção de que uma das causas da desigual repartição da riqueza é o fato de que, muitos como ele, não tiveram a oportunidade de se educar. A partir de sua experiência, teve um único filho e o educou até entrar na Universidade. Portanto, compreendeu que a maneira mais rápida de diminuir a distância entre a condição socioeconômica da sua família e o da média da sociedade seria pela via da educação.

No Brasil, os 1% mais ricos detêm 28,8% da renda, uma das maiores desigualdades do mundo. Entre as muitas dimensões da desigualdade uma delas se destaca: a do conhecimento. No Brasil, 40% da desigualdade de renda é explicada por variações entre níveis educacionais. Portanto, a melhor forma e, a mais rápida, de reduzir a desigualdade é melhorar o acesso, desde a primeira infância, à educação de qualidade. Todavia, educação infantil e fundamental no Brasil é atribuição constitucional dos municípios. E a grande maioria dos municípios brasileiros tem: i) prefeitos pouco comprometidos com a boa qualidade da educação; secretários de educação mal preparados para a função; iii) baixa qualidade da gestão educacional; iv) professores insuficientemente qualificados e remunerados, e; v) diretores de escola despreparados e indicados politicamente. Estes fatores explicam o mal desempenho do Brasil no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), onde ocupamos sempre os últimos lugares, sobretudo em Português e Matemática.

Isso significa que União e Estados têm que estar cada vez mais próximos dos municípios para melhorar um dos principais pilares da educação básica sem a qual não democratizaremos o acesso às universidades e melhoraremos a distribuição de renda do país. Sem educação, como diz Seu Marcos, a riqueza será sempre "mal partida"

Jorge Jatobá é Economista

topo 

## **J. DO COMMERCIO - PE - COLUNA DO ESTADÃO**

### **Movimento de Huck fará diagnóstico do País**

O movimento Agora!, do qual Luciano Huck faz parte, lança em maio um conjunto de diagnósticos e propostas para cinco grandes temas: saúde, educação, segurança pública, meio ambiente e cidades e favelas (urbanismo). Segundo interlocutores do apresentador de TV, ele tem se dedicado a estudar com afinco os tópicos e acompanha de perto as discussões do grupo da sociedade civil. No entorno de Huck, o entendimento é de que a agenda de propostas dele para o País, caso decida ser candidato a presidente, sairá, em grande parte, dessas jornadas.

» Conselheiros. Participam das rodas de conversa do Agora! Arminio Fraga, Paulo Hartung, Raul Jungmann e Claudia Costin.

» Como é. Na educação, o diagnóstico deverá dizer que há poucas escolas técnicas e um aumento expressivo no ensino a distância.

» Para entender. O Agora! é um movimento de renovação política da sociedade. Na mesma linha, Huck também integra o RenovaBR.

topo ↕

## **JORNAL DO COMÉRCIO - RS - POLÍTICA**

### **Vereadores adiam votação de projetos do Executivo**

Na sessão desta segunda-feira (10) da Câmara de Porto Alegre, quatro projetos do Executivo estavam entre os projetos com prioridade. Apesar disso, apenas uma das propostas foi apreciada.

Durante a tarde, em solicitação do vereador Mendes Ribeiro (MDB), foi aberta verificação de quórum, que não registrou presenças suficientes para dar continuidade à sessão.

De acordo com Mauro Pinheiro (Rede), líder do governo, os parlamentares concordaram em se reunir às 14h30min desta terça para esclarecer as propostas do Executivo. "Resolvemos não continuar a votação e nos reunir com todos os vereadores e com técnicos para explicar e tirar dúvidas. Queremos fazer uma votação com mais tranquilidade e qualidade", afirmou.

Os projetos em questão são o PLC n° 016/19, que estabelece normas sobre a EPTC, o PLC n° 017/19, que altera a legislação referente à GAPE (Grafiticação por Atividade de Planejamento Estratégico) e o PL n° 030/19 que altera legislações que tratam de gratificações na Controladoria-Geral, na Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTTC) e na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão (SMPG).

Segundo Pinheiro, a decisão de não dar seguimento às votações se deve também ao empenho dos vereadores no pacote Transporte Cidadão, o que impossibilitou a devida atenção às demais propostas do Executivo.

"A Câmara vinha muito focada nos projetos do transporte público que são prioritários, os vereadores estavam empenhados. Com relação a essas medidas ainda estamos discutindo para ver se existe possibilidade de fazer comissões conjuntas", disse.

Os projetos do pacote seguem em tramitação comum. As propostas ainda não foram encaminhadas às comissões e seguem sob análise da procuradoria "devido a complexidades jurídicas", de acordo com a procuradoria da Câmara.

O único projeto votado foi o PL n° 0576/19, que propõe a implantação de Polos Universitários de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB) para cursos de formação de professores e dirigentes do ensino básico, foi o único a ser votado.

A proposta foi aprovada com 33 votos favoráveis. Karen Santos (PSOL) foi a única parlamentar contra. Segundo ela, a implementação dos polos irá ocorrer em escolas que passam por processo de fechamento, o que torna o processo nebuloso. "Instigar que a execução desses projetos seja nessas escolas faz refletir sobre como ficará a estruturação, como alocar recursos em escolas que estão nesse processo de fechamento.



Também não concordamos com a concepção de educação à distância, sobretudo de professores", afirma.

topo ↕

## MEIO NORTE - PI - PAINEL

### Público e privado

O governo colocou para 2020 um plano de privatização de creches com a utilização de dinheiro do Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica. A ideia partiu do diagnóstico de que há 830 creches inacabadas e 247 paralisadas no país. O PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) já começou a trabalhar com projetos-piloto — o primeiro será em Teresina (PI). A parceria com o investidor privado poderia ser de até 35 anos, segundo o órgão.

MODELO II "As empresas vão fazer o investimento inicial, de construir ou terminar a obra, e depois vão ter taxa de retorno. A gente vai pagar a elas a taxa de manutenção para o dia a dia da creche. A ideia é usar o Fundeb para isso. Fizemos três reuniões com o PPI nesse sentido", disse o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), ao PAINEL.

E PODE? // De acordo com especialistas da área de educação, não há previsão para parcerias nesse sentido na atual lei do Fundeb. O fundo, porém, vence neste ano e um novo modelo está em discussão no Congresso. O governo quer estabelecer um prazo de validade de dez anos na próxima legislação.

NO BOLSO // Abraham Weintraub (Educação) foi um dos ministros que mais se preocuparam com a execução impositiva de emendas — em que o Congresso dita a execução do gasto público. Ações bancadas pela pasta, como a residência médica, têm como fonte a verba de parlamentares. Sofrendo críticas de políticos, ficou com medo de perder dinheiro.

### Tiroteio

"Weintraub brigou com tanta gente que conseguiu unir todas as forças contra a sua MP; foi o mérito mais exitoso na Educação"

Do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), sobre medida provisória que põe fim à carteirinha de estudante da UNE e que deve perder validade

topo ↕

## MEIO NORTE - PI - POLÍTICA

### Governo libera recursos para 22 escolas de tempo integral

O Ministério da Educação anunciou a inclusão de 22 escolas piauienses no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Ao todo, serão ofertadas cerca de 1,7 mil novas vagas nesta modalidade no Estado, o montante liberado não foi anunciado.

Entre os entes beneficiados estão Teresina, Anísio de Abreu e Demerval Lobão. O investimento na ampliação do programa está na casa de R\$ 82,3 milhões. Todas as escolas beneficiadas no Piauí já estão funcionando, noutros Estados a expectativa é que novas estruturas sejam consolidadas. O valor será destinado para que escolas públicas possam oferecer formação de jovens no ensino médio em tempo integral.

Em âmbito nacional, com os recursos, as escolas selecionadas poderão gerar até 41.130 novas vagas para o ensino médio em tempo integral. São 412 escolas públicas em 26 unidades da Federação. As vagas são destinadas para matrículas do ano letivo de 2020.

Os recursos aplicados fomentam o aumento da carga horária no ensino dos jovens. As escolas selecionadas seguiram critérios estabelecidos por portaria do MEC. As exigências foram as seguintes: mínimo de quarenta matrículas na primeira série do ensino médio; alta vulnerabilidade socioeconômica em relação à respectiva rede de ensino; existência de pelo menos três dos seis itens de infraestrutura exigidos; escolas de ensino médio em que mais de 50% dos alunos tenha menos de 35 horas semanais de carga horária; não ser participante do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

O Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) tem por objetivo diminuir evasão escolar e repetência por meio de repasse de recursos para as Secretarias de Educação adequarem escolas ao tempo integral (F.T.)

topo ↕

## **MEIO NORTE - PI - POLÍTICA**

**Com Guedes, secretários buscam redução de ICMS**

**Secretários de Fazenda se reúnem com o ministro Paulo Guedes para discutirem redução do ICMS sobre combustíveis**

EFREM RIBEIRO

Os secretários estaduais de Fazenda se reunirão nesta quarta-feira (12) com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutirem com a equipe econômica uma alternativa para baixar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o apoio ao projeto do deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), que trata da venda direta com o objetivo de reduzir preços com mais concorrência.

O presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda (Consefaz) e secretário estadual de Fazenda, Rafael Fonteles, disse que os secretários decidiram apresentar quatro emendas à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Plano Mais Brasil: a emenda 186 Emergencial; a Emenda 187, que é a dos Fundos Públicos, e a emenda 188, do Pacto Federativo, além da PEC 15, que trata do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb).

Consefaz terminou essa análise e vai propor quatro emendas às quatro PECs. A gente vai entregar essas quatro emendas no Fórum de Governadores", falou Rafael Fonteles.

Segundo Rafael Fonteles, na reunião será discutida a reforma com proposta de simplificação e padronização do sistema tributário, para cobrança, gerir e criar empresas, destravando o sistema e o mercado.

A equipe econômica negocia com o deputado federal Hugo Motta modificações ao projeto de lei do parlamentar para incluir no texto uma alíquota monofásica a ser cobrada dos produtores.

O objetivo é baixar o custo do produto mediante aumento da concorrência. "Criamos um grupo de trabalho e vamos nos reunir nos próximos dias para os técnicos apresentarem as sugestões e adequarmos o texto de um substitutivo em breve", disse o deputado federal Hugo Motta. "Acho que é um projeto bom, que vai conseguir estimular o setor produtivo e baixar o custo da produção e o custo de vida das pessoas", afirmou.

O projeto de Motta, o PL nº 1639/2019, tem como espinha dorsal a eliminação da obrigatoriedade da distribuição de todos os combustíveis e derivados de petróleo. Ele foi apresentado no início do ano passado e tem como objetivo quebrar monopólios e estimular a concorrência no setor para baratear o combustível "A matéria trata não apenas da venda direta do etanol, mas também da gasolina, do diesel, do gás de cozinha e do querosene de aviação", falou Motta.

topo ↕

## O DIA - RJ - OPINIÃO

**Uberização do professor. Para onde vamos?**

**A notícia que nos chega através de mais uma Startup que organiza um Processo Seletivo Simplificado para professores de todas as áreas e disciplinas, com o objetivo de substituir aulas presenciais ou online em qualquer cidade do Brasil**

Estamos vivenciando a novidade devastadora da uberização do trabalho do professor. Modalidade que se apresenta como solução para a falta destes profissionais nas escolas, mas que na verdade não passam de “fake-theories” numa tentativa de “tapar o sol com a peneira”, visto que a ausência dos docentes nas salas de aula revela a ponta do Iceberg na imensidão de problemas relacionados a esta carreira no Brasil. A notícia que nos chega através de mais uma startup que organiza um Processo Seletivo Simplificado para PROFESSORES de todas as áreas e disciplinas, com o objetivo de substituir aulas presenciais ou online em qualquer cidade do Brasil, com Educação a Distância Invertida (alunos na escola e Professor a distância), pelo meio de um aplicativo que por um sinal sonoro, tal qual o do Uber, chamará o professor para uma ou várias aulas, aponta para um caminho que além de intensificar a desregulamentação do trabalho deste profissional, que não terá acesso a nenhum direito, põem em risco o propósito e objetivo da educação escolar.

Os “fakes-theorists”, ávidos em se apropriarem dos fundos públicos da educação, se esquecem que o professor é o elo mais forte na mediação da aprendizagem dos nossas crianças e jovens. Ignoram o fato de que nos diferenciamos das demais espécies em função do nosso desenvolvimento histórico-cultural e da nossa capacidade de transformar a natureza, o meio e a nós próprios. Negligenciam que a atividade vital que alicerça o trabalho, a linguagem e a sociabilidade é a aprendizagem. E que mediante ela, exercemos o mais importante traço que nos caracteriza como ser social e que nos humaniza. A educação escolar, filha do Século das Luzes vem nos legando esse patrimônio. Substituir a relação de trabalho do professor e sua aula por um app coloca todas essas conquistas em risco. Sabemos que trabalhar nas escolas do Brasil é um desafio diário. A desvalorização, os baixos salários, a falta de perspectiva de progressão na carreira, de autonomia, de condições de trabalho e a violência são alguns dos problemas que os professores enfrentam cotidianamente. O livro “Trabalho docente sob fogo cruzado” carrega em seu título a figura de linguagem que expressa da melhor forma a rotina destes trabalhadores no Brasil. No entanto, se utilizar desta tragédia para justificar a implantação da uberização na educação, não vai equacionar o problema. A uberização das relações de trabalho vem trazendo profundas alterações na sociedade contemporânea. O sociólogo Ricardo Antunes, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, afirma que estamos vivendo em plena era do trabalho no mundo maquinal-digital, marcado pela perda de direitos dos trabalhadores. Cresce assim uma legião de trabalhadores com carga horária intermitente, com menos horas trabalhadas, menos salário e menos direitos, terceirizados, subcontratados e flexibilizados. Como aponta o estudo do Depec (Departamento de Estudos e Pesquisas Econômicas) do Bradesco, mostrando que o número de trabalho intermitente

quadruplicou de 2017 para 2019. Passamos de 28 mil trabalhadores com contratos precários para 133 mil. Números que demonstram a forte deterioração do mundo do trabalho, impondo uma realidade mórbida, que se fortalece com o crescente desemprego e com o enfraquecimento das políticas sociais do Estado. Neste self-service pós-moderno encontramos um cardápio variado que vai do chamado “contrato de zero hora”, modalidade vivenciada na Inglaterra, onde Médicos, advogados, trabalhadores domésticos, jardineiros, motoristas, se conectam com uma dada plataforma, quando trabalham recebem, e quando não trabalham, não recebem. Sem o menor vínculo ou proteção social, ou ainda a chamada “uberização” do trabalho, na qual trabalhadores prestam serviços para uma grande empresa, mas que não estabelece nenhuma proteção a esse trabalhador. Estes, uma vez conectados, não podem se quer recusar chamadas sem justificativas, ou simplesmente serão desconectados desta relação. Observamos incrédulos na aurora do século XXI, relações trabalhistas que nos reportam a barbárie vivenciada pelos trabalhadores do século XVIII. Recentemente em Portugal sob a coordenação da professora Rachel Varela, o órgão de classe dos professores (FENPROF) realizou uma pesquisa nacional sobre as condições de vida e trabalho na educação, apresentando dados alarmantes no que tange ao adoecimento destes profissionais naquela terra. Por aqui nada semelhante tem sido pensado. Precisamos ouvir os professores, valorizá-los e respeitá-los como intelectuais coletivos que a partir das condições necessárias poderão nos ajudar a construir saídas coletivas, sociabilidades alternativas para o quadro que nos encontramos hoje. Para tal precisaremos de professores reais de carne e osso em sala de aula e não virtuais em aplicativos.

\*Vera Nepomuceno é professora de História da rede estadual do Rio de Janeiro e da prefeitura de Duque de Caxias. Pesquisadora do grupo interinstitucional Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde (UERJ, UFF, EPSJV/Fiocruz) - THESE, e do Coletivo de Política e trabalho em Educação. Doutoranda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH)

topo ↕

## O DIA - RJ - RIO

### No primeiro dia de aula, alunos da rede estadual já encaram greve

### Paralisação de professores e água com gosto de terra são alguns dos obstáculos encontrados pelos estudantes

O primeiro dia de aula na rede pública estadual, ontem, já deu uma pequena mostra do que poderá vir neste ano letivo. Se já não bastasse a água com gosto de terra, que continua a provocar transtornos na rotina dos colégios, pais e alunos ainda se depararam com o início da greve dos professores. Entre as reivindicações dos docentes estão reajuste de salários, fim das terceirizações e realização imediata de concurso público.

"No ano passado, alguns colegas repetiram de série por terem ficado muito tempo sem aula. Espero que este não seja o caso", disse a aluna Lorayne Moraes, do Colégio Estadual Souza Aguiar. Na unidade, outro problema é água que sai do bebedouro, ainda com gosto ruim. "Senti o mesmo gosto da torneira de casa. Parece terra", disse Ana Vitória.

Pai de Maria Fernanda, aluna do Colégio Estadual Júlia Kubitschek, Ângelo Loureiro apoia a causa dos professores, porém, sente receio em relação ao restante do ano. "Se esses políticos não investirem em Educação, nossos filhos serão o quê? Tem que cortar esse monte de auxílios que eles recebem e melhorar o salários dos professores", disse.

Os profissionais de Educação se reúnem hoje, às 10h, no Clube Municipal, na Tijuca. De acordo com o Sindicato Estadual de Profissionais da Educação (Sepe), o grupo irá debater melhores condições de trabalho, os rumos da mobilização para 2020 e decidir se a rede estadual participará ou não da greve nacional, prevista para o dia 18 de março.

Nesse dia, além dos sindicatos e centrais trabalhistas, entidades ligadas ao setor educacional prometem paralisação por 24 horas para realizar um protesto nas capitais e em várias cidades do país. O objetivo principal é defender o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

#### Contratação de professores

Cerca de 700 mil alunos foram matriculados em todo o estado. E apesar do grande número, a Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) diz "estar preparada para evitar a carência de profissionais que a atual gestão encontrou no início de 2019". Segundo a pasta, mais de 13 mil professores com carga horária disponível para receber Gratificações por Lotação Prioritária (GLPs), foram cadastrados este ano.

O objetivo é que os estudantes tenham a grade de professores completa em todas as escolas. Outra novidade são as aulas ministradas por coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais, que também receberão GLPs. Apesar das medidas, a pasta estima que sejam necessárias as três primeiras semanas de aula para a alocação dos docentes selecionados.

topo 

#### **O ESTADO DO MARANHÃO - MA - GERAL**

##### **Inscrições para o Novo Fies vão ficar abertas até amanhã**

##### **Medida faz parte do plano de transformação digital do governo; para participar, o estudante deve acessar a conta única do governo federal**

BRÁSÍLIA- As inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) terminam na próxima quarta-feira, 12. Para se candidatar, os estudantes devem acessar a conta única do governo federal, por meio do portal.

A medida faz parte do plano de transformação digital do governo. O objetivo é simplificar a vida do cidadão, com um login, que é o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), e uma senha para todos os serviços.

O candidato também pode acessar o portal do Fies, onde será redirecionado para o site do governo federal e, após o login ou a criação da senha, voltará para o site do programa de financiamento estudantil.

Neste semestre, o programa vai ofertar 70 mil vagas em instituições privadas de ensino superior. O resultado sai no dia 26 de fevereiro.

O programa está dividido em duas modalidades: o Fies a juros zero para quem tem renda familiar de até três salários mínimos por pessoa e o Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) para aqueles com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos.

Mudanças

Em dezembro de 2019, o comitê gestor do Fies realizou algumas mudanças no programa. O Ministério da Educação (MEC) destaca, entretanto, que elas só valerão a partir do segundo semestre..

Uma das mudanças é a possibilidade de cobrança judicial dos contratos firmados até o segundo semestre de 2017 com dívida mínima de R\$ 10 mil. O ajuizamento deverá ser feito após 360 dias de inadimplência na fase de amortização, ou seja, do pagamento em parcelas dos débitos.

Hoje a cobrança de quaisquer valores é feita no âmbito administrativo. Pela resolução aprovada pelo comitê, só continua a se enquadrar nesse campo quem dever menos de R\$ 10 mil. O devedor e os fiadores poderão ser acionados.

Para o P-Fies, o comitê definiu independência em relação ao Fies, para “dinamizar a concessão do financiamento nessa modalidade”. Não haverá exigência do Enem como pré-requisito (hoje, é idêntico ao do Fies) e nem será imposto limite máximo de renda (atualmente, é para alunos com renda per capita mensal familiar de até cinco salários mínimos). Também será possível contratar o P-Fies durante todo o ano.

As mudanças também atingiram o uso da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de ingresso ao Fies. Hoje é preciso ter nota média mínima de 450 pontos e apenas não zerar a redação para pleitear o financiamento. O comitê estabeleceu uma nota de corte também para a parte discursiva, 400 pontos, que está abaixo da nota média nacional, de 522,8. Essas mudanças valem a partir de 2021.

A nota do Enem também servirá para limitar transferências de cursos em instituições de ensino superior para alunos que possuem financiamento do Fies. Será necessário ter obtido, no Enem, resultado igual ou superior à nota de corte do curso de destino desejado.

As informações desta reportagem são da Agência Brasil.

[topo](#)

## **O LIBERAL - PA - ATUALIDADES**

### **MEC libera lista de espera do Sisu para universidades**

Com atraso, o Ministério da Educação (MEC) liberou ontem a lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Agora, as instituições de ensino chamarão os aprovados para matrícula. Na última sexta-feira, algumas universidades públicas tiraram do ar as listas enviadas pelo MEC, por conter erros, após determinação do próprio órgão. Algumas nem as receberam, como previa o cronograma.

Isso aconteceu um dia depois de os estudantes apontarem problemas no Sisu com a #erronalistadeespera.

Para acompanhar as próximas chamadas, os candidatos precisam verificar as convocatórias que serão realizadas pelas instituições de ensino superior onde manifestaram interesse em participar dessa etapa. Os candidatos que se inscreveram no sistema de seleção, mas que não foram selecionados em nenhuma das opções de curso, tiveram a chance de participar da lista de espera.

Essa já é a terceira campanha pelas redes sociais para chamar atenção do Ministério da Educação (MEC) para algum problema no processo.

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - ATUALIDADES**

### **INSCRIÇÃO PARA FIES VAI ATÉ AMANHÃ**

#### **EDUCAÇÃO- Cerca de 100 mil vagas estão disponíveis para ingresso em diversas universidades particulares**

Amanhã, encerram-se as inscrições para o benefício do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies ou Fies Juro Zero). Há 100 mil vagas disponíveis para essa modalidade, que podem ser usadas para acessar ingresso em diversas universidades particulares do Brasil. Os interessados devem acessar o site do programa: <http://fies.mec.gov.br/>.

Tanto no Fies Juro Zero quanto no P-Fies, o estudante só começa a pagar a dívida contraída depois que se formar, na forma do contrato. A parcela devida é descontada na fonte. Caso ainda não tenha emprego e renda formal, o financiamento será quitado em prestações mensais equivalentes ao pagamento mínimo.

O Fies Juro Zero é destinado a estudantes que comprovem ter renda familiar per capita de até três salários mínimos. Os contratos sem juros são operados pela Caixa e pelo Banco do Brasil.

Até o final deste primeiro semestre, a outra vertente do Novo Fies — o Ministério da Educação tem chamado assim —, que é o Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) não tem alterações e nem há um limite específico de vagas. Nesse, há cobrança de juros entre 8% e 12%, que varia de acordo com a instituição financeira.

Por enquanto, o P-Fies é destinado a estudantes com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos. A partir do segundo semestre, o limite de renda será removido, continuará sem limite de vagas e poderá ser feito a qualquer momento do ano. No primeiro momento do P-Fies, foram 150 mil vagas.

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - OPINIÃO**

### **Povo só pode mudar o país com educação**

O vídeo em que o jornalista Alexandre Garcia sugere que uma troca de população entre Brasil e Japão faria com que os japoneses transformassem o Brasil em potência mundial, e os brasileiros estragariam o Japão, só viralizou porque o presidente Bolsonaro avalizou, compartilhando-o em suas redes sociais. O melhor do Brasil é o brasileiro, ou é o brasileiro que prejudica o desenvolvimento do Brasil? A questão é outra, a meu ver: a diferença educacional dos países mais desenvolvidos. Os especialistas lembram que as escolas do Brasil são historicamente deficientes. Em 1850, 90% da população dos EUA estavam alfabetizados e no Brasil, naquele ano, tínhamos 90% de analfabetos. O Chile, em 30 anos, aumentou a produtividade graças à educação, a Malásia e a China vão na mesma direção.

A Coreia do Sul deu ênfase à tecnologia, e hoje precisamos de mais de três brasileiros para produzir o que um coreano produz, quando em 1980 estávamos no mesmo patamar. Na mesma época, eram precisos dez chineses para produzir o que um brasileiro produzia, já em 2010 bastava um chinês, e hoje um brasileiro já não produz o mesmo que um chinês. A correlação entre escolaridade e renda foi constatada em trabalhos científicos na década de 1950, quem estuda mais, ganha mais. A diferença entre a produtividade de um empregado nos Estados Unidos e no Brasil - uma hora

trabalhada por um brasileiro produz 1/5 que a de um americano - é explicada em boa parte pelo atraso da educação.

Os especialistas são unânimes em afirmar que nunca houve no Brasil uma educação de qualidade para todos. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Japão é o país com o maior nível de igualdade na educação, e apenas 9% da variação de desempenho entre os alunos são ocasionados por diferenças socioeconômicas. O Japão tem um dos menores índices de evasão escolar: 96,7% dos jovens terminam o ensino médio, quando a média nos países analisados pela OCDE é de 76%, e no Brasil, é de 46%. A importância dada aos professores é uma das explicações para os bons resultados. Assim como a distribuição de professores para diversas áreas do país, criando equilíbrio no nível de ensino.

Professores mais experientes são enviados a locais menos desenvolvidos. O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso considera que a educação é dos principais itens de uma "verdadeira agenda patriótica". Ele escreveu no último número da revista acadêmica "Direitos Fundamentais e Justiça", da PUC/RS, o artigo "Educação Básica no Brasil: Do Atraso Prolongado à Conquista do Futuro", com base em estudos e contatos com diversos especialistas em educação. Como a universalização da educação básica no Brasil "se deu com grande atraso, um século depois dos EUA", mesmo com o progresso da inclusão nas últimas décadas, os problemas ainda são dramáticos: a escolaridade média é de 7,8 anos, inferior à média do Mercosul (8,6 anos) e do Brics (8,8 anos).

Um dos "pontos nevrálgicos" é a pouca atratividade da carreira do magistério. "É preciso tratar o magistério como uma das profissões mais importantes do país, elevar a capacitação dos professores e aumentar a atratividade da carreira, com incentivos de naturezas diversas", afirma Barroso. A ampliação do tempo de permanência na escola de cinco para oito horas é providência reconhecida como decisiva para o avanço da educação básica, diz ele. "Os Estados da Federação que adotaram programas de escolas em tempo integral, como Espírito Santo e Pernambuco, destacaram-se nos resultados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica):

Segundo Luís Roberto Barroso, documentos do Banco Mundial e pesquisadores reconhecidos internacionalmente atestam que o principal investimento a ser feito em educação básica é "a partir das primeiras semanas de vida da criança. Nessa fase, o cérebro é uma esponja que absorve todas as informações que lhe são transmitidas". Pesquisas indicam que as boas creches contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento do potencial das crianças, assegurando que recebam nutrição adequada, afeto, respeito, valores e conhecimentos básicos. Como se vê, não é preciso mudar o povo para transformar o Brasil em potência mundial. Depende de nós, como aliás disse Alexandre Garcia no final de sua palestra.

Enquanto o ministro da Educação considerar que é a ideologia que atrapalha o país, não sairemos da situação em que estamos, o fundo do poço, como ele mesmo definiu.

topo ↕

## **O LIBERAL - PA - COLUNAS**

### **Movimento de Huck fará diagnóstico do País**

O movimento Agora!, do qual Luciano Huck faz parte, lança em maio um conjunto de diagnósticos e propostas para cinco grandes temas: saúde, educação, segurança pública,



meio ambiente e cidades e favelas (urbanismo). Segundo interlocutores do apresentador de TV, ele tem se dedicado a estudar com afinco os tópicos e acompanha de perto as discussões do grupo da sociedade civil. No entorno de Huck, o entendimento é de que a agenda de propostas dele para o País, caso decida ser candidato a presidente, sairá, em grande parte, dessas jornadas.

» Conselheiros. Participam das rodas de conversa do Agora! Arminio Fraga, Paulo Hartung, Raul Jungmann e Claudia Costin.

» Como é. Na educação, o diagnóstico deverá dizer que há poucas escolas técnicas e um aumento expressivo no ensino a distância.

» Para entender. O Agora! é um movimento de renovação política da sociedade. Na mesma linha, Huck também integra o RenovaBR.

topo ↕

## CONSULTOR JURÍDICO - TEMPO REAL

### A "pejotização" e a esquizofrenia sancionatória brasileira (parte 2)

O artífice e o artefato. Qual a medida de distinção entre a pessoa e a pessoa jurídica?

Nada obstante a permissão e os incentivos da legislação para a chamada “pejotização”, de tempos em tempos, os noticiários reportam investigações, denúncias e, por vezes, severas sanções contra quem se serve dessa fórmula sob a justificativa de que haveria um abuso, um desvio, em virtude de uma indistinção real entre a entidade constituída e a pessoa de carne e osso que lhe constituiu, entre o artífice e o artefato.

Em termos mais precisos, compreende-se que a fórmula jurídica da personificação, destituída de realidade institucional[1], seria um mero subterfúgio para a prática de atos ilícitos.

Cite-se, como exemplo, os artistas, os esportistas e outros profissionais autônomos que, buscando usufruir os benefícios que o ordenamento jurídico lhes concede, contratam e são remunerado pela exposição dos seus atributos da personalidade (imagem, voz, etc.) por intermédio de pessoas jurídicas unipessoais. Quem atua é o artista. Quem recebe a remuneração é a pessoa jurídica que, posteriormente, transfere ao artista sob a forma de “distribuição de lucros”.

Nesses casos a indistinção real entre a entidade constituída e a(s) pessoa(s) de carne e osso que lhe constituiu é máxima. Não há separação ou, em termos mais técnicos, distinção institucional entre o criador (pessoa) e a criatura (pessoa jurídica).

Também são conhecidos os casos de empresários e familiares que sofrem investigações e perseguições criminais por separar, organizar e atribuir ativos patrimoniais (imóveis, automóveis, barcos, etc.) a pessoas jurídicas com o objetivo de “administração de bens pessoais”.

Nesses casos a indistinção institucional também é significativa. Os imóveis, os automóveis, entre outros, são de propriedade das pessoas jurídicas, porém, no plano dos fatos, na realidade social, são usados e fruídos exclusivamente pelo seu (s) sócio (s).

Novamente, a linha argumentativa aponta para uma indistinção na realidade social entre

a(s) pessoa(s) natural(is) e a pessoa jurídica, saltando-se para a conclusão da utilização da pessoa jurídica como uma mera formalidade para a prática de atos ilícitos.

É importante ressaltar, em sentido oposto a essa linha argumentativa, que o ordenamento jurídico brasileiro tem se encaminhado para uma concepção formal de personificação e de personalidade jurídica, compreendida como um conjunto de efeitos jurídicos que não exigem uma elevada medida de institucionalização para que se diferencie a criatura (a pessoa jurídica) do seu criador (a pessoa natural)[2].

Há países que somente admitem pessoas jurídicas com uma diferenciação institucional relevante entre os instituidores e participantes frente a entidade criada. No Brasil, v.g., J. Lamartine Corrêa de Oliveira sustentou que a ausência dessa diferenciação estrutural seria sintoma de uma crise da personalidade jurídica[3].

Para além do relevante debate doutrinário, no entanto, não se pode ignorar que o direito positivo brasileiro, ao longo do século XXI, consolidou uma compreensão oposta àquela sustentada pela escola institucionalista. A pessoa jurídica, em especial por escolhas legislativas, foi reduzida a uma eficácia jurídica que surge de fatos jurídicos compostos a partir de uma baixíssima diferenciação institucional entre o(s) criador (es) e a entidade criada.

Sublinhe-se, nesse sentido, a LTDA unipessoal apresentada na Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/19). Para a constituição de uma LTDA unipessoal nem mesmo se exige a disposição de ativos para a formação de um capital social.

A prática de formas e solenidades, por si, conduz a criação de uma entidade personificada sem que, na realidade social, se verifique uma mínima diferenciação entre a pessoa geradora e a entidade gerada[4].

No caso da EIRELI, inserta no Código Civil pela Lei 12.441/2011, há expressa previsão de que “ (...)Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional” (§ 5º ao art. 980-A do CCB).

A permissão descrita no art. 980-A, § 5º do CCB, poderia soar redundante... Por qual razão sublinhar que, numa entidade de uma pessoa só, é permitido ceder a remuneração pelos atos, imagens, nome e marca exercidos individualmente?

Explica-se. A legislação sublinhou nessa regra que os artistas, os esportistas e outros profissionais liberais podem, por meio de entidades personificadas, contratar e receber remuneração pela exposição da imagem, do nome, da marca ou da voz[5], ainda que no plano dos fatos, na realidade social, inexista distinção institucional entre o artista, esportista ou profissional e a pessoa jurídica por ele criada.

Ainda que essa regra esteja inserta no art. 980-A, que trata da EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada), a mesma interpretação deve ser aplicada à nova LTDA unipessoal que surgiu pela alteração do art. 1052 do Código Civil empreendida pela Lei da Liberdade Econômica.

Estes exemplos, independentemente das críticas doutrinárias que possam e devam ser realizadas, indicam que, no Brasil, a eficácia que é própria à pessoa jurídica não exige uma elevada distinção institucional entre a pessoa natural e a pessoa jurídica.

O direito positivo brasileiro contemporâneo seguiu e exacerbou o caminho que J. Lamartine Corrêa de Oliveira classificou (e criticou com veemência) como um modelo minimalista de reconhecimento da pessoa jurídica, segundo o qual “basta um mínimo de correspondência analógica ao ser humano, representada pela presença de um interesse coletivo expresso por órgãos apropriados a tal missão, para que se admita a aptidão à personificação”. [6]

Nas LTDAS unipessoais e nas EIRELI(s) nem mesmo o interesse coletivo mencionado por J. Lamartine Corrêa de Oliveira necessariamente estaria presente. A elaboração de documentos que indicassem a criação dos órgãos mínimos (um ou dois parágrafos do texto de um ato constitutivo) e o registro seriam suficientes para a constituição de uma pessoa jurídica [7].

O significado da pessoa jurídica foi reduzido a uma eficácia jurídica correspondente a: i) separação patrimonial (em graus diferenciados, conforme aquilo que é personificado; ii) fixação de um centro de imputação de direitos e de deveres autônomos; iii) a possibilidade do reconhecimento e proteção de alguns bens jurídicos extrapatrimoniais (art. 52, CCB) [8]. Essa eficácia jurídica, por sua vez, é atribuída a diversos fatos jurídicos com suportes fáticos muito diferentes, que podem conter uma elevada institucionalização (v.g., nas sociedades anônimas de capital aberto) ou uma baixíssima institucionalização (v.g., nas LTDAs unipessoais).

Se é assim, mostra-se esquizofrênico, com o perdão para o termo emprestado das ciências médicas, que o ordenamento jurídico permita e incentive a criação de pessoas jurídicas com baixíssimo nível de institucionalização e, posteriormente, sancione aqueles que se serviram dessas modalidades de entidades personificadas justamente por não se verificar uma diferenciação entre a entidade criada e quem lhe criou.

A abrangência transversal da Lei da Liberdade Econômica acerca das pessoa jurídica

Quando o Código Civil, no art. 49-A e parágrafo único, disciplina e também descreve a pessoa jurídica realçando a importância de sua preservação, inclusive nas modalidades com pequeno grau de diferenciação institucional, revela-se uma regra de interpretação, uma regra de sobredireito, que se aplica a todo o ordenamento jurídico (e não apenas ao Direito Civil).

Nesse sentido, escrevemos em Comentários à Lei da Liberdade Econômica publicados recentemente:

"O art. 49-A e o seu parágrafo único possuem a natureza jurídica de regra de interpretação do instituto da 'pessoa jurídica', o qual, conforme antes esclarecido, possui uma funcionalidade transversal para todo o ordenamento jurídico.

Como regra de interpretação, o dispositivo tem incidência não apenas sobre relações jurídicas de Direito Civil, mas sobre todas as relações jurídicas que envolvam pessoas

coletivas, desde que haja compatibilidade com o regime específico de cada área”[9].

O juiz, o árbitro — e também as autoridades administrativas — devem exercer as suas funções em consideração ao art. 49-A do Código Civil. Todos estão adstritos a considerar a pessoa jurídica (com suporte unipessoal ou pluripessoal). Nos mesmos Comentários à Lei da Liberdade Econômica, destacamos:

“Após definir o que vem a ser a autonomia patrimonial, o parágrafo único do art. 49-A enuncia quais seriam as finalidades dessa eficácia jurídica: ‘estimular empreendimentos para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos’.

Trata-se de um dispositivo com um forte conteúdo ideológico, que busca retomar a dignidade da pessoa jurídica (e sobretudo da limitação da responsabilidade), diante de um movimento legislativo, iniciado na década de 1990, de progressiva ampliação das hipóteses de superação da limitação de responsabilidade por intermédio da chamada desconsideração da personalidade jurídica.

(...)

A partir da vigência da Lei n. 13.874/2019, o magistrado ou o árbitro deverá considerar a regra interpretativa do art.49-A na fundamentação de suas decisões, ainda que haja diferentes normas compreensivas da doutrina da desconsideração da pessoa jurídica, dispersas no ordenamento nacional, as quais não tenham sido ab-rogadas pela Lei das Liberdades Econômicas”[10].

A imposição de sanções às pessoas naturais que, buscando vantagens previstas em Lei, se servem de pessoas jurídicas com baixa distinção institucional é uma prática incompatível com o empreendedorismo, com a segurança jurídica para as relações econômicas[11] e, sobretudo, contraditória ao ordenamento jurídico nacional.

A inexistência de uma suficiente distinção institucional entre a pessoa jurídica constituída e a(s) pessoa(s) física (as) que a criou (am), por si só, não é um critério adequado para configurar o abuso da personalidade jurídica e aplicação de sanções civis, tributárias, criminais, trabalhistas ou de outras searas.

A inexistência de distinção institucional não pode nem mesmo servir de indício para esse raciocínio. Pelo contrário. A opção pela utilização de pessoas jurídicas com baixa distinção institucional deve ser interpretado sob a lente da presunção de boa-fé perante a administração pública (art. 2º, II, da Lei 13.874/19).

A forma “pessoa jurídica” nada pode significar e, nem tampouco pode indiciar, acerca da prática de ilícitos.

Os ilícitos devem ser verificados pela atividade desenvolvida e não pela escolha da forma “pessoa jurídica” (cite-se como exemplos patológicos os casos de pejotização em relações laborais verdadeiramente assimétricas[12] ou, ainda, os casos da efetiva utilização de emaranhadas de pessoas jurídicas para o branqueamento de capitais).

Não se pode admitir a contradição entre o incentivo à pejotização e a sanção àqueles que dela regularmente se servem. Uma faca é apenas uma faca e, usualmente, é utilizada

para fins lícitos, ainda que, vez ou outra, seja manejada para o homicídio. A diferença está na conduta do artífice. Não no artefato...

\*Esta coluna é produzida pelos membros e convidados da Rede de Pesquisa de Direito Civil Contemporâneo (USP, Humboldt-Berlim, Coimbra, Lisboa, Porto, Roma II-Tor Vergata, Girona, UFMG, UFPR, UFRGS, UFSC, UFPE, UFF, UFC, UFMT, UFBA, UFRJ e UFAM).

[1] Sobre as correntes institucionalistas da pessoa jurídica, cf. HARIOU, Maurice. Teoria dell'istituzione e della fondazione. Milano : Giuffrè, 1967, p.12; GRESSAYE, Jean Brèthe de la. The sociological theory of the institution and French juristic thought. In: BRODERIK, Albert. The french institucionalists: Maurice Hariou, Georges Renard, Joseph T. Delos. trad. Mary Wling. Massachusetts : Harvard University Press, 1970, p.15 e seguintes; RENARD, Georges. Les degrés de l'existence institutionnelle. In: La théorie de l'institution: essai d'ontologie juridique. Paris : Sirey, 1930, p.225; DELOS, J.-T. La théorie de l'Institution. La solution réaliste du problème de la personnalité morale et le droit à fondement objectif. Archives de philosophie du droit et de sociologie juridique. n.º 1-2, Cahier double, Recueil Sirey, 1931, p.99.

[2] LEONARDO, Rodrigo Xavier. A pessoa jurídica no Direito Privado do Século XXI. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. (Org.). Manual de Teoria Geral do Direito Civil. 1ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, v. 1, p. 385-426.

[3] CORRÊA DE OLIVERA, J. Lamartine. A dupla crise da pessoa jurídica. São Paulo : Saraiva, 1979.

[4] A opção legislativa foi objeto de crítica destes autores: “É certo que, quando da inserção da empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI no ordenamento jurídico (por intermédio do art. 980-A, do Código Civil), sobrevieram acertadas críticas de que a exigência da realização de um capital social de cem salários mínimos seria excessiva para, de fato, fomentar o empreendedorismo. Se a exagerada exigência de realização do capital social de fato foi disfuncional, muito menos a outra extremidade a que o pêndulo atingirá parece ser a acertada. (...) O desprestígio da autonomia patrimonial do Brasil também tem relação direta com uma certa leniência para com a função do capital social, relegado na prática de muitas sociedades apenas a uma cifra nominal, sem a exigência da prova de sua realização, seja no momento genético, seja no desenvolvimento funcional das sociedades personificadas” (RODRIGUES JR, Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier. A autonomia da pessoa jurídica – alteração do art. 49-A do Código Civil. In: MARQUES NETO, Floriano Peixoto; RODRIGUES JR, Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier (organizadores). Comentários à Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019). São Paulo : Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2019, p.269).

[5] Sobre o tema, cf. SZANIAWSKI, Elimar. Direitos da personalidade e sua tutela. 2.ed. São Paulo : RT, 2005; MIRANDA, Jorge; RODRIGUES JR, Otavio Luiz; FRUET, Gustavo Bonato. Principais problemas dos direitos da personalidade e estado da arte da matéria no direito comparado. In: MIRANDA, Jorge; RODRIGUES JR, Otavio Luiz; FRUET, Gustavo Bonato. Direitos da personalidade. São Paulo : Atlas,

2012, p.1 e seguintes; COSTA FILHO, Venceslau Tavares. Pessoa, capacidade(s) e personalidade: revisitando algumas ideias tradicionais. Revista Ideia Nova, v. 4, p. 323-347, 2010.

[6] CORRÊA DE OLIVERA, Dupla crise..., p.77; LEONARDO, Rodrigo Xavier. Revisitando a teoria da pessoa jurídica na obra de J. Lamartine Correa de Oliveira. Revisita de Direito da UFPR. N.46, 2007. p.134.

[7] Sobre o tema, em perspectiva mais teórica, a tendência da dogmática foi antevista por DALESSANDRO, Floriano. Persone giuridiche e analisi del linguaggio. Padova: Cedam, 1989. p.40

[8] LEONARDO, Rodrigo Xavier. A pessoa jurídica no Direito Privado do Século XXI. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. (Org.). Manual de Teoria Geral do Direito Civil. 1ed.Belo Horizonte: Del Rey, 2011, v. 1, p. 385-426.

[9] RODRIGUES JR, Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier. A autonomia da pessoa jurídica – alteração do art. 49-A do Código Civil. In: MARQUES NETO, Floriano Peixoto; RODRIGUES JR, Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier (organizadores). Comentários à Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019). São Paulo : Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2019, p.266.

[10] RODRIGUES JR, Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier. A autonomia da pessoa jurídica – alteração do art. 49-A do Código Civil. In: MARQUES NETO, Floriano Peixoto; RODRIGUES JR, Otavio Luiz; LEONARDO, Rodrigo Xavier (organizadores). Comentários à Lei da Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019). São Paulo : Thomson Reuters – Revista dos Tribunais, 2019, p.261.

[11] LIQUIDATO, Alexandre Gaetano Nicola. Perfil evolutivo da desconsideração da personalidade jurídica no sistema positivo brasileiro. In: CUNHA FILHO, Alexandre J. Carneiro; PICELLO, Roberto Ricomini; MACIEL, Renata Mota. Lei da liberdade econômica anotada. São Paulo : Quartier Latin, 2000, p.190

[12] Sobre o tema, cf. GEDIEL, José Antônio Peres. A irrenunciabilidade dos direitos da personalidade pelo trabalhador. In: Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). Constituição : direitos fundamentais e direito privado. 2ed.Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, v. , p. 151-166.

Otavio Luiz Rodrigues Junior é coordenador da área de Direito da **Capes**, professor associado (livre-docente) em Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Direito Civil, com estágios pós-doutorais na Universidade de Lisboa e no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Hamburgo). Acompanhe-o em sua página.

Rodrigo Xavier Leonardo é advogado e professor associado de Direito Civil na (UFPR) Universidade Federal do Paraná, mestre e doutor em Direito pela (USP) Universidade de São Paulo, e estágio de pós-doutorado na Università Degli Studi do Torino.

topo ↕

**CORREIO DO POVO - RS - TEMPO REAL**

## **Câmara aprova criação de polos da Universidade Aberta do Brasil em Porto Alegre**

### **Caberá à Smed disponibilizar infraestrutura, recursos financeiros, operacionalização e manutenção dos espaços**

A Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou, nesta segunda-feira, o projeto de Lei do Executivo que propõe a implantação de Polos Universitários de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em Porto Alegre. O objetivo é proporcionar a oferta de cursos de formação de professores e dirigentes de ensino básico. A proposta recebeu 33 votos favoráveis e um contrário.

De acordo com o texto aprovado pelo plenário, o Polo de Apoio Presencial - UAB de Porto Alegre será vinculado à Secretaria Municipal da Educação (Smed). Competirá ao Município, por meio da Smed, disponibilizar a infraestrutura física, a logística, os recursos financeiros e os recursos humanos necessários à implantação, operacionalização e manutenção do Polo.

O Polo cumprirá suas finalidades e objetivos socioeducacionais, em regime de colaboração com a União, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância em parceria com instituições públicas de ensino superior.

Segundo a Prefeitura, iniciativa terá parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** do Ministério da Educação.  
Educação Básica

Conforme especificado na proposta, que teve uma emenda aprovada, os Polos Universitários têm por objetivo oferecer prioritariamente cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada, inclusive para a educação especial, a professores de educação básica; cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica; ampliar o acesso à educação superior pública; além de fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino.

[topo](#)

## **SURGIU - TEMPO REAL**

### **Governo do Tocantins apoia Programa de desenvolvimento profissional de professores de Educação Básica que será realizado no Canadá**

Com inscrições gratuitas e despesas pagas durante oito semanas, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** juntamente com Colleges and Institutes Canada – CICan promovem a capacitação de professores de educação básica de escolas públicas. O curso de aperfeiçoamento de inglês e módulos temáticos serão realizados entre junho e julho deste ano, no Canadá. As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas somente pela internet, no portal da **Capes**, até o dia 19 de fevereiro.

O Governo do Estado por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (Fapt), apoia a iniciativa pois é um meio de valorizar a categoria de profissionais da educação, além de aperfeiçoar seus conhecimentos. São ofertados 102 vagas, divididas e, cinco regiões do país, sendo 21 vagas para a região Norte. Os interessados devem se submeter as regras do edital, e os que desejam concorrer as vagas destinadas as escolas do Programa Nacional Cívico Militares (PCIM) deve indicar opção no ato da inscrição.

Os contemplados terão passagem área ida e volta, ajuda de custo de \$ 600 dólares canadenses pagos no Canadá, seguro de saúde, apoio ao deslocamento no Canadá: aeroporto/universidade/aeroporto, alojamento incluindo três refeições em casa de família canadense (homestay), além de curso de formação e material didático.

Um dos requisitos e condições de participação é que o interessado seja concursado da rede pública de educação básica; atue como docente em sala de aula; e que não esteja de licença ou afastado de suas atividades laborais; possua diploma de licenciatura; não tenha formação/titulação em nível de pós-graduação stricto sensu; tenha currículo cadastrado na Plataforma **Capes** de Educação Básica, disponível em [eb.capes.gov.br](http://eb.capes.gov.br), com todas as informações referentes à sua formação acadêmica e à sua atuação profissional na educação básica, dentre outras exigências.

Outro requisito de fundamental importância é a elaboração de um projeto de intervenção pedagógica a partir da própria experiência profissional, a ser desenvolvido na escola de atuação após o retorno ao Brasil. Além de assumir o compromisso de realizar atividade de disseminação dos conhecimentos, bem como participar como multiplicador, quando solicitado pela **Capes** ou pela secretaria de educação à qual está vinculado.

O resultado final está previsto para 15/04. Serão classificados os que forem aprovados na análise técnica e análise de mérito do edital de participação. Os interessados devem ficar atentos ao edital disponível no site: <https://www.capes.gov.br/educacao-basica/cooperacao-internacional/programa-de-desenvolvimento-de-profissionais-da-educacao-basica-no-canada>

Mais informações pelo [prof.canada@capex.gov.br](mailto:prof.canada@capex.gov.br)

topo ↕

## **CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL**

### **Mesmo com fim da MP, carteirinha de estudante digital vai continuar valendo MEC diz que mais de 271 mil documentos já foram emitidos gratuitamente**

Os estudantes que emitirem a carteirinha digital de estudante, a ID Estudantil, até domingo poderão continuar usando o documento para pagar meia entrada mesmo após a Medida Provisória que criou o documento perder validade. O documento foi criado pelo Executivo em setembro, mas desde o lançamento do aplicativo não houve nenhuma movimentação no Congresso para tornar a medida definitiva.

A Medida Provisória determina que as carteiras físicas valem até o dia 31 de março do ano subsequente à emissão. Já as digitais "valem enquanto o aluno permanecer matriculado" na instituição de ensino. Ou seja, um estudante que começou um curso de graduação neste semestre e emitiu o documento, poderá usar o documento durante todo o período que o aluno mantiver o vínculo com a faculdade.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), desde que a MP foi assinada, em setembro, mais de 271 mil documentos foram emitidos gratuitamente. Desse total, quase 87 mil foram solicitados apenas nos últimos 20 dias. Cada carteira digital custa ao governo R\$ 0,15. Até o momento, o governo federal gastou R\$ 40,7 mil reais. O governo ainda gasta R\$ 250 mil com hospedagem e desenvolvimento de sistemas.

A MP da Liberdade Estudantil retirou o monopólio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) para emissão dos



documentos, utilizados principalmente para o pagamento de meia entrada em eventos culturais e esportivos. As entidades são ligadas ao PCdoB, partido de oposição a Bolsonaro, e cobram cerca de R\$ 35 pelo documento.

A medida foi vista pelos parlamentares como uma tentativa de retaliação do governo aos grupos afetados, e morreu no Congresso. A aprovação é considerada impossível, uma vez que o texto não passou sequer pela comissão, primeira etapa da análise de qualquer lei.

De acordo com o advogado João Carlos Velloso, do escritório Advocacia Velloso, o Congresso tem a prerrogativa, prevista na Constituição, de disciplinar os efeitos das medidas provisórias após o término do prazo de validade. Os parlamentares poderiam, por exemplo, editar um decreto legislativo para invalidar as carteirinhas digitais emitidas durante a vigência do texto.

#### Nova tentativa

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou recentemente que o governo não desistirá do projeto da carteirinha digital. Em entrevista a um canal no Youtube, Weintraub, afirmou que o governo vai encaminhar um projeto de lei para manter a emissão do documento.

O caminho para aprovação, no entanto, não será fácil, já que o ministro não tem uma boa relação no Congresso. Recentemente, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que não negociaria com o chefe da pasta da Educação, pois, segundo ele, o ministro representa o grupo da "bandeira do ódio".

#### Como emitir o documento

-Baixe o aplicativo "ID Estudantil" disponível, gratuitamente, no Google Play ou na Apple Store;

-Faça um cadastro pelo login do [gov.br](http://gov.br), usando o CPF e uma senha para acesso ao sistema do governo federal;

-Clique na opção para inserir uma nova ID Estudantil e aceite os termos e condições;

-Caso o estudante tenha CNH, será feito um cruzamento com a fotografia tirada no aplicativo com dados do Denatran para reconhecimento facial. Caso o estudante não tenha, será solicitada uma foto do rosto e uma foto do RG (frente e verso);

-Pronto. A ID Estudantil foi criada e ficará disponível no aplicativo.

-Também é possível que o responsável emita o documento para menores de 18 anos. Neste caso, selecione a opção "ID Estudantil - dependente"

topo ↕

#### **CORREIO POPULAR – SP - TEMPO REAL**

#### **Procuradora diz ao Congresso que reformas de Guedes aumentam grave desigualdade**

Em nota técnica, a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Déborah Duprat, afirmou que o Plano Mais Brasil, pacote de reformas do ministro da Economia, Paulo

Guedes, é inconstitucional e deve aumentar o grave quadro de desigualdades existentes no país. O documento foi encaminhado ao Congresso Nacional, para subsidiar o debate dos parlamentares, que serão responsáveis pela votação das medidas do Planalto.

O Mais Brasil é um ambicioso pacote de reformas do ministro para tentar resolver os problemas estruturais das contas públicas e abrir caminho para um crescimento mais forte da economia. O plano muda a lógica do gasto público, com a descentralização de recursos para Estados e municípios, desobrigação de gastos e medidas de ajuste focadas no servidor público.

Em novembro de 2019, o pacote de medidas do governo foi entregue ao Senado pelo próprio presidente Jair Bolsonaro, ao lado de Guedes. São três propostas de Emenda à Constituição (PECs) que procuram promover uma completa "transformação" do modo de o Estado operar os seus gastos. Para aprovar as medidas, são necessários 308 votos, na Câmara, e 49 votos, no Senado, em dois turnos.

Sobre o Mais Brasil, a Procuradoria elaborou um estudo sobre aspectos centrais de cada uma das propostas, elencando aspectos jurídicos, dados e estudos acerca dos impactos sociais dessas medidas.

Para Duprat, há possibilidade de deterioração na administração pública e na oferta de políticas e serviços na área, caso as propostas da PEC 186 venham a ser aprovadas. "A proposição traz uma série de deliberações que vão desde a proibição de criação de novos cargos, realização de novos concursos, progressão e promoção funcionais, reajustes e revisões, até a redução temporária da jornada de trabalho e adequação de subsídios e vencimentos à nova carga horária".

"Ao abrir a possibilidade de redução da jornada de trabalho em 25%, por exemplo, o que o governo encaminha é a tentativa de naturalização da piora na oferta dos serviços públicos para a maioria da população". O órgão do Ministério Público Federal aponta ainda que, desde a Emenda à Constituição 95, a expansão e manutenção dos serviços públicos no Brasil ficou seriamente prejudicada.

"Basta ver as filas de espera do INSS, do Bolsa Família, a falta de medicamentos no SUS, a precariedade das universidades públicas, o aumento da população de rua sem a contrapartida de políticas assistenciais, dentre muitos outros exemplos que poderiam ser aqui enunciados".

Segundo a Procuradoria, a Nota Técnica cita estudos segundo os quais o teto dos gastos públicos brasileiros, em médio prazo, deve reduzir as despesas do Estado em torno de 13% do Produto Interno Bruto (PIB) - o que é nível de países africanos. "Em número ao número de servidores públicos, segundo dados da OCDE, o Brasil segue a média da América Latina, que é inferior à de países desenvolvidos".

"A cada cem trabalhadores brasileiros, 12 são servidores públicos, enquanto nos países mais desenvolvidos, o percentual costuma ser no mínimo o dobro, sendo a média de 21 servidores para cada 100 trabalhadores. Em nações como Noruega e Dinamarca, mais de 1/3 da população economicamente ativa está empregada no serviço público", ressalta a PFDC.

"Já quanto à PEC 187 - que busca extinguir todos os fundos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, à exceção daqueles previstos em constituições e leis orgânicas de cada ente federativo - a Procuradoria alerta para o fato de que a extinção de tais fundos passaria a exigir que os programas que hoje são financiados pelos mesmos passassem a ser viabilizados por outros instrumentos disponíveis dentro dos órgãos públicos", diz a PFDC.

"Na ausência de tais instrumentos, os programas correm o sério risco de serem extintos junto com seus veículos de financiamento".

A Nota Técnica da PFDC lista mais de 20 fundos que poderiam ser extintos caso a PEC 187 seja aprovada. "Entre eles, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo de Terras e Reforma Agrária, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e também o Fundo Nacional de Segurança Pública - criado em 2001 com o objetivo de apoiar projetos de responsabilidade dos governos estaduais na área de segurança".

Para a Procuradoria, dentre as três proposições que compõem o chamado Plano Mais Brasil, a PEC 188 é, seguramente, a que gera o maior impacto em direitos sociais, com a inclusão de um parágrafo ao art. 6º da Constituição para estabelecer direito ao equilíbrio fiscal intergeracional na promoção dos direitos sociais, além do fim da vinculação financeira dos recursos da saúde e da educação de forma independente. "Na prática, a medida permitirá que recursos da duas áreas tenham as vinculações compartilhadas entre si, ao invés de o legislador buscar outras fontes para suprir as necessidades desses direitos".

"Aliás, a educação tem camadas sobrepostas de prejuízo na PEC 188: (i) a desoneração da União em relação ao seu dever de cofinanciamento da educação, já que os recursos das contribuições do salário-educação para os programas de material didático, escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, até então com execução a cargo do FNDE, passam a ser transferidos diretamente para os estados, municípios e Distrito Federal; (ii) os entes federados ficam desobrigados de expandir a rede pública de educação, podendo pagar bolsas de estudo para toda a educação básica em escolas cadastradas", afirma.

A Nota Técnica da PFDC lembra ainda que a PEC 188 revoga os artigos 46 a 60 da Lei 12.351/2010, que definiu o Fundo Social do Pré-Sal e a destinação de 75% para a educação básica e 25% para a saúde de parte dos recursos financeiros pela exploração do petróleo e gás natural. "Convém recordar que o financiamento da saúde e da educação já vem sofrendo os efeitos da EC 95 e tende a decrescer nos próximos 20 anos", destaca a Procuradoria.

Para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, o que o Plano Mais Brasil revela, de forma bastante explícita, é a opção por avançar no subfinanciamento de direitos sociais de modo a gerar superávit que permita a sustentabilidade do serviço da dívida pública, contrariando o próprio espírito de proteção social da Constituição.

"A Constituição de 1988 é espaço normativo de conquista de múltiplas lutas emancipatórias, que traduzem políticas públicas tendentes a superar a desigualdade histórica no Brasil. Ela se insere no modelo do constitucionalismo social, no qual não basta, para observância da igualdade, que o Estado se abstenha de instituir privilégios

ou discriminações arbitrárias. Pelo contrário, parte-se da premissa de que a igualdade é um objetivo a ser perseguido através de ações ou políticas públicas, que, portanto, ela demanda iniciativas concretas em proveito dos grupos desfavorecidos".

topo ↕

## **CORREIO POPULAR – SP - TEMPO REAL**

### **Mesmo com fim da MP, carteirinha de estudante digital vai continuar valendo**

Os estudantes que emitirem a carteirinha digital de estudante, a ID Estudantil, até domingo poderão continuar usando o documento para pagar meia entrada mesmo após a Medida Provisória que criou o documento perder validade. O documento foi criado pelo Executivo em setembro, mas desde o lançamento do aplicativo não houve nenhuma movimentação no Congresso para tornar a medida definitiva.

A Medida Provisória determina que as carteiras físicas valem até o dia 31 de março do ano subsequente à emissão. Já as digitais "valem enquanto o aluno permanecer matriculado" na instituição de ensino. Ou seja, um estudante que começou um curso de graduação neste semestre e emitiu o documento, poderá usar o documento durante todo o período que o aluno mantiver o vínculo com a faculdade.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), desde que a MP foi assinada, em setembro, mais de 271 mil documentos foram emitidos gratuitamente. Desse total, quase 87 mil foram solicitados apenas nos últimos 20 dias. Cada carteira digital custa ao governo R\$ 0,15. Até o momento, o governo federal gastou R\$ 40,7 mil reais. O governo ainda gasta R\$ 250 mil com hospedagem e desenvolvimento de sistemas.

A MP da Liberdade Estudantil retirou o monopólio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) para emissão dos documentos, utilizados principalmente para o pagamento de meia entrada em eventos culturais e esportivos. As entidades são ligadas ao PCdoB, partido de oposição a Bolsonaro, e cobram cerca de R\$ 35 pelo documento.

A medida foi vista pelos parlamentares como uma tentativa de retaliação do governo aos grupos afetados, e morreu no Congresso. A aprovação é considerada impossível, uma vez que o texto não passou sequer pela comissão, primeira etapa da análise de qualquer lei.

De acordo com o advogado João Carlos Velloso, do escritório Advocacia Velloso, o Congresso tem a prerrogativa, prevista na Constituição, de disciplinar os efeitos das medidas provisórias após o término do prazo de validade. Os parlamentares poderiam, por exemplo, editar um decreto legislativo para invalidar as carteirinhas digitais emitidas durante a vigência do texto.

Nova tentativa

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou recentemente que o governo não desistirá do projeto da carteirinha digital. Em entrevista a um canal no Youtube, Weintraub, afirmou que o governo vai encaminhar um projeto de lei para manter a emissão do documento.

O caminho para aprovação, no entanto, não será fácil, já que o ministro não tem uma boa relação no Congresso. Recentemente, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia

(DEM-RJ), afirmou que não negociaria com o chefe da pasta da Educação, pois, segundo ele, o ministro representa o grupo da "bandeira do ódio".

Como emitir o documento

-Baixe o aplicativo "ID Estudantil" disponível, gratuitamente, no Google Play ou na Apple Store;

-Faça um cadastro pelo login do [gov.br](http://gov.br), usando o CPF e uma senha para acesso ao sistema do governo federal;

-Clique na opção para inserir uma nova ID Estudantil e aceite os termos e condições;

-Caso o estudante tenha CNH, será feito um cruzamento com a fotografia tirada no aplicativo com dados do Denatran para reconhecimento facial. Caso o estudante não tenha, será solicitada uma foto do rosto e uma foto do RG (frente e verso);

-Pronto. A ID Estudantil foi criada e ficará disponível no aplicativo.

-Também é possível que o responsável emita o documento para menores de 18 anos. Neste caso, selecione a opção "ID Estudantil - dependente"

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Mãe agride diretora de escola de Araras com socos após suposta acusação do filho estar drogado**

**Mulher também diz que jovem de 17 anos foi transferido após o caso sem que ela fosse comunicada. Diretoria Regional de Ensino repudiou violência e disse que o Conselho de Escola irá se reunir nesta semana para decidir as providências.**

A mãe de um aluno da Escola Estadual Dr. Cesário Coimbra, em Araras (SP), agrediu a diretora que teria dispensado o seu filho após uma suposta acusação de que ele estaria drogado, na quarta-feira (5). O jovem de 17 anos ainda foi transferido de escola sem aviso prévio, segundo a mãe.

“Não me arrependo de ter batido nela, eu sei o filho que eu tenho, ele já se submeteu ao exame de urina e a gente sabe que ele não usa. Por mais que eu esteja errada de ter levantado as minhas mãos para bater nela, eu também vou atrás dos meus direitos”, afirmou ao G1 a mãe, que postou um relato que repercutiu nas redes sociais.

O G1 tentou ouvir a diretora e outros membros da direção da escola, mas eles disseram que não tinham autorização para dar entrevista.

Em nota, a Diretoria Regional de Ensino informou que repudia qualquer ato de violência e que o Conselho de Escola irá se reunir nesta semana para decidir as providências a serem tomadas. (veja o posicionamento completo abaixo).

Agressão

Segundo a mãe, seu filho voltou para casa na quarta-feira (10) logo após o início das aulas, contando que tinha sido expulso. De acordo com o adolescente, no meio de uma prova, a diretora teria entrado na sala de aula e o obrigou a sair usando a alegação que

ele estaria drogado.

“Eles estão em semana de provas. Ele falou que estava sentado, fazendo [a prova], ela entrou na sala de aula, disse para ele se levantar, ele se levantou e ela disse que a roupa dele estava cheirando maconha e que ele estava sob o efeito de drogas, que era para ele pegar material e sair da sala de aula”, contou.

A mãe então foi até a escola para falar com a diretora e acabou a agredindo.

“Ela me recebeu educadamente, mas quando ela ficou sabendo que eu era a mãe do (omitido) e que eu queria saber como ela sabia que meu filho estava sob efeito de maconha, ela simplesmente virou as costas para mim e disse que não ia falar. Quando ela virou as costas eu dei um murro na cara dela. Não foi um só, foram vários”, disse.

A polícia foi chamada e foi registrado boletim de ocorrência de ambas as partes. A mulher disse que irá denunciar a diretora.

“A obrigação dela seria ligar para um dos pais, comunicar os pais. O meu filho é menor, ela mandou ele embora sem autorização, sem nada. Quem sabe agora ela não pense duas vezes antes de levantar uma calúnia de um aluno. Porque a escola é um lugar para acolher. A educação vem de casa, mas a escola é um ambiente de acolhimento, ela não pode chegar em qualquer um e apontar e humilhar”, afirmou.

Ainda segundo a mãe, o exame que prova que o jovem não usa drogas foi feito após o ocorrido.

## Transferência

Nesta segunda-feira (10), o aluno voltou para a escola, mas, segundo a mãe, foi informado que teria sido transferido para outra escola e passaria a estudar no horário noturno.

Também neste segunda, mãe e filho foram ao Conselho Tutelar relatar o que aconteceu e foram encaminhados à Ordem dos Advogados do Brasil para entrarem com uma representação de danos morais e para tentar reverter a transferência de escola e período de estudo.

## Diretoria regional se manifesta

O G1 aguarda um posicionamento da Diretoria Regional de Ensino sobre a transferência do aluno. Leia abaixo a nota na íntegra do órgão sobre a agressão:

A Diretoria Regional de Ensino de Pirassununga repudia todo e qualquer ato de violência dentro e fora do ambiente escolar, assim como lamenta o ocorrido. A diretora da unidade registrou boletim de ocorrência. O Conselho de Escola irá se reunir nesta semana para decidir as providências a serem tomadas. A unidade já incluiu o caso na Plataforma Conviva (Placon). A DE está à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Secretaria investiga agressão a aluno autista em escola municipal de João Pessoa**

**Caso teria acontecido na sexta-feira (7), depois do aluno, em um momento de estereotipia, bater em um inspetor. Funcionário teria devolvido um tapa na criança.**

Uma agressão a um estudante de 10 anos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) está sendo investigada pela Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa, pelo Conselho Tutelar e pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB). A família da vítima também registrou boletim de ocorrência na Central de Flagrantes da capital. O garoto teria sido agredido, na sexta-feira (7), por um inspetor da Escola Municipal Padre Leonel Franca, no bairro do Geisel, em João Pessoa.

"Na hora do intervalo, meu filho estava tendo um momento de estereotipia [ação repetitiva] e bateu com as mãos no inspetor escolar, e ele devolveu com o tapa no meu filho. Eu o questionei e ele me disse que bateu e bateria quantas vezes fosse preciso, se a criança voltasse a bater ou a cuspir nele", detalhou a mãe, em entrevista à TV Cabo Branco.

A mãe, Maria Josilene Barbosa, afirmou que procurou a direção da escola.

"Simplesmente ela me falou que a parte deles estava sendo feita, que foi fazer a matrícula. E isso não é inclusão, não basta matricular", disse. Nesta segunda-feira (10), as aulas seguem normalmente, mas a mãe do estudante disse não confiar mais na escola.

O presidente da Comissão de Estudos e Defesa dos Direitos dos Autistas da Ordem dos Advogados da Paraíba (OAB-PB), Paulo da Luz, disse que o caso precisa ser apurado e devidamente averiguado.

"Com todo respeito à situação, o caso precisa ser apurado e muito bem averiguado pela Secretaria Municipal de Educação. Essa escola e esse inspetor, pelo que se mostra, não estão preparados para receber um aluno autista, dada a inclusão necessária a uma criança com necessidade especial", disse.

A mãe do aluno prestou um boletim ocorrência na delegacia. A assessoria de imprensa da Secretaria de Educação de João Pessoa informou que está apurando os detalhes junto com o Conselho Tutelar e o Ministério Público da Paraíba (MPPB). E disse que todas as medidas serão tomadas para o bem estar escolar e familiar da criança.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**Sindicância da Uesb conclui que autodeclaração de ruivo que entrou por cotas em medicina é irregular**

**Universidade vai definir os membros que vão compor a Comissão Processante, que terá um prazo de 60 dias para apresentar seu relatório e suas conclusões.**

A autodeclaração do estudante branco e de cabelos ruivos que conseguiu uma vaga no curso de medicina na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) através de cotas raciais foi considerada irregular pelo procedimento de Sindicância instaurado pela universidade.

Segundo informações da Uesb, em comunicado divulgado nesta segunda-feira (10), após o período de recesso acadêmico e férias dos estudantes e professores, a universidade vai definir os membros que vão compor a Comissão Processante, que terá um prazo de 60 dias para apresentar seu relatório e suas conclusões.

De acordo com a universidade, Michelson Mendonça da Silva foi aprovado no Vestibular Uesb 2019 e convocado para matrícula, no qual os aprovados para ingresso no segundo período letivo deveriam se apresentar de 9 a 12 de setembro de 2019, com aulas tendo início no dia 20 de janeiro deste ano.

Veja mais notícias do estado no G1 Bahia.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Mais escolas da rede estadual são reformadas no programa Mãos à Obra em Juiz de Fora**

**Nesta edição do projeto, cinco instituições da cidade devem receber R\$ 1,07 milhão para as intervenções. Em outras fases, as obras foram concluídas.**

Por G1 Zona da Mata e MG2

Duas escolas estaduais de Juiz de Fora passam por reformas. Veja abaixo a lista. As intervenções fazem parte do "Programa de Revitalização de Escolas Estaduais de Minas Gerais – Mãos à Obra na Escola".

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), são 10 instituições contempladas durante três edições do programa no município. Na última etapa, cinco escolas vão receber, ao todo, R\$ 1,07 milhão para as obras.

Confira a situação das obras, conforme a SEE-MG.

#### Primeira etapa

Escola Estadual Deputado Olavo Costa: está com 60,03% de execução;  
Escola Estadual Professor Francisco Faria: obras foram concluídas;  
Escola Estadual Professor Lopes: obras foram concluídas.

#### Segunda etapa

Escola Estadual Ana Salles: está com 40,38% de execução;  
Escola Estadual Hermenegildo Vilaça: projeto em fase final de elaboração.

#### Terceira etapa

Escola Estadual Clorindo Burnier: contemplada na 3ª etapa do "Mãos à Obra";  
Colégio Tiradentes: contemplada na 3ª etapa do "Mãos à Obra";  
Escola Estadual Coronel Manuel Carneiro das Neves: contemplada na 3ª etapa do "Mãos à Obra";  
Escola Estadual Fernando Lobo: contemplada na 3ª etapa do "Mãos à Obra";  
Escola Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes: contemplada na 3ª etapa do "Mãos à Obra".

#### Mãos à Obra

Em dezembro de 2019, a SEE-MG comunicou a 3ª etapa do programa. O recurso anunciado foi de R\$ 70 milhões para o atendimento de 482 escolas de Minas Gerais.

Lançado em maio do ano passado, o programa já destinou, nas três etapas, cerca de R\$



120 milhões para obras de reforma e de revitalização das unidades escolares.

Zema lança programa para recuperar instalações em escolas estaduais de Minas

Outros R\$ 23 milhões foram destinados para a aquisição de novos mobiliários e equipamentos para as unidades.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**UFC recebe lista de espera do MEC e divulga novo calendário para 2ª chamada do Sisu**

**As inscrições dos classificáveis têm início nesta terça-feira (11) e seguem até quinta-feira (13), conforme o curso e o campus escolhido.**

A Universidade Federal do Ceará (UFC) divulgou a lista de espera e o novo calendário para a 2ª chamada do Sisu, após envio do rol de classificáveis pelo Ministério da Educação (MEC) na tarde desta segunda-feira (10). Conforme o novo cronograma, as matrículas iniciam nesta terça-feira (11), a partir das 8h30, seguindo até a quinta-feira (13), nos campi de Fortaleza, Sobral, Russas e Crateús. Em Quixadá, o processo ocorre nos dias 12 e 13.

Lista de espera – ampla concorrência

Lista de espera – cotas

Novo calendário da segunda chamada

É importante, contudo, observar o curso ao qual o candidato pretende pleitear vaga, já que cada um possui uma data e horário específicos. As divisões estão descritas por meio do site da UFC.

A princípio, as inscrições da 2ª chamada iniciariam nesta segunda-feira (10). Contudo, a falta do repasse da lista de candidatos em espera feita pelo MEC terminou por adiar o processo.

A lista de espera é formada por candidatos que se inscreveram no Sisu, mas não foram selecionados em nenhuma das opções de curso e optaram por participar da lista.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Aulas começam na rede municipal de Cabo Frio, RJ, mas parte dos alunos teve que voltar para casa**

**Servidores que aderiram à paralisação alegam que não houve pagamento do 13º salário. Prefeitura afirma que a maioria das unidades funcionou normalmente.**

Por RJ2 e G1 — Cabo Frio

Apesar de avisos comunicando a volta às aulas nesta segunda-feira (10) em Cabo Frio, na Região dos Lagos do Rio, nem todos os alunos da rede municipal conseguiram estudar. Segundo o Sepe, sindicato dos servidores da Educação, a Prefeitura não pagou o 13º salário e, por isso, a categoria decidiu manter a paralisação.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (Seme), a maioria das escolas funcionou normalmente e, conforme informa a Secretaria de Fazenda, o pagamento do 13º salário da Educação está sendo efetuado.

Na última semana, a Seme anunciou que faria a contratação emergencial de

profissionais com o objetivo, segundo a publicação em uma rede social, de "garantir que as unidades recebam os estudantes a partir desta segunda-feira".

Mas diretores de escolas relataram à reportagem da Inter TV que os professores foram às unidades nesta segunda para a alocação de turmas para que, na terça (11), sejam iniciadas as aulas.

Na Escola Municipal Maria Dária Saldanha apenas cinco das 26 turmas tiveram aula nesta segunda.

O município explicou que a maioria das escolas da rede funcionou tanto para o início das aulas de 2020, quanto para a reposição referente ao ano letivo de 2019. Disse ainda que "oito unidades já concluíram a reposição na semana passada e outras 37 devem dar continuidade às atividades nesta semana".

"Só será possível saber o quantitativo exato das unidades em atividade após a conclusão do levantamento de funcionamento realizado nas 90 unidades", explicou o município em nota.

A Seme afirma ainda que o número de alunos com matrícula ativa da rede é de cerca de 31 mil, porém, esse quantitativo terá acréscimo após a efetivação de matrículas referentes à segunda fase de inscrições, que ainda está em andamento.

topo 

## G1 - TEMPO REAL

**Falta de mão de obra qualificada afeta metade das indústrias do país  
Pesquisa da CNI aponta que as empresas têm dificuldade em encontrar mão de  
qualificada em todos os níveis, mas nos cargos de produção essa é barreira é  
maior.**

O setor industrial brasileiro enfrenta um paradoxo. Num país com 11,6 milhões de desempregados, metade das fábricas do país diz ter dificuldade para encontrar mão de obra qualificada. Os dados integram um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgado nesta terça-feira (11).

Em 2011 e 2013, quando um levantamento similar foi realizado, 66% das empresas do setor industrial reclamavam de falta de trabalhadores qualificados.

"O dado da falta de mão de obra chama muito a atenção com esse nível de desemprego e com uma indústria patinando que não encontra um caminho de crescimento", afirma o gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca.

A redução na fatia das fábricas que diz não encontrar mão de obra qualificada de 2011 para cá é explicada pela crise econômica, segundo a CNI. Com a recessão em 2015 e 2016 e a lenta da economia nos anos seguintes, muitas indústrias reduziram o quadro de funcionários e deixaram de contratar.

"Quando a economia voltar a crescer, a falta de mão de obra qualificada vai dificultar essa retomada. Vai dificultar a inovação dentro das empresas e ter um impacto na competitividade do setor, que já não é alta", afirma Fonseca.

A pesquisa da CNI ainda apontou que as empresas têm dificuldade em encontrar mão de

qualificada em todos os níveis, mas nos cargos de produção essa é barreira é maior.

Pelo levantamento, 96% das empresas reportaram dificuldade em contratar operadores qualificados, e 90% disseram que o maior desafio está em encontrar técnicos capacitados.

Na leitura da CNI, são dois os fatores que colaboram para um quadro tão ruim. Primeiro, o Brasil tem um nível educacional muito ruim. Em dezembro, o último resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) mostrou que o país caiu no ranking mundial de educação em matemática e ciências e ficou estagnado em leitura. Segundo, a formação do Ensino Médio é considerada bastante generalista.

"Há um problema de qualidade e foco na educação, diz Fonseca. "A reforma do Ensino Médio pode ajudar porque abre o caminho para uma educação profissional."

Em 2017, o então presidente Michel Temer sancionou a chamada reforma do Ensino Médio. A reforma flexibilizou o conteúdo que é ensinado aos alunos e deu mais importância ao ensino técnico.

Capacitação própria é a saída

Para lidar com a falta de mão de obra qualificada, 85% das empresas realizam capacitação na própria empresa e 42% oferecem algum tipo de treinamento fora da empresa, segundo a CNI.

"Um trabalhador pouco produtivo não aparece diretamente na planilha de custos, mas significa que o produto sai mais caro e a empresa perde competitividade", diz Fonseca.

A pesquisa da CNI foi realizada entre os dias 1º e 11 de outubro do ano passado. Foram consultadas 1.946 empresas, sendo 794 pequenas, 687 médias e 465 grandes.

topo 

## G1 - TEMPO REAL

### **Abertas inscrições para 50 vagas no processo seletivo do programa Primeira Chance, na Paraíba**

**Alunos precisam ser maiores de 18 anos e terem concluído o ensino médio entre 2016 e 2019. São 28 vagas para plantonistas do Ciop e 22 para o IPC.**

Estão abertas a partir de terça-feira (11) as inscrições para o processo seletivo pelo programa Primeira Chance, na Paraíba. Estão sendo ofertadas 50 vagas, sendo 28 para plantonistas do Centro Integrado de Operação da Paraíba (Ciop) e 22 para o Instituto de Polícia Científica (IPC). As inscrições são gratuitas e seguem até a próxima segunda-feira (17). O edital foi publicado no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (11).

Confira o edital do processo seletivo do programa Primeira Chance

O programa foi instituído no dia 15 de abril de 2019, destinado a estudantes da Rede Estadual de Ensino, egressos da Rede Estadual de Ensino e qualificados por programas governamentais executados pelo Estado da Paraíba. Ele vai funcionar como um banco de talentos composto por currículos com competências e habilidades dos estudantes egressos da rede estadual e qualificados por programas governamentais.

Para as inscrições, os alunos precisam ser maiores de 18 anos e terem concluído o ensino médio entre 2016 e 2019. As inscrições devem ser feitas por meio do preenchimento de um formulário, disponíveis no site do Paraibatec, com o anexo do certificado de conclusão de ensino médio e histórico escolar. Outros documentos dispostos no edital também devem ser anexados durante a inscrição.

Para os cargos, são exigidos pontualidade e assiduidade, disciplina, idoneidade, proatividade, gerenciamento de conflitos, discrição e sigilo das atividades, assertividade, comunicabilidade e sociabilidade.

Com relação às habilidades almeçadas, estão o conhecimento básico em informática, preenchimento de informações em meio digital e em formulários na internet e na intranet, capacidade de redigir e sintetizar informações, atendimento ao público, digitalização de documentos e localização de prontuários.

O processo seletivo acontece mediante a inscrição no formulário e a partir da aprovação em curso fornecido pelo ParaíbaTec. Os cursos são para Operador de suporte técnico, no Ciop, com 84 vagas, e para o IPC, com 66 vagas.

A classificação final e as chamadas públicas serão publicadas no site do Paraibatec. A previsão é que o resultado final seja divulgado no dia 20 de maio.

A bolsa do egresso será ofertada pela Fundação de Amparo e Apoio à Pesquisa (Fapesq). Para os inscritos no Ciop, o valor será de R\$ 1 mil mensal para 24h semanais. Já para o IPC, a bolsa será no valor de R\$ 800 para 20h semanais. O aluno aprovado deve se cadastrar obrigatoriamente na plataforma da CNPq, criar currículos Lattes e se cadastrar na plataforma SIGFapesq.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**Termina inscrição de alunos novos para as escolas da rede municipal em São Luís  
Prazo vai até esta terça-feira (11) para escolas de Ensino Fundamental de 1º ao 9º anos.**

Termina nesta terça-feira (11) as inscrições de alunos novos para as escolas de Ensino Fundamental – 1º ao 9º anos – da rede pública municipal de São Luís. Os interessados devem acessar o site da Prefeitura de São Luís, no endereço eletrônico e preencher todos os dados requisitados pela Secretaria Municipal de Educação (Semed).

O pai e/ou responsável poderá escolher até três opções de escolas mais próximas de sua residência ou em local de seu interesse, sendo obrigatória a escolha de, pelo menos, duas unidades.

Os critérios de seleção dos estudantes para as unidades de Educação Básica da rede pública de São Luís seguem os mesmos da Educação Infantil: ser um aluno com deficiência, proximidade da escola; o fato de já ter irmã ou irmão estudando na referida unidade; e ser beneficiário do programa Bolsa Família. Estão sendo oferecidas vagas em praticamente todas as 160 escolas de Ensino Fundamental – Unidades Polo e Anexos.

O resultado será divulgado na sexta-feira (14) e os nomes que não estiverem na lista de selecionados farão parte de uma lista de espera, que será enviada para a escola de

primeira opção escolhida pelo pai e/ou responsável. Os documentos necessários para a matrícula são: RG ou Certidão de Nascimento do estudante (original e cópia); documento de identificação e CPF do responsável; (original e cópia); comprovante de residência (original e cópia); declaração ou histórico escolar da escola anterior; (original); cartão Bolsa Família (original e cópia) e número do NIS do estudante; cartão do SUS (original e cópia); duas fotos 3x4 (recentes); e fornecer contatos telefônicos válidos.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Bolsa Universidade de Manaus convoca estudantes para aderir à contrapartida A lista com os convocados está disponível online.**

Beneficiários do Bolsa Universidade convocados para prestar contrapartida podem aderir ao projeto ou justificar a não participação até esta quinta-feira (13). A lista com os convocados está disponível online.

Universitários convocados das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Exatas devem comparecer ao setor de Atendimento ao Bolsista, das 8h às 17h, na sede da Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional (Espí), vinculada à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão (Semad), na avenida Professor Nilton Lins, 3.259, Flores, zona Centro-Sul.

Bolsistas com bolsa integral (100%) devem cumprir carga horária de 150 horas por semestre. Já os beneficiários de bolsas de 75% cumprem carga de 120 horas por semestre, enquanto os de 50% têm carga horária de 90 horas semestrais.

A participação dos bolsistas nos projetos é obrigatória e caso o estudante não justifique sua ausência, pode sofrer penalidades no programa. Dependendo da porcentagem da bolsa, o trabalho voluntário é de no máximo três dias por semana e de até quatro horas por dia.

Os bolsistas que desejarem aderir à contrapartida devem apresentar documento de identidade, CPF e carteira de passê estudantil. A Espí/Semad garante certificação e vale-transporte a todos os participantes do projeto.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Aprovados na 2ª chamada da UFT devem ficar atentos ao prazo de matrícula Matrículas serão realizadas nesta terça (11) e quarta-feira (12). Terceira chamada será divulgada no próximo dia 18 de fevereiro.**

As matrículas da segunda chamada do vestibular 2020/01 da Universidade Federal do Tocantins (UFT) começam nesta terça-feira (11). Os aprovados devem ficar atentos, pois o prazo termina nesta quarta-feira (12).

Os candidatos deverão acessar o site da Comissão Permanente de Seleção da UFT (Copese) para imprimir e preencher o formulário de matrícula. O documento deverá ser entregue na secretaria do campus junto com os documentos listados no edital.

A segunda chamada selecionou candidatos para graduações nos campus de Palmas, Araguaína, Gurupi, Arraias, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis. Confira a lista.

Ao todo, 12.433 pessoas se inscreveram para concorrer a 943 vagas em 50 cursos. A

lista com os nomes dos primeiros aprovados foi divulgada em dezembro de 2019.

Caso tenham vagas remanescentes, a terceira chamada será publicada no dia 18 de fevereiro. Neste caso as matrículas estão previstas para os dias 20 e 21 do mesmo mês.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **USP de Piracicaba terá centro de pesquisas e desenvolvimento de opções sustentáveis ao agrotóxico**

**Com investimento de R\$ 40 milhões, SPARCBio receberá investimento de R\$ 40 milhões e reunirá parcerias entre instituições e empresas do Brasil, Estados Unidos, França, Holanda e Dinamarca.**

Com o objetivo de oferecer alternativas sustentáveis ao uso de agrotóxicos na agricultura e investimento previsto de R\$ 40 milhões, um centro de controle biológico inédito no Brasil será inaugurado nesta terça-feira (10), na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), em Piracicaba (SP).

Os investimentos no São Paulo Advanced Research Center for Biological Control (SPARCBio) serão feitos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), por meio do programa Centros de Pesquisa em Engenharia e pela empresa holandesa Koppert e terão como contrapartida recursos da Esalq para infraestrutura de pesquisa e custos de pessoal.

Além disso, o centro terá como meta a transferência de conhecimento para a empresa e para a sociedade, realizando a interação com o sistema educacional, incluindo os níveis fundamental e médio.

Instituições que serão parceiras do centro:

Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
Universidade Federal de Viçosa (UFV)  
Embrapa  
University of Minnesota (Estados Unidos)  
University of California (Estados Unidos)  
Institut National de la Recherche Agronomique/INRA (França)  
University of Copenhagen (Dinamarca)

Como funciona?

Em laboratório, pesquisadores avaliam macro ou micro-organismos (insetos, fungos, vírus ou bactérias, por exemplo) que possam controlar determinadas pragas em plantações

Após a definição sobre qual agente utilizar, ele é solto naquela plantação

Se for o fungo, vírus ou bactéria, por exemplo, ele é liberado como se fosse um inseticida

Se for um inseto, há hoje em dia a possibilidade de soltá-lo com drone

A equipe do SPARCBio será liderada pelo professor José Roberto Postali Parra, um dos maiores especialistas em controle biológico no país. Ele explica que a parceria terá duração de cinco anos, prorrogáveis por mais cinco, e que o ineditismo está no fato de

ser a primeira unidade no Brasil com conhecimento específico dessa área.

“O Brasil está em franco desenvolvimento hoje nessa área. Nos últimos anos já vem tratando 10 milhões de hectares com medidas biológicas. E, realmente, o Brasil está crescendo até mais que o mundo em termos de utilização de controle biológico para controle de pragas nas agricultura”, garante o professor.

Ele aponta, no entanto, que existem obstáculos para o avanço do segmento. “O Brasil é um país que tem uma tradição de químicos e isso é cultural, então logicamente que é um processo de aprendizado [...]. Vamos desenvolver pesquisas em diferentes áreas para que nós consigamos transferir ao agricultor um portfólio maior, um número de produtos cada vez maior que possa ser utilizado na agricultura”, afirma Parra.

Parra explica que o Brasil tem uma biodiversidade rica, o que leva à possibilidade de se pesquisar um número alto de agentes de controle biológico.

“A gente tem que estudar aspectos biológicos, estudar esses organismos de uma forma profunda de tal forma que a gente consiga transferir depois, por meio de uma empresa, a tecnologia gerada para o agricultor”, acrescenta.

Na fase inicial, o centro conta com uma equipe multidisciplinar de 23 pesquisadores brasileiros e estrangeiros divididos em projetos em cinco linhas de trabalho:

- Prospecção de novos agentes de controle biológico;
- Processos para produção e automação de macro e micro-organismos;
- Novas formulações de micro-organismos (fungos, bactérias e metabólitos secundários);
- Avaliação de riscos e benefícios do controle biológico;
- Estratégias para utilização do controle biológico no manejo integrado de pragas (MIP).

Alternativa sustentável

Parra aponta que um dos principais atrativos para o controle biológico hoje é seu caráter sustentável.

“Cada vez mais o mercado internacional passa a ser exigente com relação a resíduos de produtos químicos. Não pode ter. Então, isso vem de encontro às exigências do mercado internacional. O Brasil, como grande exportador, para atender essas exigências tem que fazer modificações do que vem sendo realizado”, defende.

Ele observa que os produtos químicos sempre vão existir, mas que o preocupante é o seu uso irracional.

“Tem produtos no Brasil que não são mais utilizados no exterior, mas continuam aqui. Logicamente, com o tempo serão banidos do mercado, substituídos. É uma questão de tempo. Acho que sem ser muito radical, vai se chegar num momento que vai haver uma prevalência do controle biológico”, vislumbra.

Demanda

Outro desafio, segundo Parra, é a criação de grande quantidade de agentes biológicos

para atender a demanda existente, o que deve receber o auxílio da tecnologia.

“É o caso da soja, que tem um problema sério do percevejo marrom, que é bem controlado pelo controle biológico, mas que não tem disponibilidade para todo mundo. Não tem jeito de oferecer controle biológico para 36 milhões de hectares. Então, você tem que ter um pouco de paciência, que isso vai chegar com o tempo”, exemplifica.

Segundo ele, o Brasil vem aumentando o interesse pelo assunto e movimentou no último ano R\$ 500 milhões neste mercado. Foram utilizados elementos naturais em 10 milhões de hectares. “O Brasil, como se sabe se tornou líder em agricultura tropical nos últimos cinquenta anos. E temos tudo para nos tornarmos líderes em controle biológico”, garante o docente.

Ele explica que o desenvolvimento de agentes biológicos para uma região tropical é diferente de outros locais, já que um só agricultor tem dezenas de milhares de hectares com uma mesma cultura.

## Desconhecimento e custos

Outro fator a ser enfrentado é o desconhecimento sobre o assunto. Uma das medidas adotadas pelo grupo de pesquisa será divulgar os novos métodos através de cursos em diferentes níveis dentro do País e fora dele.

“Existem alguns mitos e um deles é cultural: ‘Meu avô fazia assim, meu pai fazia assim, vou fazer assim’. O outro que existe é exatamente o custo. Existem vantagens ecológicas, as vantagens sociais quando você usa um produto biológico que o indivíduo não leva em consideração. Ele a priori já fala: ‘se não for mais barato, não vou usar’. Isso tem que ser desmistificado”, afirma o chefe da SPARCBio.

topo ↕

## O DIA - RJ - TEMPO REAL

### **Mesmo com fim da MP, carteirinha de estudante digital vai continuar valendo A Medida Provisória determina que as carteiras físicas valem até o dia 31 de março do ano subsequente à emissão**

Os estudantes que emitirem a carteirinha digital de estudante, a ID Estudantil, até domingo poderão continuar usando o documento para pagar meia entrada mesmo após a Medida Provisória que criou o documento perder validade. O documento foi criado pelo Executivo em setembro, mas desde o lançamento do aplicativo não houve nenhuma movimentação no Congresso para tornar a medida definitiva.

A Medida Provisória determina que as carteiras físicas valem até o dia 31 de março do ano subsequente à emissão. Já as digitais "valem enquanto o aluno permanecer matriculado" na instituição de ensino. Ou seja, um estudante que começou um curso de graduação neste semestre e emitiu o documento, poderá usar o documento durante todo o período que o aluno mantiver o vínculo com a faculdade.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), desde que a MP foi assinada, em setembro, mais de 271 mil documentos foram emitidos gratuitamente. Desse total, quase 87 mil foram solicitados apenas nos últimos 20 dias. Cada carteira digital custa ao governo R\$ 0,15. Até o momento, o governo federal gastou R\$ 40,7 mil reais. O governo ainda gasta R\$ 250 mil com hospedagem e desenvolvimento de sistemas.



A MP da Liberdade Estudantil retirou o monopólio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) para emissão dos documentos, utilizados principalmente para o pagamento de meia entrada em eventos culturais e esportivos. As entidades são ligadas ao PCdoB, partido de oposição a Bolsonaro, e cobram cerca de R\$ 35 pelo documento.

A medida foi vista pelos parlamentares como uma tentativa de retaliação do governo aos grupos afetados, e morreu no Congresso. A aprovação é considerada impossível, uma vez que o texto não passou sequer pela comissão, primeira etapa da análise de qualquer lei.

De acordo com o advogado João Carlos Velloso, do escritório Advocacia Velloso, o Congresso tem a prerrogativa, prevista na Constituição, de disciplinar os efeitos das medidas provisórias após o término do prazo de validade. Os parlamentares poderiam, por exemplo, editar um decreto legislativo para invalidar as carteirinhas digitais emitidas durante a vigência do texto.

Nova tentativa

O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou recentemente que o governo não desistirá do projeto da carteirinha digital. Em entrevista a um canal no Youtube, Weintraub, afirmou que o governo vai encaminhar um projeto de lei para manter a emissão do documento.

O caminho para aprovação, no entanto, não será fácil, já que o ministro não tem uma boa relação no Congresso. Recentemente, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que não negociaria com o chefe da pasta da Educação, pois, segundo ele, o ministro representa o grupo da "bandeira do ódio".

Como emitir o documento

-Baixe o aplicativo "ID Estudantil" disponível, gratuitamente, no Google Play ou na Apple Store;

-Faça um cadastro pelo login do [gov.br](http://gov.br), usando o CPF e uma senha para acesso ao sistema do governo federal;

-Clique na opção para inserir uma nova ID Estudantil e aceite os termos e condições;

-Caso o estudante tenha CNH, será feito um cruzamento com a fotografia tirada no aplicativo com dados do Denatran para reconhecimento facial. Caso o estudante não tenha, será solicitada uma foto do rosto e uma foto do RG (frente e verso);

-Pronto. A ID Estudantil foi criada e ficará disponível no aplicativo.

-Também é possível que o responsável emita o documento para menores de 18 anos. Neste caso, selecione a opção "ID Estudantil - dependente"

topo ↕

**REUTERS BRASIL - TEMPO REAL**

## **Secretários de Fazenda vão reforçar com Guedes defesa de ICMS em reforma tributária**

BRASÍLIA (Reuters) - Os secretários da Fazenda dos Estados se reunirão com o ministro da Economia, Paulo Guedes, na quarta-feira e vão reforçar no encontro o desejo de inclusão do ICMS na reforma tributária, afirmou o presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles.

Falando a jornalistas após reunião do Comsefaz nesta segunda-feira, Fonteles, que também é secretário da Fazenda do Piauí, afirmou que a mudança no ICMS —tributo de competência estadual— é imprescindível para desatar o nó dos impostos sobre o consumo.

O governo, que não enviou uma proposta formal de reforma tributária ao Congresso, tem defendido que haja primeiro uma unificação de PIS e Cofins num Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal, cabendo aos entes regionais a oportunidade de colocarem depois os tributos sobre consumo de sua competência sob a aba do modelo.

“A posição que a gente tem ouvido deles (governo federal) é que eles querem mandar uma proposta que na visão deles é mais factível, só mexe com os impostos federais, mas o que o Congresso quer é fazer uma reforma que realmente impacte o setor produtivo. E você não vai impactar o setor produtivo se você não envolver o ICMS”, disse.

“Tem que aproveitar esse protagonismo que o Congresso está tendo, essa vontade que o Congresso está tendo de fazer a reforma tributária pra envolver o imposto que realmente pode modificar a dinâmica do investimento em relação à tributação, que é o ICMS, que é o imposto mais complexo, mais complicado.”

Além da reforma tributária, o encontro com Guedes tratará das propostas de emenda à Constituição (PECs) que compõem o Plano Mais Brasil: a PEC do Pacto Federativo, PEC Emergencial e PEC dos Fundos Públicos, que têm como princípio a prometida desvinculação, desindexação e desobrigação do Orçamento.

“Primeiro a gente queria ter uma proposta para cada emenda que foi apresentada pela União. Agora é o momento de conversar para compor”, afirmou.

Na terça-feira, os governadores vão analisar as alterações propostas pelos secretários da Fazenda dos Estados às PECs. Em relação à PEC do Pacto Federativo, a mais ampla das iniciativas, Fonteles disse, por exemplo, que a sugestão será de que medidas de controle de despesas obrigatórias no Orçamento sejam acionadas em duas fases.

Na PEC, o governo do presidente Jair Bolsonaro propôs que sempre que a despesa corrente superar 95% da receita corrente os gestores de Estados e municípios passem a ter uma série de medidas à mão.

Segundo Fonteles, o Comsefaz defende que as medidas mais brandas sejam automaticamente adotadas quando o percentual de 90% for atingido, com o restante das medidas valendo, também de maneira obrigatória, a partir do patamar de 95%.

Entre as medidas que estão previstas na PEC, estão a proibição para promoção de funcionários e para concessão de reajustes, a suspensão da criação de despesas

obrigatórias e benefícios tributários e a redução de até 25% da jornada de trabalho dos servidores com adequação dos salários.

A exemplo do que já tinha dito da PEC Emergencial, que também conta com essas mesmas medidas, Fonteles afirmou que os governadores querem que a redução da jornada dos servidores com proporcional diminuição no salário seja a única medida de adoção facultativa.

Entre outras alterações para a PEC do Pacto Federativo, os secretários da Fazenda querem maior participação dos Estados e municípios na composição do Conselho Fiscal da República. Também são contra o fim da concessão de garantias da União para empréstimos feitos pelos entes.

Em outra frente, os secretários da Fazenda querem que fique consignado já no texto da PEC que os Estados e municípios fiquem com 70% das receitas com exploração de petróleo.

“Se vai ser escalonado, se vai ser de uma vez, é uma discussão em aberto”, afirmou Fonteles.

## FUNDEB

Em relação ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), Fonteles afirmou que o consenso no Comsefaz é de que a suplementação da União saia de 10% e vá para 30%, em etapas.

Ele afirmou que “talvez” os recursos oriundos de uma divisão mais generosa dos royalties do petróleo possam financiar esse aumento de participação da União no direcionamento de recursos, mas frisou que isso tem que ser discutido com o governo federal.

## JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

**O design inteligente, tido como vertente do criacionismo, é uma teoria científica válida? NÃO**

**Diogo Meyer, professor do Instituto de Biociências da USP, escreve para a sessão Tendências/Debates da Folha de S. Paulo de sábado que “respostas implicam mais ciência, e não jogar a toalha”**

O que torna uma explicação científica? Ela deve ser testada contra observações do mundo natural, ter consistência com o conhecimento vigente e ter passado pelo crivo da comunidade científica. Em seus congressos, livros e revistas, cientistas examinam, avaliam, endossam ou refutam explicações.

Também há, claro, formas não científicas de explicar o mundo, sendo a religião uma delas. A ciência e a religião oferecem explicações profundamente diferentes, ambas legítimas, refletindo aspectos distintos de nossa cultura.

Veja o texto na íntegra: Folha de S. Paulo

O Grupo Folha não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante. No entanto, é possível fazer um cadastro rápido que dá direito a um determinado número de acessos.

Leia também:

Folha de S. Paulo – Navalhada no criacionismo

Folha de S. Paulo- Se Deus não mente, a evolução é um fato, caro presidente da **Capes**

topo ↕

## O REGIONAL - TEMPO REAL

### **Docentes da Rede Estadual Podem Concorrer a Bolsa de Estudos nos EUA**

O Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) continua a receber inscrições de professores da rede estadual. Os interessados têm até o dia 14 de fevereiro para manifestar o interesse de participar do programa. O edital está disponível na internet, bem como o formulário de inscrição.

Parceria da Diretoria de Relações Internacionais e da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica na Secretaria da Educação com a Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil e com a Comissão Fulbright, o programa oferece um curso intensivo em universidade norte-americana, com atividades acadêmicas e culturais para capacitar os docentes para se comunicarem na segunda língua e melhorarem a aprendizagem dos alunos.

“Recomendo a todos os professores que façam o curso, que mudou minha forma de aprender e também de ensinar. Tivemos novas metodologias de ensino, novas formas de ver as coisas e passar aos jovens. É um curso bastante intenso, mas vale a pena”, pontua José Carlos, professor da rede que fez o programa em 2013.

### Requisitos

É preciso cumprir alguns requisitos para participar da formação. O docente precisa ser concursado, com estágio probatório concluído e estar ministrando, no ato da inscrição e até a implementação da bolsa, aula de língua inglesa na rede pública estadual, municipal ou distrital de educação básica; e realizar teste de avaliação de nível de proficiência em língua inglesa TOEFL ITP.

Os cursos duram seis semanas e a bolsa contempla vários benefícios: passagem aérea; ajuda de custo; reembolso da taxa de solicitação de visto (MRV); seguro saúde; deslocamento nos Estados Unidos: trajeto aeroporto/universidade/aeroporto; alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado; alimentação; taxas escolares; materiais didáticos a serem utilizados nos cursos e a passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação pré-partida.

“O programa é muito bom. Tivemos assessoria de todo mundo e conhecemos novas culturas e formas de aprender o inglês. Eu me senti estudante de novo e conheci muita gente legal”, revela Caroline Gomes, professora de inglês na Prefeitura de São Paulo e bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Fulbright**.

topo ↕

## ZUG - TEMPO REAL

### **Capex lança edital para doutorado pleno nos EUA**

Interessados em se candidatar para o programa **Capex** – Fulbright de doutorado pleno nos Estados Unidos, podem se candidatar até o dia 11 de março, por meio de um formulário eletrônico, no site do programa disponível na página da **Capex**.

Serão concedidas até 20 bolsas em oito áreas do conhecimento como Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, Biológicas, Saúde, Agrárias, Sociais Aplicadas, Humanas e Linguísticas. O programa forma recursos humanos de alto nível nos EUA.

O resultado final será divulgado após o processo de seleção dividido em análises técnica e de mérito, entrevista com os candidatos, seleção da parte americana e identificação da universidade.

As bolsas terão duração de até seis anos e a **Capes** vai apoiar cada bolsista com até US\$ 165 mil por ano. O início das atividades está previsto para agosto de 2021.

topo ↕

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

### **O Sisu e a escolha pela centralização**

No momento em que a Reforma Curricular do Ensino Médio impõe mudanças no modelo do ENEM, os problemas operacionais em torno do SISU tornam oportuno que se aprofundem algumas reflexões. O atual processo seletivo para as instituições oficiais de ensino superior completa dez anos. Vigora desde 2010, quando foi instituído com o objetivo de racionalizar o acesso às vagas.

Durante a vigência do modelo anterior, de vestibulares isolados, as principais Instituições de Ensino Superior (I.E.S.) restringiam os seus processos seletivos a critérios que, em geral, focavam exclusivamente a identificação do mérito acadêmico. Os vestibulares tradicionais eram geralmente compostos por duas fases, uma genérica e a segunda dita “específica”, cujos sentidos eram selecionar os candidatos mais aptos e estabelecer padrões de excelência acadêmica dos cursos de graduação desde o ciclo básico. De fato, ao focar exclusivamente no suposto mérito acadêmico dos candidatos de origens tão diversas e ao lhes atribuir uma igualdade de condições e equidade sem respaldo algum na realidade, as Universidades oficiais podem ter protelado o reconhecimento da responsabilidade social que lhes caberia, em se considerando a realidade brasileira.

Em 2010 o intuito era assegurar que todas as Universidades oficiais adotassem processos que considerassem a função social dessas instituições públicas: ações afirmativas, políticas de cotas, mobilidade regional e eliminação da ociosidade de vagas. Tratava-se de processo seletivo que envolvia não apenas o acesso a determinadas vagas, mas também e sobretudo ao financiamento dos estudos em nível superior, segmento em que o investimento público era notoriamente mal focalizado. A política de cotas teve o mérito de promover o ingresso de segmentos sociais até então sub representados nas graduações e nas pós. As evidências da pertinência e da eficácia dessa medida são hoje inquestionáveis.

Ao lado disso, outro caminho para se equacionar a focalização do gasto público teria sido também a revisão da cláusula constitucional que impede a cobrança de anuidades em estabelecimentos oficiais, mesmo em se tratando de alunos que possam pagar. (Não faltam exemplos bem-sucedidos pelo mundo afora, mas ao que tudo indica, entre nós as condições políticas para esse debate jamais se apresentaram).

No Brasil preferimos contornar o impasse através da concentração de todo o processo seletivo nas mãos do Estado. Daí surgiram o Novo ENEM e o SISU, articulados em

estratégia que levou as Universidades Federais de todo o país a renunciarem ao controle do seu processo de ingresso e da definição do perfil do candidato a ser admitido em cada uma das diferentes graduações. Ao cederem e transferirem essas atribuições para o MEC/INEP as I.E.S. brasileiras abriram mão de uma importante prerrogativa, definidora da identidade institucional de qualquer estabelecimento de ensino.

A solução pela centralização é, ao que tudo indica, ser mais uma “jabuticaba”, que dificilmente encontrará correspondência em outra democracia do Ocidente. O tema remete ao questionamento sobre que papel e usos cada país escolhe atribuir aos seus sistemas de avaliação em larga escala. Sendo a alternância no poder a regra em democracias, é pouco prudente que processo como esse seja transferido para o governante de plantão. (Vide a suspeição de “tendenciosidades” que passou a pairar sobre o banco de itens).

O caminho escolhido em 2010 distorceu o ENEM e o fez degenerar em um gigantesco vestibular unificado em nível nacional, que engessa e padroniza currículos a que estão submetidos todos os estudantes brasileiros. É notório o quanto efeitos sobre o Ensino Médio são deletérios. Por isso a Reforma curricular é inadiável e a flexibilização dos exames de ingresso é incontornável.

Salta aos olhos que a origem das fragilidades operacionais do SISU está na centralização excessiva e no gigantismo do exame e da empreitada. As próprias Universidades são plenamente capazes de conceberem, cada uma delas, processos seletivos que conciliem mérito acadêmico e a função social que lhes cabe como instituições públicas. Não seria mais sábio se lhes fosse devolvido, ao menos em parte, algum controle sobre o processo? Quem melhor do que elas para discernirem os critérios e as condições para ingresso nos cursos que oferecem? Não seria oportuno que se cogitasse rever a opção feita em 2010 pela excessiva centralização nas mãos do MEC?

\*Pedro Flexa Ribeiro é diretor do Sindicato dos Estabelecimentos de Educação Básica do Município do Rio de Janeiro e da Federação Nacional das Escolas Particulares

[topo](#)

**AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**Maia diz que aprovar Fundeb é resposta importante em momento delicado na Educação**

**Presidente da Câmara projeta que governo federal passe a ser responsável por 20% dos recursos com realocação de despesas**

RIO — O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, projetou, nesta segunda-feira, a aprovação da chamada PEC do Fundeb com aumento de participação do governo federal, que passaria a ser responsável por 20% dos recursos, o dobro do percentual atual.

Em café da manhã na sede da Federação das Indústrias do Rio (Firjan), Maia afirmou que a aprovação seria uma "resposta importante em um momento delicado na Educação" do país, sem citar diretamente o ministro da Educação Abraham Weintraub, a quem acusou na última semana de carregar a "bandeira do ódio".

A comissão especial da Câmara que analisa a PEC do Fundeb chegou a apresentar uma minuta de texto, de autoria da deputada Professora Dorinha (DEM-TO), que previa o

aumento da participação da União para 40% do fundo. A proposta do ministro da Educação, por outro lado, falava em passar esta participação dos 10% atuais para 15%.

A vigência do Fundeb se encerra no fim deste ano, e a falta de acordo pode levar a um colapso do financiamento da educação básica.

— Tenho certeza de que a renovação será uma emenda constitucional aprovada com muito sucesso. Vamos aumentar a verba do Fundeb sem nenhum recurso que já não estivesse previsto no Orçamento. Uma boa emenda (constitucional) é uma resposta importante que o Congresso dá em um momento delicado que o país vive na área da Educação — disse Maia.

## R\$ 9 BILHÕES

O presidente da Câmara disse trabalhar para que cerca de R\$ 9 bilhões que o governo federal repassa a estados e municípios dentro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), referentes ao salário-educação, passem a integrar o Fundeb.

Com esta medida, de acordo com Maia, é possível aumentar a participação da União para 20% do Fundeb sem gerar novas despesas.

— Temos lá um recurso de R\$ 9 bilhões do FNDE que o governo federal está repassando a estados e municípios, estamos trabalhando para que tudo isso fique dentro do novo Fundeb. Os novos recursos vão agregar muito na questão dos municípios mais pobres e também para a melhoria da qualidade do ensino — afirmou.

Em meio às discussões sobre o novo formato do Fundeb, Maia criticou abertamente Weintraub e afirmou que não pode negociar "com quem tem a bandeira do ódio de forma permanente, atacando e agredindo as pessoas nas redes sociais".

O presidente da Câmara também afirmou que Weintraub é um "desastre" que coloca em risco o futuro de milhares de crianças brasileiras, e sinalizou que não dará prioridade à proposta do governo para o Fundeb.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Após comunicado do MEC, Udesc suspende segunda chamada do Sisu Nova lista deve ser divulgada pelo Ministério da Educação nesta segunda-feira.**

A Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) suspendeu a segunda chamada e a matrícula dos candidatos aprovados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que ocorreria nesta segunda-feira (10), após receber um comunicado do Ministério da Educação (MEC).

De acordo com a universidade, a lista dos aprovados tinha sido divulgada na última quinta-feira (6) e o comunicado foi feito na sexta-feira (7), informando que ela não deveria ser utilizada pela instituição e que era necessário aguardar a lista definitiva.

O cronograma inicial previa que a divulgação da lista ocorreria na sexta-feira. No entanto, os nomes não chegaram para todas as universidades de Santa Catarina ou elas receberam uma lista errada.

A assessoria de imprensa do Ministério da Educação informou ao G1 que a divulgação

da lista de espera do Sisu 2020 para a convocação dos aprovados foi adiado para esta segunda-feira, mas não informou o horário e nem o motivo da mudança. O prazo final de chamamento e efetivação da matrícula segue o cronograma próprio de cada instituição.

Os procedimentos feitos pela Udesc serão determinados depois que a nova lista de espera seja enviada pelo MEC. O início do primeiro semestre letivo das turmas de graduação está previsto para começar no dia 17 de fevereiro e os da pós-graduação para o dia 4 de fevereiro.

topo ↕

## **PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

### **Professores usam estratégia bolsonarista para pedir a cabeça de Weintraub Entidades de Minas Gerais recorrem a outdoor para pedir que Bolsonaro demita o ministro da Educação**

Desgastado até mesmo dentro do bolsonarismo, o chefe da Educação, Abraham Weintraub, virou alvo de entidades do setor. A foto que ilustra esta nota foi tirada em Belo Horizonte.

Mostra que algumas entidades de professores, incluindo os da UFMG, decidiram apelar para a velha estratégia bolsonarista de espalhar uma ideia a partir de outdoors.

“Em defesa do Enem, do Sisu e da universidade pública”, a turma pede que Jair Bolsonaro demita Weintraub. O presidente já pensou muitas vezes na ideia.

Só não executa porque não gosta de dar pinta de que aceitou pressão. Na hora que a crise no MEC esfriar e sair do foco, o ministro dança.

topo ↕

## **R7 - TEMPO REAL**

### **Wagner Vilas Boas de Souza assume Secretaria de Educação Superior Servidor público, que conta com outras passagens pelo Ministério da Educação, retorna à pasta após pedido de demissão de Arnaldo Lima Júnior**

Wagner Vilas Boas de Souza é o novo secretário de Educação Superior do Ministério da Educação. O servidor público, que já foi diretor de desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior, está de volta à pasta após pouco mais de três meses trabalhando na ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), onde é concursado. A informações foi divulgada nesta segunda-feira (10) por meio de nota oficial.

A nomeação no Diário Oficial da União, no entanto, deverá acontecer “nos próximos dias”. Vilas Boas assume a função após Arnaldo Lima Júnior pedir demissão do cargo, no dia 30 de janeiro, alegando “motivos pessoais”. O desligamento aconteceu em meio a uma crise provocada por erros na correção do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2019.

O novo secretário também conta com outras passagens pelo MEC. Ele já atuou como secretário-executivo adjunto, subsecretário de Planejamento e Orçamento, coordenador-geral de Orçamento e gerente de projetos.

## **A TARDE ON LINE - TEMPO REAL**

### **Future-se é rejeitado por universidades baianas**



Com a segunda consulta pública encerrada no último dia 24, o programa Future-se, lançado em julho de 2019 pelo Ministério da Educação (MEC), já foi rejeitado por três das quatro universidades federais baianas. A exceção é a Universidade Federal do Oeste (Ufob), na qual a assessoria de imprensa disse que o Conselho Universitário ainda não discutiu o tema.

“Nossa preocupação com o projeto é a perspectiva privatizante, principalmente a questão da existência de um fundo soberano, patrimonial, que iria financiar as universidades”, declara a pró-reitora de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Denise Vieira de Silva.

A assessoria de imprensa do MEC informou que não tinha fonte disponível para falar sobre o programa, se limitando a afirmar que o “Future-se tem o objetivo de dar maior autonomia financeira a universidades e institutos federais por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo”.

De acordo com apresentação do projeto no site do MEC, a implantação do Future-se inclui a assinatura de contratos de gestão entre as universidades e organizações sociais qualificadas pelo governo federal, por meio dos seus ministérios. Uma das possibilidades abertas a partir do modelo proposto é a contratação de professores sem a realização de concurso público.

## CLT

Para a pró-reitora, a ideia de contratar professores pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é mais um dos aspectos que precariza o trabalho dos docentes e técnicos, consequentemente prejudicando a aprendizagem dos estudantes.

“Nas universidades federais, 80% dos professores têm dedicação exclusiva, então o estudante tem a oportunidade não só de assistir suas aulas, mas também de fazer pesquisa, participar de um projeto de extensão, de prestar serviços à comunidade, fazer cursos de teatro, dança, línguas estrangeiras... Ele tem uma formação cultural completa”, ressalta Denise.

Vice-presidente da entidade que representa os professores universitários da Bahia, a Apub Sindicato, Emanuel Lins Freire acredita que dessa forma “o professor fica sem autonomia, pois torna-se refém do contrato”. Ele explica que a CLT seria usada na contratação de docentes para atuar em projetos específicos desenvolvidos a partir de recursos captados pela universidade.

Atualmente, apenas professores substitutos ingressam nas instituições federais de ensino sem passar por concurso. Ainda assim, os profissionais são submetidos a um processo seletivo publicado em edital e o contrato tem duração máxima de dois anos.

Na avaliação do Conselho Superior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que rejeitou o Future-se por unanimidade, em reunião realizada em dezembro, dois aspectos do projeto são especialmente danosos.

Em posicionamento divulgado após a decisão, o Conselho destacou a desvinculação do fomento das instituições do orçamento público e a progressiva desresponsabilização do

setor público pelo financiamento das universidades”.

O projeto também foi rejeitado na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), de acordo com informações da assessoria de comunicação da instituição.

Embora a nota enviada pela assessoria do MEC garanta que a iniciativa “não pretende diminuir os repasses da União para às instituições, apenas promover uma complementação nos recursos”, Freire prevê um mecanismo para que essa desresponsabilização seja efetivada. “Para reduzir o financiamento público você não precisa parar de pagar, basta não reajustar. Dessa forma, o que hoje é 100, daqui a alguns anos vira 50, com mais algum tempo vira dez”, alerta.

A nota do Ministério enfatiza ainda que o projeto tem adesão voluntária, mas o vice-presidente da Apub Sindicato avalia que a versão recentemente submetida a consulta pública inclui um instrumento de pressão. Ele considera que a vinculação entre a adesão e o repasse de recursos para pesquisa “é uma espécie de chantagem”.

No site do Ministério da Educação, um dos pontos destacados da proposta atual é a concessão prioritária de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** aos participantes do Future-se.

Gestores temem prioridade ao atendimento das leis de mercado

A pró-reitora de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Denise Vieira de Silva, ressalta a ênfase do projeto Future-se no atendimento aos anseios do mercado. “A universidade federal se transformaria em um escolão para dar aulas, ainda estaria voltada apenas para as áreas de tecnologia e criação de empresas, com prejuízo para toda a área de humanas”, analisa.

Essa preocupação também aparece no artigo publicado pelo reitor da Ufba, João Carlos Salles, no qual abordou os motivos para a rejeição ao projeto; assim como na justificativa do Conselho Superior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para a não adesão.

“O empreendedorismo e a inovação, que têm seu lugar na vida universitária, ganham sentido se associados a arranjos produtivos locais específicos, à melhoria das condições de vida, mas também às dimensões múltiplas da vida universitária, a processos efetivos de ensino e aprendizagem, de pesquisa e, vale enfatizar, de extensão”, defende Salles.

No texto divulgado pela Universidade do Recôncavo, o projeto é apontado como uma ameaça “pois a Universidade passaria a produzir conhecimento a serviço da produção de lucro para determinado setor empresarial e representaria uma tentativa de transformação profunda da sua missão, visão e valores”.

No site do Ministério da Educação (MEC), o anúncio da consulta pública indica que o “fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups” para que as instituições federais de ensino obtenham autonomia financeira.

topo ↕

**DIREITO DESCOMPLICADO - TEMPO REAL**

## **Técnica de julgamento ampliado deve ser observada em apelação originada de mandado de segurança**

### **Técnica de julgamento ampliado deve ser observada em apelação originada de mandado de segurança**

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Og Fernandes determinou que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) adote a técnica prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil para o julgamento de mandado de segurança impetrado por candidata a bolsa de doutorado que teve o benefício vedado pela Fundação **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

De acordo com o artigo 942 do CPC, quando o resultado da apelação não for unânime, o julgamento terá prosseguimento com a presença de outros julgadores, que serão convocados em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado final, assegurando-se às partes o direito de sustentar oralmente perante os novos juízes.

No mandado de segurança, a candidata narrou que, após ter sido selecionada para a concessão de bolsas para doutorado, foi comunicada de que não poderia recebê-la, tendo em vista a portaria da **Capes** que veda a bolsa para quem exerça atividade de magistério no momento do recebimento do benefício – o que era o caso da autora, uma professora universitária.

Segundo ela, a portaria admitia a acumulação apenas quando o início da atividade de magistério ocorresse após a implantação da bolsa, regra que, para ela, violaria o princípio da isonomia.

Aplicação indistinta

A segurança foi denegada em primeira instância, em decisão mantida pelo TRF2. Apesar de ter decidido a apelação por maioria de votos, o tribunal entendeu que não seria o caso de submissão do processo ao julgamento ampliado, pois o artigo 942 do CPC/2015 não atingiria os mandados de segurança.

De acordo com o ministro Og Fernandes, a posição do TRF2 se distanciou do entendimento do STJ em duas dimensões: primeiro, porque a técnica do julgamento ampliado deve ser adotada de ofício pelo órgão julgador, não havendo a necessidade de que a parte interessada a suscite, podendo ser a inobservância do procedimento objeto de embargos declaratórios; em segundo lugar, porque a técnica se aplica indistintamente ao julgamento de apelação, sendo irrelevante sua origem ter sido em mandado de segurança.

“Isso porque o CPC dispôs expressamente as hipóteses de restrição e extensão de incidência do dispositivo (artigo 942, parágrafos 3º e 4º). Ademais, inexistente caráter recursal no procedimento introduzido pelo ordenamento processual, em nada se confundindo, à exceção de seu objetivo teleológico, com o antigo embargo infringente”, concluiu o ministro ao determinar o retorno dos autos ao TRF2.

topo ↕

## **SUL IN FOCO - TEMPO REAL**

**Curso gratuito de especialização a distância em ensino de Ciências abre vagas remanescentes**

As inscrições devem ser feitas a partir desta segunda-feira (10) diretamente nos polos de apoio presenciais da UAB nas cidades de Criciúma, Indaial, Itapema, Laguna e São José.

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) está com vagas remanescentes para o curso de Especialização a distância em Ensino de Ciências para os Anos Finais do Ensino Fundamental. As inscrições devem ser feitas a partir desta segunda-feira (10) diretamente nos polos de apoio presenciais da UAB nas cidades de Criciúma, Indaial, Itapema, Laguna e São José.

O curso faz parte do programa Ciência é 10, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com universidades e institutos federais. As atividades presenciais ocorrem nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Podem se candidatar às vagas remanescentes professores graduados que estejam atuando no sistema público de ensino e ministrando aulas de Ciências no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Interessados em uma vaga no curso devem comparecer (ou seu procurador) ao local onde serão realizadas as avaliações presenciais, para manifestação presencial de interesse na vaga, apresentando a documentação descrita no edital. A seleção dos candidatos para preenchimento das vagas remanescentes será feita por ordem de chegada, observados os requisitos do Edital 12/DEING/2020/1, disponível no site do IFSC.

O curso Ensino de Ciências – Anos Finais do Ensino Fundamental “Ciência é Dez!” tem como objetivo formar profissionais, em nível de especialização, assegurando o direito à aprendizagem e a realização do projeto político-pedagógico da escola, a partir de um ambiente escolar que favoreça ao desenvolvimento do conhecimento, da ética e da cidadania. O público-alvo são professores graduados que estejam atuando no sistema público de ensino e ministrando aulas de Ciências no ensino fundamental dos anos finais.

O curso tem início previsto para o primeiro semestre de 2020, com carga horária de 480h e duração de três semestres. Os encontros presenciais ocorrem semanalmente quartas à noite, no polo UAB.

Colaboração: Comunicação IFSC

topo ↕

## VOZ DA BAHIA - TEMPO REAL

### Future-se é rejeitado por universidades baianas

Com a segunda consulta pública encerrada no último dia 24, o programa Future-se, lançado em julho de 2019 pelo Ministério da Educação (MEC), já foi rejeitado por três das quatro universidades federais baianas. A exceção é a Universidade Federal do Oeste (Ufob), na qual a assessoria de imprensa disse que o Conselho Universitário ainda não discutiu o tema.

“Nossa preocupação com o projeto é a perspectiva privatizante, principalmente a questão da existência de um fundo soberano, patrimonial, que iria financiar as

universidades”, declara a pró-reitora de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Denise Vieira de Silva.

A assessoria de imprensa do MEC informou que não tinha fonte disponível para falar sobre o programa, se limitando a afirmar que o “Future-se tem o objetivo de dar maior autonomia financeira a universidades e institutos federais por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo”.

De acordo com apresentação do projeto no site do MEC, a implantação do Future-se inclui a assinatura de contratos de gestão entre as universidades e organizações sociais qualificadas pelo governo federal, por meio dos seus ministérios. Uma das possibilidades abertas a partir do modelo proposto é a contratação de professores sem a realização de concurso público.

## CLT

Para a pró-reitora, a ideia de contratar professores pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é mais um dos aspectos que precariza o trabalho dos docentes e técnicos, consequentemente prejudicando a aprendizagem dos estudantes.

“Nas universidades federais, 80% dos professores têm dedicação exclusiva, então o estudante tem a oportunidade não só de assistir suas aulas, mas também de fazer pesquisa, participar de um projeto de extensão, de prestar serviços à comunidade, fazer cursos de teatro, dança, línguas estrangeiras... Ele tem uma formação cultural completa”, ressalta Denise.

Vice-presidente da entidade que representa os professores universitários da Bahia, a Apub Sindicato, Emanuel Lins Freire acredita que dessa forma “o professor fica sem autonomia, pois torna-se refém do contrato”. Ele explica que a CLT seria usada na contratação de docentes para atuar em projetos específicos desenvolvidos a partir de recursos captados pela universidade.

Atualmente, apenas professores substitutos ingressam nas instituições federais de ensino sem passar por concurso. Ainda assim, os profissionais são submetidos a um processo seletivo publicado em edital e o contrato tem duração máxima de dois anos.

Na avaliação do Conselho Superior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que rejeitou o Future-se por unanimidade, em reunião realizada em dezembro, dois aspectos do projeto são especialmente danosos.

Em posicionamento divulgado após a decisão, o Conselho destacou a desvinculação do fomento das instituições do orçamento público e a progressiva desresponsabilização do setor público pelo financiamento das universidades”.

O projeto também foi rejeitado na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), de acordo com informações da assessoria de comunicação da instituição.

Embora a nota enviada pela assessoria do MEC garanta que a iniciativa “não pretende diminuir os repasses da União para às instituições, apenas promover uma complementação nos recursos”, Freire prevê um mecanismo para que essa

desresponsabilização seja efetivada. “Para reduzir o financiamento público você não precisa parar de pagar, basta não reajustar. Dessa forma, o que hoje é 100, daqui a alguns anos vira 50, com mais algum tempo vira dez”, alerta.

A nota do Ministério enfatiza ainda que o projeto tem adesão voluntária, mas o vice-presidente da Apub Sindicato avalia que a versão recentemente submetida a consulta pública inclui um instrumento de pressão. Ele considera que a vinculação entre a adesão e o repasse de recursos para pesquisa “é uma espécie de chantagem”.

No site do Ministério da Educação, um dos pontos destacados da proposta atual é a concessão prioritária de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** aos participantes do Future-se.

Gestores temem prioridade ao atendimento das leis de mercado

A pró-reitora de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Denise Vieira de Silva, ressalta a ênfase do projeto Future-se no atendimento aos anseios do mercado. “A universidade federal se transformaria em um escolão para dar aulas, ainda estaria voltada apenas para as áreas de tecnologia e criação de empresas, com prejuízo para toda a área de humanas”, analisa.

Essa preocupação também aparece no artigo publicado pelo reitor da Ufba, João Carlos Salles, no qual abordou os motivos para a rejeição ao projeto; assim como na justificativa do Conselho Superior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para a não adesão.

“O empreendedorismo e a inovação, que têm seu lugar na vida universitária, ganham sentido se associados a arranjos produtivos locais específicos, à melhoria das condições de vida, mas também às dimensões múltiplas da vida universitária, a processos efetivos de ensino e aprendizagem, de pesquisa e, vale enfatizar, de extensão”, defende Salles.

No texto divulgado pela Universidade do Recôncavo, o projeto é apontado como uma ameaça “pois a Universidade passaria a produzir conhecimento a serviço da produção de lucro para determinado setor empresarial e representaria uma tentativa de transformação profunda da sua missão, visão e valores”.

No site do Ministério da Educação (MEC), o anúncio da consulta pública indica que o “fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups” para que as instituições federais de ensino obtenham autonomia financeira. (A Tarde)

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

### **Apoiados por Guedes, vouchers para creches não têm consenso científico Especialistas que apoiam a ideia afirmam que é preciso testá-la em pequenos projetos-piloto, enquanto críticos defendem outras medidas**

RIO — Ao tratar em Davos de um “gigantesco programa de vouchers para educação nos primeiros estágios”, o ministro da Economia, Paulo Guedes, esquentou o debate sobre o modelo. Nele, defensores e críticos, concordam em um ponto: ainda não há consenso científico sobre seu impacto na qualidade da oferta.

Apoiadores afirmam que é preciso colocar a ideia em prática em pequenos pilotos para teste, enquanto críticos apontam outras medidas mais consolidadas.

— Estamos há 60 anos apostando no mesmo modelo de escola pública e nossos resultados não são satisfatórios — argumenta o economista Marcos Ricardo dos Santos, especialista em políticas públicas do Ministério da Economia e autor do livro “Vouchers na Educação”. — Se você é filho da elite, os pais podem escolher a sua escola, que tem pedagogias diferentes.

Por outro lado, o especialista em dados educacionais e econômicos e doutor em Educação Gregório Grisa, que é contra a ideia, defende medidas como programas ligados à primeira infância, creches em tempo integral, formação docente e ampliação de unidades escolares planejadas.

—Além disso, diante do volume da demanda, não é factível pensar que a rede privada teria como absorver muito mais do que atende hoje, ainda mais na escala que o governo parece pretender. Nas regiões mais pobres, a oferta de vagas na rede privada é ainda mais modesta — afirmou.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Defesa Civil interdita 10 escolas municipais de BH por causa da chuva e aulas são adiadas**

**Cerca 2,9 mil estudantes foram afetados. Medida foi tomada após reunião entre Defesa Civil e Secretaria Municipal de Educação e visa a segurança dos alunos e servidores.**

A volta às aulas ainda vai demorar um pouco para estudantes de seis escolas da rede municipal de ensino e de quatro da educação infantil, em Belo Horizonte, porque há prédio interditado pela Defesa Civil por causa da chuva. A Secretaria Municipal de Educação (Smed) vai realocar os estudantes.

Segundo a Defesa Civil, as escolas foram interditadas por apresentarem alto risco de deslizamento de taludes, alagamentos e outras ocorrências consideradas graves. Cerca 2,9 mil estudantes foram afetados.

A medida foi tomada após uma reunião entre equipes dos dois órgãos e visa a segurança dos alunos e servidores.

Os alunos realocados para unidades mais distantes da unidade onde foram matriculados terão o transporte escolar garantido pela prefeitura,

Quem precisar de mais informações sobre prazos poderá acessar o site da Prefeitura de Belo Horizonte.

### Escolas interditadas pela Defesa Civil

Escola Municipal São Rafael - Rua Coronel Otávio Diniz, 1 - Pompeia (realocados)  
Escola Municipal Carlos Góis - Rua Mendes de Oliveira, 446 - Santo André  
Escola Municipal Elói Heraldo Lima - Rua Engrácia Costa e Silva, 56 - Conjunto Jatobá  
Escola Municipal Inácio Andrade de Melo - Rua Violeta de Melo, 988 - Jardim São José

## Escola Municipal Eleonora Piero Setti

Escola Municipal Tenente Manoel Magalhães Penido - Rua Amur, 48 - Betânia

Emei Capivari - Rua Capivari, 1.024 - Serra (realocados)

Emei Vila Antena - Rua Flor do Oriente, 137 - Jardim Alvorada

Emei Braúnas - Rua Áurea Eliza Valadão, 40 - Braúnas

Creche Movimento de Promoção Social (Mops) - Rua Arapari, 470 - São Geraldo

## Filas

A busca por vagas remanescentes em escolas públicas estaduais e municipais de Belo Horizonte têm gerado confusão e dúvidas entre os pais e responsáveis pelos alunos, além de filas para pleitear uma oportunidade.

topo ↕

### G1 - TEMPO REAL

#### **Programa Bolsa Universitária do município de Cedro, PE, está com inscrições abertas**

**Os estudantes do município pernambucano têm até a próxima sexta-feira (14) para se inscrever.**

Estudantes universitários do município de Cedro, no Sertão de Pernambuco, podem se inscrever a partir desta segunda-feira (10) no programa 'Bolsa Universitária'. Para se inscrever, o candidato tem que comprovar que está matriculado em alguma instituição de ensino superior. As inscrições seguem até a sexta-feira (14) e estão sendo feitas na sede prefeitura. Os alunos que desejam se candidatar ao benefício devem apresentar toda a documentação solicitada no edital do programa.

De acordo com a prefeitura, o programa oferece custeio do transporte para os universitários cedrenses. O valor para quem estuda em cidades com até 60 km é de R\$ 110,00; para os municípios com até 70 km, o repasse é de R\$ 120,00; e quem estuda em localidade de 70 a 150 km receberá um total de R\$ 150,00.

Para concorrer a bolsa, o estudante precisa comprovar renda familiar de dois salários mínimos ou renda per capita que não ultrapasse 70% do salário mínimo; integrar família com pais residentes no município de Cedro, conforme documento ou declaração comprobatória; ter obtido no último ano de estudo nota média igual ou superior a 7 e frequência mínima de 75%; não possuir diploma de graduação; e não ter sido desligado anteriormente de programas de bolsas de estudo devido ao descumprimento de exigências do programa ou por qualquer tipo de fraude.

De acordo com o edital, a seleção será realizada por meio da análise socioeconômica, conforme documentação apresentada pelo estudante listada nos anexos, podendo ser realizada visita domiciliar.

O resultado da seleção será divulgado no dia 21 de fevereiro. Outras informações sobre a o programa estão disponíveis no edital.

topo ↕

### G1 - TEMPO REAL

**MEC não envia lista de espera e UFRN adia calendário da 2ª chamada do Sisu Convocação era prevista para esta segunda-feira (10), mas só deve ter nova data quando o Ministério enviar lista dos candidatos em espera.**



A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) comunicou o adiamento da divulgação dos convocados na segunda chamada do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que era prevista para esta segunda-feira (10).

De acordo com o comunicado, a suspensão ocorreu porque a instituição não recebeu a Lista de Espera da UFRN, que seria enviada pelo Ministério da Educação (MEC) na última quinta-feira (6).

Em nota, o MEC afirmou que a divulgação da lista de espera do Sisu para a convocação dos aprovados a ser realizada pelas instituições de ensino vai acontecer nesta segunda (10).

A UFRN informou que, após disponibilização da lista, divulgará o novo calendário de convocação e cadastramento dos candidatos.

Mais de duas mil vagas oferecidas pela instituição não foram preenchidas na primeira chamada do Sisu e devem ser ocupadas pelos candidatos que declararam interesse em ingressar na lista de espera.

A adesão à lista de espera do Sisu iniciou em 29 de janeiro e permaneceu aberta até 4 de fevereiro. Os candidatos que se inscreveram no sistema de seleção, mas que não foram selecionados em nenhuma das opções de curso, tiveram a chance de participar da lista de espera.

topo 

## G1 - TEMPO REAL

**Professores da rede estadual fazem protesto e deflagram greve no Piauí. O governo do estado e a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) informaram que os professores receberão piso salarial acima do estabelecido pelo governo federal, mas categoria diz que valor anunciado já inclui gratificações.**

Professores da rede estadual de ensino deflagraram greve e realizaram protesto na manhã desta segunda-feira (10) no Centro de Teresina. A categoria pede que o reajuste de 4,17% para o ano de 2019 e de 12,84%, para 2020, inclua também os aposentados. O governo do estado e a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) informaram que os professores receberão piso salarial acima do estabelecido pelo governo federal. Categoria diz que valor anunciado já inclui gratificações.

“É a nossa valorização. Nós queremos o reajuste salarial de 4,17% para 2019, e o governo colocou apenas para os ativos, e os aposentados nada. E o desse ano que é de 12,84%, também para ativos e aposentados”, disse Paulina Almeida, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Piauí (Sinte).

Paulina declarou ainda que o governador considera gratificações incluídas no salário, o que, segundo eles, não representa de fato o valor do piso dos professores.

“Essa notícia [do reajuste acima do piso nacional] foi enviada à imprensa, mas não à categoria, isso é uma forma de colocar a opinião pública contra os professores. A categoria entrou de greve hoje, em todo o estado e nos núcleos regionais as assembleias estão ocorrendo e decidindo também pela greve”, disse.

Projeto de lei para a Alepi

O governo do estado informou que encaminhará à Assembleia Legislativa, nesta semana, um projeto de lei estabelecendo que o menor valor pago para os professores 40 horas da rede estadual de ensino seja de R\$ 3.167,17. Assim, afirmou que o piso estadual se manterá acima de R\$ 2.886,24, que é o valor definido nacionalmente pelo governo federal.

A Seduc informou que o reajuste concedido por meio de incorporação de auxílio-alimentação garante que o governo cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para este ano, o governo informou que pagará valor superior ao piso e manterá o auxílio de 4,31%. O cálculo, de acordo com o governo, foi feito com base com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Caminhada pela Avenida Frei Serafim

Durante manifestação, grupo realizou caminhada pela Frei Serafim pedindo melhorias para a educação no Piauí — Foto: André Nascimento / TV Clube  
Durante manifestação, grupo realizou caminhada pela Frei Serafim pedindo melhorias para a educação no Piauí — Foto: André Nascimento / TV Clube

Durante manifestação, grupo realizou caminhada pela Frei Serafim pedindo melhorias para a educação no Piauí — Foto: André Nascimento / TV Clube

O ato teve início às 9h e a categoria realizou caminhada pela Avenida Frei Serafim, partindo da lateral da Igreja São Benedito até o cruzamento com a Rua Coelho Rodrigues, no sentido Centro-Leste. Depois, os manifestantes voltaram pela Avenida no sentido Leste-Centro em direção ao Palácio de Karnak, sede do executivo estadual. As vias ficaram parcialmente interditadas durante o percurso.

Chegando à lateral do Palácio, na Rua Sete de Setembro, a Superintendência de Trânsito e a Polícia Militar acompanharam o ato. Por volta das 11h, o protesto foi encerrado. Não houve ainda negociação entre o governo e representantes da categoria.

[topo](#)

**PORTAL VEJA - TEMPO REAL**

**Tabata critica exposição do MEC que sumiu com o passado e cultua Weintraub "Antes de se preocupar em apagar a história, deveria se preocupar com o futuro", disse a deputada**

Das mais severas críticas da gestão de Abrahm Weintraub, a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), uma das autoras do pedido de impeachment do ministro, também não aprovou as mudanças feitas por ele na exposição com 40 painéis no “túnel do tempo” no MEC.

Foram excluídos todas imagens, fotos e informações dos governos passados nessa área e substituídos por atos exclusivos da atual.

Tabata afirma ser lamentável que todos os dias seja preciso tirar um tempo para comentar os absurdos dessa gestão, que em vez de se dedicar ao que de fato importa prioriza o “círculo” de polêmicas e desmandos.

“É simplesmente para desviar o foco do que realmente importa. Remover o passado (na exposição) é uma ação muito simbólica. É uma prática que prejudica muito a educação.

Na hora que uma gestão assume e tenta apagar tudo o que foi feito por governos anteriores, simplesmente para dizer que não era bom e não dar ibope para essas gestões, como já ouvi certa vez, quem se prejudica são os alunos. Você não tem política contínua, que dá conta de cuidar do aluno da primeira série até a conclusão do ensino médio”, disse Tabata ao Radar.

Publicidade

“Só mostra que essa gestão do MEC não consegue conviver com nenhuma diferença, é intolerante, só quer fazer barulho e se move pelos extremos. Antes de se preocupar em apagar a história deveria estar preocupado com o que faz hoje, com o futuro. E trabalho não falta. Não temos resposta aos prejudicados do Enem, não vejo esforço do governo para aprovar o novo Fundeb e nem se preocupando com nova formação dos professores”.

Erika Kokay (PT-DF) também criticou a exposição em discurso no plenário.

“O ministro faz uma ode a sua própria personalidade. Ele quer recontar a história. Ali, no túnel do tempo do MEC, tinha ações dos governos de Fernando Henrique, de Lula, e até de Michel Temer. Mas foi tudo retirado. Esse governo quer negar a existência da ditadura, da escravidão. Destrói a própria história. Weintraub é uma caricatura”, disse Kokay.

O ministério da Educação informou que os painéis foram retirados mas estão expostos na página do MEC na internet. No site, afirmaram, tem visibilidade maior, para todas as pessoas e não apenas para quem circula no túnel do tempo.

Nenhum outro ministro teve esse entendimento. Todos que entraram, incluíam seus atos na exposição, mas mantinham as ações dos anteriores.